

RELATÓRIO DE
GESTÃO
2021 



**ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA
TOCANTINENSE**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

esmat.tjto.jus.br

esmat@tjto.jus.br

(63) 3218-4256

The background features a complex network of thin grey lines connecting small grey dots, creating a mesh-like structure. On the left side, there are large, overlapping geometric shapes in shades of orange, grey, and white, resembling stylized letters or abstract forms.

Sumário



10		Apresentação
12		Ações Institucionais
22		Pós-Graduações Lato Sensu e Stricto Sensu
30		Cursos
66		Eventos
118		Relatório de Atividades

Institucional

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi criada pela Resolução nº 5, art. 43, inciso VI, § 7º, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sessão Plenária, de 5 de novembro de 1998. A iniciativa, conforme enuncia o artigo 1º da referida Resolução, foi a criação de um órgão no Tribunal de Justiça capaz de atender aos requisitos previstos no artigo 93, inciso II, letra "c", e IV, da Constituição Federal. Em 2003, na gestão do então presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Marco Villas Boas, a Escola foi instalada, dando início à busca do aprimoramento técnico-profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

A Esmat tem como objetivos: proporcionar meios para a especialização, iniciação, aperfeiçoamento e atualização de magistrados e servidores ao exercício do poder e função jurisdicionais; incentivar a pesquisa científica e o debate jurídico de temas relevantes, a fim de colaborar para o desenvolvimento da Ciência do Direito, com vista ao aperfeiçoamento do sistema jurídico, seja na elaboração, interpretação e aplicação das leis e apresentação de projetos de aperfeiçoamento da legislação; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da solidariedade humana, a compreensão e a promoção dos direitos e deveres da pessoa; proporcionar ao meio acadêmico e à sociedade em geral acesso ao conhecimento do sistema jurídico como forma de aprimorar a sociedade e prevenir conflitos; propiciar a efetivação da cidadania por meio do aprimoramento de estudos e pesquisa científica em busca do respeito e fortalecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos:

Missão

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”

Valores

**ÉTICA – MORAL – CULTURA
RESPEITO – URBANIDADE
DEDICAÇÃO AO ESTUDO
E AO TRABALHO –
RESPONSABILIDADE**

Visão

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”

Política de Qualidade

“Melhorar continuamente o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, respeitando a legislação estabelecida.”

Composição Esmat

CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho
Desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho

Diretoria Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial
Desembargadora Etelvina Sampaio Felipe

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e
Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

ASMETO
Juíza Odete Batista Dias Almeida

Diretor Geral TJTO
Jonas Demostene Ramos

DIRETORIA

Diretoria Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial
Desembargadora Etelvina Sampaio Felipe

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e
Pesquisa Científica
Juiz Wellington Magalhães

Diretoria Executiva
Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional
Maria Luiza C. P. Nascimento

Assessoria Acadêmica e Pedagógica
Débora Regina Honório Galan

EQUIPE TÉCNICA

Amanda Emilene Arruda
Andréia Teixeira Marinho Barbosa
Anna Paula A. M. Falcão Coelho
Bruno Odate Tavares
Cíntia Nogueira dos Santos
Cláudia Regina Carreira Marques
Cynthia Valéria C. Aires
Denise Sodré Dorjó
Deusdymar Bezerra Sales
Edglei Dias Rodrigues
Ednan Oliveira Cavalcanti
Elaine Andrade P. S. Medeiros
Eugenia Paula Meireles Machado
Felipe Tebas Araujo Dos Santos
Fernando da Silveira Ângelo
Francielly Oliveira Rodrigues da Silva
Francisca Aparecida Silva de Sousa
Francisco Erasmo Batista
Graziele Coelho
Hodirley Marques Canguçu
Jader Lincoln Nascimento
Jadir Alves de Oliveira
João Leno Tavares Rosa
João Pedro Cavalcante Valadares
José Luis Ribeiro

Juliane Ferreira de Souza
Kenia Borges Silva Almeida
Lily Sany Silva Leite
Luciana Rocha Aires da Silveira
Lucilene Aparecida da Silva
Maria Ângela Barbosa Lopes
Mária Rúbia G. da Silva Abalem
Michela Aires G. S. Kitamura
Michele Araújo Ferreira
Rita de Cassia Gaspio Freire Rezende
Roberto Carlos Pires
Rogério Lopes da Conceição
Sabrina D Lizandro Timotheo de Sousa Freitas
Samuel Victor Costa Jácome
Silvana Carvalho de Castro Pires
Silvânia Melo de Oliveira Olortegui
Sônia Cláudia Bezerra Sales
Sônia Rodovalho
Tadeu Passarini Filho
Thelni Vioso de Sousa
Valdirene Cássia da Silva
Vanice Lunkes Gotz
Vinícius Fernandes Barboza
Vinicius Ferreira Rocha
Wherbert da Silva Araújo

EXPEDIENTE

Diretora Executiva: Ana Beatriz Pretto
Supervisão: Lily Sany Leite
Arte e Diagramação: Roberto Pires / Michele Fogaça
Revisão Ortográfica: Maria Ângela Lopes
Redação: Wherbert Araújo
Fotos: Ednan Cavalcanti / Hodirley Canguçu
Apoio: Equipe Cecom TJTO

The background features a complex network of thin grey lines connecting small grey dots, creating a mesh-like structure. On the left side, there are large, overlapping geometric shapes in shades of orange, grey, and white, resembling stylized letters or abstract forms.

Apresentação

Adaptação, coragem e resiliência. Estes foram os adjetivos que nós da Esmat encontramos para denotar o enfrentamento de mais um ano convivendo com a pandemia de Covid-19. A chegada de imunizantes e o processo, em alguns momentos, indolente na vacinação em massa da população brasileira, em especial a tocaninense, ocasionaram mais um ano acadêmico e formativo adaptado às restrições sanitárias.

O que poderíamos inicialmente avaliar como fragmentação do nosso processo de formação se transformou na excelência da qualidade em transmitir cursos, eventos, seminários e mais uma edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos. Chegamos a um inevitável processo de ressignificação do ato sublime de levar conhecimentos e compartilhar sabedoria. No momento certo, nossas salas estarão cheias de novo, nosso auditório lotado de participantes de diversos eventos, e nossa biblioteca repleta de novos desbravadores de sabedoria.

Entendemos que este ano que se inicia com os desafios e as sequelas impostas pelo reordenamento social, econômico, sanitário que a humanidade enfrentará teremos como aliadas as novas tecnologias implementadas por esses anos de suspensão. Na vanguarda de tudo isso, a Esmat já havia se adaptado e quando, parafraseando o mito grego da caixa de Pandora todos os males escaparam, a esperança permaneceu.

E foi essa esperança que nos preparou para esses novos tempos. De retorno, de recomeço, de novas perspectivas e esperança para olhar para frente e jamais para trás. Mesmo que ainda de máscaras, mas agora imunizados e firmes na nossa missão: “Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional”.



Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat

The background features a complex network of thin grey lines connecting small grey dots, creating a web-like structure. On the left side, there are large, overlapping geometric shapes in shades of blue, grey, and white, resembling stylized letters or abstract forms.

Ações Institucionais

Cerimônia virtual de posse de nova Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins reconduz o desembargador Marco Villas Boas ao cargo de diretor geral da Esmat

Habitados ao novo formato de solenidades na modalidade virtual, o Judiciário tocantinense empossou no dia 1º de fevereiro de 2021, a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), eleita em outubro de 2020. O desembargador João Rigo Guimarães foi empossado ao cargo de presidente do TJTO à gestão 2021-2023. Fazem parte ainda da Mesa Diretora os desembargadores Pedro Nelson de Miranda Coutinho e Etelvina Maria Sampaio Felipe, nos cargos de vice-presidente e corregedora geral da justiça, respectivamente; e a desembargadora Ângela Prudente, atual vice-presidente do TJTO, como vice-corregedora. Também para o biênio 2021-2023, tomaram posse o desembargador Marco Villas Boas, como diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT); e a desembargadora Etelvina, como diretora adjunta da Esmat.

Em sua fala de encerramento de atividades, o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, ex-presidente do TJTO, lembrou o enfrentamento da pandemia que ainda está em curso. “Como todos sabem, enfrentei momentos difíceis em decorrência da Covid-19, mas estou aqui hoje em razão das generosas orações de todos vocês e pela permissão de Deus, que operou um verdadeiro milagre ao me conceder uma nova oportunidade de viver. A todos, o meu muito obrigado!”, frisou.

O desembargador também lembrou a experiência de sua gestão, que fora compartilhada com os demais desembargadores. “As decisões da Presidência sempre foram partilhadas com esses nobres, corajosos e destemidos desembargadores, que jamais mediram esforços para me apoiar e auxiliar em tudo o que fosse necessário para bem servir o cidadão tocantinense”, afirmou. Já empossado, o desembargador João Rigo Guimarães, que presidirá o Judiciário Tocantinense por dois anos, lembrou que o momento atual requer união de todos os serventuários da Justiça. “A unidade é muito importante para o Poder Judiciário. Estou falando de unidade de propósito. Isso é possível, porque queremos ter o desenvolvimento do Judiciário, do Tocantins e das pessoas que aqui investem com unidade de propósito”, ressaltou.

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e presidente do Colégio Permanente dos Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), a nova gestão que se inicia será pontuada por investimentos em atividades acadêmicas focadas em ferramentas que já se encontram disponíveis. “Enquanto essa pandemia não for controlada, seguiremos firmes com nossas atividades de maneira remota. Quando for permitido, a Esmat reabrirá suas portas obedecendo a todas as normativas propostas para garantir a segurança de nossos acadêmicos”, afirmou.

Em sua gestão, como diretor geral da Esmat, por cinco biênios consecutivos, o desembargador Marco Villas Boas, por meio de convênio com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), implantou, na Esmat, o primeiro Mestrado Profissional, no Brasil, em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, para aperfeiçoamento de magistrados e de servidores, e o Sistema de Qualidade ISO 9001 na Instituição; firmou convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com o Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da mesma Universidade. Recentemente, em parceria com o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), foi lançado o processo seletivo para o terceiro doutorado interinstitucional da Esmat. A Instituição também possui parcerias em Programas Stricto Sensu de Doutorado com a UFT e com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).





Mestrado profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos lança vagas para o Executivo

Um convênio entre o Governo do Estado do Tocantins, o Tribunal de Justiça (TJTO) – por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) –, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Universidade do Tocantins (UNITINS) foi assinado no dia 25 de fevereiro pelo senhor Mauro Carlesse, governador do estado do Tocantins. O acordo forneceu 20 vagas para a nona turma do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos aos servidores do Executivo estadual. Também foram disponibilizadas vagas para servidores e magistrados do Judiciário Tocantinense, do Ministério Público Estadual e ao público em geral.

O governador Mauro Carlesse ressaltou a importância da parceria com as instituições educacionais de aperfeiçoamento e qualificação profissional. “É muito importante a parceria com entidades que promovam o aperfeiçoamento educacional e qualificações. Nós buscamos sempre a capacitação dos nossos servidores para atender melhor à nossa comunidade. O único objetivo é este, promover a capacitação dos nossos servidores; diminuir custos; e proporcionar um melhor atendimento à nossa população”, afirmou.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desembargador João Rigo, a parceria institucional reflete na melhoria da qualidade nos atendimentos destinados à população tocantinense. A solenidade de assinatura contou também com a presença do vice-presidente do TJTO, desembargador Pedro Nelson Coutinho, presidente do Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat.

Segundo o coordenador do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, professor doutor Gustavo Paschoal, a previsão é a de que o edital seja lançado na primeira quinzena de março, com processo seletivo e início das aulas ainda neste semestre. “Devido às restrições impostas pela pandemia, as

aulas serão remotas até que novas diretrizes sanitárias sejam divulgadas”, ressaltou. Ainda segundo o coordenador do Mestrado, as vagas destinadas aos servidores e aos magistrados do Judiciário Tocantinense serão delimitadas nos próximos dias, como também às destinadas à livre concorrência e aos servidores do Ministério Público Estadual.

O Programa Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) é realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

O Mestrado é destinado a servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a docentes e profissionais atuantes no Sistema de Justiça no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos. O objetivo é qualificar, ainda mais, os profissionais que atuam na prestação jurisdicional e exercem suas atividades no estado do Tocantins para melhoria dos serviços prestados à sociedade.



**Escola Superior da
Magistratura Tocantinense**



**TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO**



Novas obras são publicadas pela Editora Esmat

Com a proposta de garantir o acesso remoto à formação acadêmica e social, a Esmat informou aos servidores do Judiciário Tocantinense e aos acadêmicos dos cursos de Pós-Graduação da Escola a disponibilização de novas obras no acervo digital da Editora, as quais resultam de estudos e produção científica dos acadêmicos destes cursos oferecidos pela Esmat.

As oito obras em questão são produtos dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em Teoria da Decisão Judicial; Combate à Corrupção no Brasil – Volumes 1 e 2 –; Hermenêutica Constitucional – Volumes 1 e 2 –; Análise Jurídica Intertemporal da Obra “O Cortiço”, Modelagem Computacional; finalizando com a publicação da pesquisa histórica acerca do jurista Feliciano Machado Braga, publicado pela Editora Esmat.



Diretor Geral da Esmat ministra palestra no II Congresso Mundial: análise contemporânea e interdisciplinar dos direitos fundamentais

A participação e atuação dos povos tradicionais no novo cenário socioambiental e jurídico brasileiro, como também os direitos pela utilização e preservação de áreas de conservação em territórios indígenas e quilombolas foram os temas abordados na palestra “Novas Perspectivas de Proteção Etnoambiental na Amazônia”, proferida pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat.

Em sua fala, o desembargador ressaltou as ações do zoneamento ecológico, a participação dos representantes dos povos tradicionais em pagamentos por serviços ambientais, a implementação de corredores ecológicos e mosaicos de unidades de conservação. “O zoneamento ecológico econômico é fator primordial para o crescimento planejado, não só da agricultura, como o carro chefe da economia brasileira, mas também de toda a economia. E isso com as cartas na mesa, sabendo os limites, até aonde poderemos ir com o desenvolvimento e até onde precisamos preservar as nossas florestas. A situação de desordem só favorece as situações ilegais e clandestinas que acabam empobrecendo os estados, municípios e principalmente a união, uma vez que o alvo preferencial dos predadores são terras indígenas e outras áreas protegidas”, afirmou.

Cerca de 500 conferencistas de mais de 20 países participaram, de 22 a 29 de novembro, deste Congresso, o qual teve como objetivo discutir a análise contemporânea e interdisciplinar dos direitos fundamentais, em especial sob o enfoque do Direito Digital e das Políticas Públicas. O Evento foi realizado pela Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales Praeliminaria Iustitia e a RED de Derecho América Latina y el Caribe (REDALC).



Portal Esmat incorpora a Suíte **VLIBRAS**

Na data em que se comemora o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), meio de comunicação utilizado pelas comunidades surdas no País, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) inaugurou a plataforma digital Suíte VLibras. A plataforma, de acesso gratuito e com conteúdo livre, incorpora ao portal da Escola ferramentas de inclusão e de acessibilidade.

Desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o projeto Suíte VLibras é um conjunto de ferramentas de tradução automática de conteúdos digitais para Libras que ampliará o acesso de pessoas com deficiência auditiva às informações disponíveis por meio de recursos computacionais (internet, e-mail, documentos diversos, aplicativos, livros digitais etc.).

No VLibras, os sinais (movimentos) realizados por intérpretes humanos são captados em vídeo e digitalizados para criar um dicionário de sinais interpretados por meio de um avatar tridimensional (figura virtual semelhante fisicamente a um ser humano), com as seguintes vantagens em relação a ferramentas similares comercializadas no Brasil: por ser um aplicativo de código aberto e livre distribuição.

O projeto não tem fins lucrativos e prevê um modelo gratuito, livre e colaborativo no estilo da Wikipédia e do Google Tradutor, pelo qual intérpretes de Libras e pessoas surdas poderão participar ativamente do processo de construção do dicionário, enviando sugestões e críticas para melhorar a qualidade da tradução automática.

Servidores da Esmat aderem ao “Drive-Thru da Coleta Seletiva Solidária” promovido pela Rede TO Sustentável

Servidores e magistrados do Judiciário Tocantinense participaram do sistema *Drive-Thru* o qual permite que as pessoas façam a entrega dos materiais a serem doados sem precisar sair do carro, respeitando as medidas sanitárias e facilitando a participação de quem está em *home office*. Todos os resíduos arrecadados serão desinfetados antes da entrega. Todos que participaram da ação receberam uma muda de planta nativa do Cerrado pela doação realizada.

A bibliotecária Silvania Melo de Oliveira Olortegui incorporou a temática ambiental em sua residência visando apoiar uma entidade beneficente de combate ao câncer. Com a nova ação solidária, ela buscou em casa objetos e recipientes que podem e devem ser reciclados. “Já há algum tempo recolho tampinhas de diversos produtos para doar ao Hospital do Amor. Agora, com a entrega solidária vou ampliar o recolhimento dos materiais recicláveis, como garrafas, embalagens de produtos de limpeza, potes de cremes, shampoo, sacolas; garrafas, frascos, copos, potes de conserva e outros”, afirmou.



Rede TO Sustentável

O “Drive-Thru da Coleta Seletiva Solidária” foi realizado pela Rede TO Sustentável, composta pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Ministério Público Estadual (MPTO), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Defensoria Pública Estadual (DPE), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com apoio do Governo do Estado do Tocantins, Prefeitura de Palmas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Agência Tocantinense de Saneamento (ATS), sob a Coordenação do Núcleo de Gestão Socioambiental (NUGES), com a participação da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) e da Comissão da Coleta Seletiva do Tribunal.



Esmat participa de processo de credenciamento de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) recebeu, nos dias 5 e 6 de julho de 2021, técnicos da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação para avaliarem as atividades referentes aos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área das Ciências Jurídicas, na modalidade presencial.

Todo o processo de credenciamento seguiu até mês de agosto de 2021; a comissão avaliadora observou muitos pontos positivos no processo educacional implementado pela Escola. Participaram das reuniões o presidente da comissão, o conselheiro Thiago Franco Oliveira, o conselheiro Evandro Borges Arantes e a técnica do Conselho Estadual, senhora Telma Reijane Pinheiro da Costa. Para manter o distanciamento social, as atividades ocorreram de maneira híbrida (presencial e via meet) com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, e com os demais membros da Diretoria, corpo técnico e acadêmico da Escola.

Dentre as atividades realizadas nas visitas, constaram: a verificação da estrutura física da Escola (salas de aula, gabinete de trabalho do coordenador, sala de professores, laboratórios e demais instalações); a sistematização preliminar do relatório; a análise de documentos, como o de Desenvolvimento Institucional (PDI); Atas de reunião da comissão de sistematização do PDI; Plano de Expansão da Escola; Plano de investimento para a expansão da estrutura física, materiais, tecnologias, laboratórios e demais objetos mobiliários, TICs, acervo, manutenção, conservação e aquisição; Regulamentos Institucionais (avaliação institucional, CPA, laboratórios, Biblioteca, Secretaria Acadêmica – diplomas e certificados, digitalização de registro acadêmico); Relatórios da Avaliação Institucional da CPA 2019 e 2020, entre outros.



Auditoria externa confirma a manutenção da Certificação ISO 9001:2015 da Esmat para o período 2021-2023

Durante os dias 17 e 18 de agosto de 2021, a Esmat recebeu auditoria no sistema de gestão da qualidade, tendo como escopo o “Desenvolvimento de Competências Individuais e Organizacionais para a Melhoria da Prestação Jurisdicional”, por meio de Cursos e Eventos.

A auditoria foi realizada pela empresa Quality Management System Certification Services (QMS), pelo auditor Renato Anselmo Júnior, que constatou a conformidade dos processos da Esmat aos requisitos da Norma NBR ISO 9001:2015 e recomendou a recertificação do sistema de gestão da qualidade pelo período de 2021-2023. O resultado demonstra a efetividade dos trabalhos desenvolvidos no planejamento, execução, direção e controle nos cursos e eventos ofertados pela Escola.

A Esmat tem o escopo certificado desde 2015, ainda na versão 2008 da Norma NBR ISO 9001, em 2018 foi recertificada na versão 2015 e desde então trabalha em busca da melhoria contínua nos seus processos de formação e aperfeiçoamento de magistrados e de servidores. A recertificação do sistema de gestão da qualidade da Esmat confere ainda o comprometimento da equipe em cumprir os requisitos normativos estabelecidos pela Norma NBR ISO 9001:2015, bem como o atendimento aos objetivos estratégicos propostos, com o intuito de sempre oferecer a magistrados, servidores e sociedade cursos e eventos de extrema qualidade que reforçam o comprometimento do Poder Judiciário Tocantinense em oferecer uma justiça mais célere, segura e eficaz.

Para a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Preto, esse resultado comprova o alcance da maturidade no formato de gestão, com um planejamento estratégico elaborado de maneira colaborativa para o sexênio 2021-2026, integrado aos macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sempre em busca da melhoria contínua nos processos em cumprimento à missão institucional que é “Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência na prestação jurisdicional”.

Sobre o organismo certificador:

A QMS é um organismo de certificação de origem australiana com atuação global, atualmente presente em mais de 30 países atuando especificamente com foco em certificação de sistemas de gestão e treinamentos de normas aplicáveis. A atuação da QMS na América é gerenciada por escritórios no Brasil e nos Estados Unidos da América, com crescimento constante no continente em número de certificações e reconhecimento de mercado pelo nível técnico, satisfação de seus clientes e atendimento diferenciado.



Revista ESMAT realizou chamamento para publicação de artigos para o ano de 2021

A Revista da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, vinculada ao Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), realizou chamamento para publicação de artigos para o ano de 2021.

O periódico, de natureza interdisciplinar, foi avaliado no estrato B4 pela Capes, com veiculação semestral de artigos nas áreas do Direito, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e publicação nos formatos impresso e digital. Como retribuição pela publicação, os autores receberam dois exemplares da publicação no formato impresso.

215 novos livros são adquiridos pela Biblioteca Esmat

Com o objetivo de reforçar o acervo físico de obras literárias e de pesquisa, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) adquiriu 215 novos livros ligados à área do Direito e das Ciências Sociais. As obras já foram catalogadas e encontram-se à disposição dos usuários cadastrados no sistema da Biblioteca. Também para fortalecer o acervo virtual, a Esmat assinou a plataforma MagisterNET (LEX), além das plataformas Minha Biblioteca e Proview.

Dentre as obras, estão: Execução penal; Direito publicitário: proteção do consumidor; Embargos de declaração: como se motiva uma decisão judicial?; . Modulação na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes; Marketing jurídico na prática; Teletrabalho: novo direito do trabalho e o conflito de leis trabalhistas; Crimes contra mulheres: Lei Maria da Penha, crimes sexuais, feminicídio; Questões jurídicas decorrentes da Covid-19; O trabalho e as pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico; Cibercrimes: limites e perspectivas para a investigação de crimes cibernéticos; Direito urbanístico; Manual de inteligência artificial no direito brasileiro; Manual de inteligência artificial no direito brasileiro; Precedentes judiciais e hermenêutica; e outros.

Com um acervo de mais de 20 mil livros disponíveis para pesquisa, a Biblioteca da Esmat tornou-se a principal fonte de pesquisa e de incentivo à educação jurídica, não somente para magistrados e servidores do Judiciário, mas também para toda a comunidade jurídica do estado do Tocantins.



Esmat assina Termo de Compromisso destinando vagas no Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT) ao TRE e à Defensoria Pública Estadual

Por meio de um Termo de Compromisso firmado entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), a Universidade Federal do Tocantins (UFT) com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e a Defensoria Pública Estadual (DPE), foi assinada, no dia 24 de novembro de 2021, a destinação de 17 novas vagas no Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH-UFT/ESMAT) já para o próximo processo seletivo previsto para o primeiro semestre de 2022.

Segundo o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, “Nós estamos muito satisfeitos pelas parcerias firmadas com as instituições porque elas melhoram o alcance dos produtos finais, resultando num banco de projetos dos trabalhos acadêmicos que podem ser implementados em diversos órgãos, melhorando assim a prestação jurisdicional tocantinense”, afirmou.



O desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), ressaltou que “O Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos vai oportunizar a qualificação de magistrados e de servidores do TRE em importantes áreas voltadas a questões sociais, ambientais e do Direito. Temas de grande relevância para o trabalho desenvolvido pelo Judiciário em prol da sociedade”, disse.

A senhora Estellamaris Postal, defensora pública geral da DPE-TO, agradeceu aos parceiros “Uma Escola consolidada como a Esmat nos dá confiança na capacitação e qualificação da nossa equipe, principalmente quando se fala em direitos humanos, que é a nossa principal bandeira. Com esse olhar qualificado, os processos passam a ser julgados não somente pelas letras frias da Lei, mas também por um olhar mais amplo que inclui até a questão cultural integrada ao processo, e quem ganha é o nosso jurisdicionado”, afirmou.

O curso de Mestrado ofertado pelo Programa é destinado a servidores e magistrados do Poder Judiciário, docentes e profissionais atuantes no sistema de Justiça no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos. O objetivo é qualificar, ainda mais, os profissionais que atuam na prestação jurisdicional e exercem suas atividades no estado do Tocantins.



Pós-Graduações

Lato Sensu e Stricto Sensu

Esmat realiza cerimônia de certificação da segunda turma de Pós-Graduação em Prática Judiciária

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, no dia 29 de janeiro, a cerimônia de certificação de 61 novos especialistas da segunda turma de Pós-Graduação Lato Sensu em Prática Judiciária, parte teórica do Programa de Residência Jurídica. Devido às restrições sanitárias da pandemia, as atividades do programa, ocorreram de forma remota, por meio de plataformas de comunicação, assim como as bancas de defesa da Pós-Graduação. A cerimônia de certificação também ocorreu virtualmente.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, a conclusão da segunda turma do Programa de Residência Jurídica representa a vitória de 61 jovens que, ainda em 2019, recém-formados em Direito, deram o primeiro passo em suas vidas profissionais ao serem selecionados pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense para participarem desse importante Programa. “Foram dois anos de uma jornada em que cada residente demonstrou bravura e determinação pelo esforço de iniciar e não desistir, mesmo com todos os desafios que se colocaram no caminho, a exemplo da pandemia, que mudou nossa rotina e restringiu nossas atividades diárias. 2020 foi um ano histórico, pois testou nossa resiliência e nos fez mais fortes, porque, mesmo com todas as dificuldades, nós o vencemos”, ressaltou.

Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, as adversidades ocorridas devido à pandemia de Covid-19, fizeram com que a Escola intensificasse suas atividades virtuais com celeridade, tendo em vista os investimentos que já haviam sido feitos em tecnologia. “Essa é a nossa missão, e tem sido cumprida mesmo com as dificuldades impostas com o distanciamento. Nós não paramos as atividades por conta dessa situação; pelo contrário, nossas atividades foram mais intensas. A Esmat cumpre o seu papel que é o de formar servidores do Judiciário Tocantinense. Tenho certeza de que esses novos especialistas saem preparados, contando com melhores condições para competir no mercado de trabalho. E para competir nos melhores postos, quer no setor público ou no privado, com capacidade comprovada”, frisou.

De acordo com o 2º diretor adjunto do Conselho de Cursos da Esmat e superintendente do Programa de Residência Jurídica, juiz José Ribamar Mendes Júnior. “Durante esses dois anos, os senhores se prepararam, e nós da Esmat nos felicitamos porque vencemos um desafio maior, o de conseguirmos concretizar mais uma qualificação Lato Sensu durante a pandemia, e isso se deu pela força de Deus e também por nossa vontade. Meu desejo é o de que os senhores possam colocar profissionalmente em prática as lições aprendidas durante o curso, ao longo de suas vidas”, afirmou.

Em sua fala, o juiz Roniclay Alves de Moraes, coordenador do curso de Pós-Graduação em Prática Judiciária, ratificou com entusiasmo a jornada dos alunos durante o curso. “Fazer parte da Esmat é motivo de orgulho, eu gostaria de que vocês tivessem esse sentimento e a certeza de que integraram uma das melhores escolas do Brasil. Esse curso preparou todos vocês para agora enfrentarem essa vida que descortina a todos”, destacou.

A Pós-Graduação em Prática Judiciária é parte do Programa Residência Jurídica (PRJud), o qual tem como objetivo geral provocar reflexões, em relação aos valores, princípios e regras constitucionais, com vista a rever os modelos tradicionais de justiça e apresentar novos paradigmas e novos contornos, fornecendo a cada participante os instrumentos necessários para o pleno exercício da cidadania e aprimoramento de sua futura atividade profissional.



**Pós-Graduação em
Prática Judiciária**



Diretor Geral da Esmat participa de aula da IX Turma do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos

Considerado um dos idealizadores e incentivadores da criação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGJDGH), em nível de Mestrado Profissional e Interdisciplinar, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), participou, em 14 de setembro de 2021, de uma aula acadêmica da IX Turma do Mestrado. O Programa *Stricto Sensu* é realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Na ocasião, o desembargador lembrou o contexto histórico do credenciamento do Programa na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). “Foi uma grande vitória, praticamente inexplicável nas particularidades do Tocantins a Capes ter autorizado. Tivemos ajuda e participação de muitos professores de fora até atingirmos esse grau de maturidade que temos hoje, com trabalhos acadêmicos que abordam temas complexos que desafiam a construção de raciocínios e soluções, para refletir tudo o que tem acontecido em nossa sociedade, que demanda uma **resolução** eficiente e eficaz”, argumentou.

Devido às restrições sanitárias impostas pela pandemia, as atividades ocorreram de forma remota, por meio da Plataforma *Google Meet*. Esta turma contou com 34 mestrandos(as) representados(as) por magistrados, magistradas, servidores e servidoras efetivos(as) ou ocupantes de cargo em comissão do Poder Judiciário Tocantinense; servidores e servidoras efetivos(as) ou ocupantes de cargo em comissão do Poder Executivo do Estado do Tocantins; promotores(as), procuradores(as) de justiça e servidores e servidoras efetivos(as) em cargos de comissão do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO); e profissionais (público em geral) atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos.

Esmat lança curso de Pós-Graduação em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital



A iniciativa do curso surgiu do Centro de Comunicação Social (Cecom) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), respaldado pela Esmat. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico, o edital, assinado pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, define os objetivos do curso, que são “possibilitar a atualização dos profissionais de comunicação com sólida visão estratégica com capacidade de analisar as demandas do sistema judiciário e propor soluções integradas inovadoras, tendo como foco os objetivos organizacionais, sua imagem e sua reputação”.

Com carga horária estabelecida de 375 horas, o curso será realizado na modalidade presencial. Ao todo, foram disponibilizadas 50 vagas sendo o público-alvo formado por: servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense e servidores e servidoras de órgãos parceiros da Esmat (Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral, Justiça Federal, Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Tocantins, Universidade do Estado do Tocantins e Universidade Federal do Tocantins, Poder Executivo Estadual – Governo do Estado do Tocantins - Palácio Araguaia – e Poder Executivo Municipal – Prefeitura Municipal de Palmas), com graduação em comunicação social e suas habilitações e atuação em comunicação social e suas habilitações; e Jornalistas com graduação em comunicação social, em atuação e vinculados aos veículos de imprensa do Estado do Tocantins e Sindicato dos Jornalistas.



Para o Diretor Geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas nessa proposta de criação de um curso de pós-graduação na área de comunicação social vinculada à área jurídica servirá como um respaldo, um apoio institucional de toda classe àquilo que já iniciamos e que terá desdobramentos porque não ficará apenas neste curso de pós-graduação. “Este curso é embrionário na Esmat há alguns anos, realizamos alguns eventos no passado e daí começamos a pensar numa interlocução de algo maior com os canais de comunicação, principalmente os jornalista, cientes de que é difícil compreender a atividade do Poder Judiciário, que é altamente especializada”, afirmou.

Segundo a professora doutora e coordenadora da pós-graduação, Valdirene Cássia, a idealização do curso foi pensada no método ativo de aprendizagem sob a metodologia da aprendizagem baseada em problemas, que visa construir o aprendizado conceitual, por meio de temas atuais propostos pelo corpo docente, analisando os fatos e buscando mecanismos de solução. “Visamos assim olhar o fato, analisar suas consequências para que busquemos mecanismos minimizadores e, de solução de conflitos que sejam facilmente aplicáveis”, argumentou.

O curso pretende possibilitar a atualização dos profissionais de comunicação com sólida visão estratégica com capacidade de analisar as demandas do sistema judiciário e propor soluções integradas inovadoras, tendo como foco os objetivos organizacionais, sua imagem e sua reputação. As disciplinas serão compostas por atividades à distância, desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, com um percentual de até 20% da disciplina e atividades presenciais, com um percentual de 80%, ambas as atividades obrigatórias.

Dentre o conteúdo programático estão previstas as disciplinas Métodos de Ensino e Pesquisa; Produção de Portfólio Digital; Comunicação e Convergência Digital; Comunicação como Fator Estratégico no Judiciário; Comunicação Integrada no Processo de Construção da Imagem do Sistema Judiciário; Gestão de Riscos e Gerenciamento de Crises nas Mídias Digitais; Planejamento Estratégico para Mídias Digitais Corporativas; Empreendedorismo, inovação e gestão de projetos ágeis em Comunicação Corporativa; Endomarketing, entre outros.





Pós-Graduação em Teoria e Prática do Direito Privado

Esmat realiza cerimônia de certificação da turma de Pós-Graduação em Teoria e Prática do Direito Privado

Devido às restrições sanitárias da pandemia, as atividades do programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Teoria e Prática do Direito Privado, em sua etapa final ocorreram de forma remota, por meio de plataformas de comunicação, assim como as bancas de defesa da Pós-Graduação. A cerimônia de certificação também ocorreu virtualmente.

Na abertura da cerimônia, o desembargador João Rigo Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), ressaltou a importância da Esmat na formação de servidores e magistrados do Judiciário Tocantinense. “A Esmat sempre esteve na vanguarda. Eu fico muito honrado em ver esta Escola formando operadores do Direito. Parabéns a todas as pessoas que estão recebendo os seus títulos e me sinto honrado por estar aqui nesta solenidade”, afirmou. O magistrado Pedro Nelson de Miranda Coutinho, vice-presidente do TJTO, lembrou da honra em participar da formatura de uma turma de Pós-Graduação. “É uma honra poder estar acompanhando este momento tão importante para o Judiciário. O trabalho que a Esmat tem feito é de suma importância à melhoria dos nossos quadros e da prestação jurisdicional, tudo isso voltado para uma melhor aplicação da justiça”, lembrou.

Em sua fala, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, agradeceu à Coordenação do Curso e lembrou o empenho de a Escola montar um corpo docente para a Pós-Graduação. “Trazemos os melhores expoentes do direito privado da Universidade de Lisboa, para se juntarem com os nossos melhores expoentes do direito privado do estado do Tocantins, da Esmat e da Universidade Federal do Tocantins, no sentido de conferirmos um ensinamento de altíssima qualidade, compreensão desse direito que é a raiz de todos os direitos do mundo ocidental. A civilização ocidental foi construída sobre o direito privado”, argumentou.

O desembargador ressaltou o empenho do corpo técnico e acadêmico da Esmat, que já concedeu cerca de dois mil certificados de Pós-Graduação. “É um número invejável e creio que nenhuma Escola Superior da Magistratura dos demais estados tenha atingido parte dessa meta. Cada homem e cada mulher especializados na Escola estão no contexto da sociedade melhorando a vida das pessoas. Como o nosso ensino se dá por profissionais, o retorno para a comunidade em geral é o oferecimento de projetos para melhorar as instituições ou a vida da sociedade”, ressaltou.

O juiz José Eustáquio de Melo, coordenador geral do curso, lembrou a dificuldade na manutenção das aulas que enfrentaram o início da pandemia e ainda interferem no processo de aprendizagem. “Eu vejo em vocês potencial para continuar na pesquisa, no mestrado, doutorado. Animem-se porque nós temos outros desafios a vocês. A pandemia e a situação do Brasil ante a vacinação sugerem novas reflexões”, lembrou. A tutora do curso, Glacielle Borges Torquato, agradeceu à Esmat, responsável pelo seu crescimento acadêmico em Pós *Lato Sensu*, mestrado e, agora, no doutorado. “Grande parte da minha carreira acadêmica foi consolidada na Escola da Magistratura, e isso é motivo de grande orgulho para mim”, frisou.

A servidora Marina Correa Coelho, oradora da turma, representando os novos pós-graduados, lembrou dos desafios impostos pela pandemia no ambiente acadêmico. “No meio de tantas notícias difíceis, outros tantos renascimentos, tivemos novas oportunidades de escrever uma história diferente. Aos meus queridos colegas de pós-graduação, sintam-se abraçados”, disse.

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Teoria e Prática do Direito Privado tem o objetivo de capacitar magistrados e servidores, oferecendo uma abordagem pós-positivista de interpretação do Direito das Relações Privadas, a fim de fomentar a construção jurídica humanizada e personalizada, cuja didática encontra-se afinada com a proposta conjugada do saber teórico com o saber prático.

AULA MAGNA



REALIZAÇÃO:



Aula Magna de Mestrado e Doutorado promovida pela Esmat conta com palestra do ministro Carlos Britto



Acadêmicos dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Doutorado Interinstitucional em Direito (DINTER) do UniCEUB participaram da Aula Magna – abertura dos dois programas de Pós-Graduação promovidos pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Para ministrar a Aula Magna, foi convidado o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), professor doutor Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, que falou sobre “O Sistema Jurídico e suas condições formal e material de possibilidades”.

A Solenidade contou também com a presença do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat; do senhor Rolf Vidal, secretário-chefe da Casa Civil do Governo do Estado; do professor doutor Gustavo Paschoal, coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos – UFT/ESMAT; da professora doutora Liziane Paixão, coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Direito, pelo UniCEUB; do doutor Luciano

Casaroti, procurador geral de justiça do Ministério Público Estadual; do desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; e dos acadêmicos dos cursos de Mestrado e Doutorado.

Em sua fala, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, lembrou do apoio concedido pelo ministro Carlos Brito em trazer para o Tocantins cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na área do Direito. “Estamos hoje aqui todos reunidos, talvez com a parcela do ministro de ter acendido essa centelha de conhecimento. Um curso não só voltado para juízes e servidores, mas também vagas ofertadas para a sociedade; agora, depois de formarmos uma quantidade expressiva de mestres no Poder Judiciário, abrimo-nos para outras instituições. Nosso objetivo primordial é melhorar a vida da sociedade e proporcionar formação interdisciplinar para que possa haver paz social para o progresso e desenvolvimento. Isso é o que é importante num curso como este: pensar que as Leis e as Constituições foram feitas para libertar o ser humano, e não para aprisionar. Ela é fonte de liberdade e segurança”, ressaltou.

Com a palestra direcionada aos acadêmicos e com linguagem acessível, o ministro Carlos Britto falou sobre as concepções do Direito, apresentou contextos históricos e sobre a atual conjuntura brasileira, com discursos, posicionamentos e ataque ao Estado Democrático de Direito. “Golpe militar é heresia jurídica. É escatologia jurídica”, disse em uma de suas falas.

Sobre a importância do Direito na sociedade, o jurista foi enfático ao relacionar o tema com uma casa. Não há vida social sem o Direito, diga-se isso mil e uma vezes, pois não existe vida social sem o Direito. E o Direito só existe para a vida dos seres humanos em sociedade. Agora, o Direito, mais do que um complexo de normas e, portanto, de regras, competências, conduta, é um sistema, porque ele se autoalimenta. O Direito é uma casa arrumada, com cada uma das peças desta em seu devido lugar. O Direito é uma casa arrumada por ele mesmo, não pela gente, não é pelos intérpretes do Direito. É por ele próprio. Quando quisermos falar de Direito como sistema, lembremo-nos de casa arrumada. “Sistema é casa arrumada”, frisou.

São alunos do Mestrado: magistrados e servidores efetivos ou ocupantes de cargo em comissão do Poder Judiciário Tocantinense; servidores efetivos ou ocupantes de cargo em comissão do Poder Executivo do Estado do Tocantins; promotores; procuradores de justiça e servidores efetivos e em cargos de comissão do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO); bem como profissionais atuantes no âmbito da Prestação Jurisdicional e/ou Direitos Humanos. Já no Doutorado, contamos com 20 alunos matriculados entre magistrados e servidores do Judiciário Tocantinense.

Pós-Graduação Lato Sensu

COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL



Poder Judiciário e Esmat realizam Aula Magna do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital

A primeira Pós-Graduação em Comunicação Jurídica Estratégica na Era Digital, promovida pelo Poder Judiciário Tocantinense em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) teve início, no dia 10 de novembro de 2021, com a realização de uma Aula Magna proferida pelo jornalista Carlos Alberto Di Franco.

Na abertura da Aula Magna, o desembargador João Rigo Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, lembrou e ressaltou a importância do curso de Pós-Graduação em Comunicação. “Sabemos que a Comunicação faz parte do nosso cotidiano, da nossa vida, em família, em convívio com os amigos, na atuação profissional. Então, a Comunicação é um meio que a gente tem de integrar, de passar informação às pessoas. A chegada desta Pós-Graduação é muito importante. Temos certeza de que ela ficará nos anais da Escola e do Tribunal de Justiça”.

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, disse que, ao longo dos anos, a Escola se consolidou não só como um espaço de formação de magistrados e servidores do Judiciário Tocantinense, como também com as capacitações de entidades parceiras e a população em geral. “Nosso foco são os Direitos Humanos. Trabalhamos para o sistema de Justiça como um todo. A Esmat não é uma Escola exclusivamente de juízes e servidores, ela traz no seu contexto a academia e procura promover interlocução do Poder Judiciário com a imprensa”, reforçou.



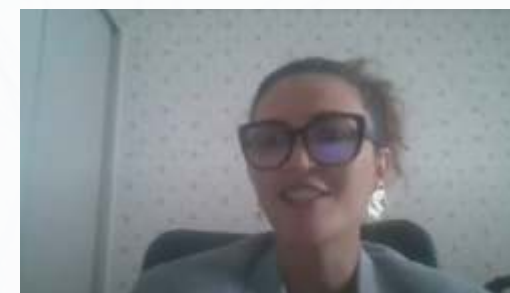
Para o jornalista Sebastião Pinheiro, diretor de Comunicação do Tribunal de Justiça, a primeira Pós-Graduação, direcionada a profissionais da comunicação tocaninense, é uma iniciativa de demonstração do respeito para com a imprensa, tendo como ponto final o cidadão. “Lembramos aqui que a Pós só foi possível graças ao desembargador Marco Villas Boas, que é um grande entusiasta da qualificação profissional. Queremos nesta ocasião também agradecer a toda a equipe Esmat e à Cecom. Este curso vem para ampliar a capacitação dos jornalistas sobre os assuntos de cunho judicial. Acreditamos que vai melhorar não só o relacionamento judiciário e imprensa, mas também capacitar os nossos profissionais dos veículos de comunicação”, destacou.

Para a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, corregedora geral da Justiça, este curso de Pós-Graduação deverá estreitar os laços entre Poder Judiciário e Imprensa no Estado. “Precisamos melhorar a relação entre o Judiciário e a imprensa a partir de um conhecimento mútuo, baseado na transparência e no respeito. Tenho certeza de que esta Pós-Graduação, desenvolvida com brilhantismo pela nossa Escola Superior da Magistratura Tocantinense, será um grande passo no fortalecimento dessa parceria, promovendo, assim, uma aproximação que trará importantes frutos para a Justiça, que busca estar cada vez mais próxima da sociedade, e para os veículos, que são importantes defensores dos direitos da pessoa humana. Aproveito para parabenizar o desembargador Marco Villas Boas e o jornalista Sebastião Pinheiro pela brilhante iniciativa de promover este curso”, frisou.

Na ocasião a presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins, jornalista Alessandra Bacelar a chegada de um curso de pós-graduação para a classe é motivo de festividade. “É uma grata alegria para os jornalistas ser incluído nesse processo de capacitação e investimento em conhecer mais sobre o funcionamento do Sistema de Justiça, em especial o Tribunal de Justiça. Agradecemos os esforços da Esmat, por meio do desembargador Marco Antony em possibilitar que essa pós graduação saísse do mundo dos anseios para a realidade”, afirmou.

Carlos Alberto Di Franco

Discutindo posturas e avanços do jornalismo na atualidade, o palestrante lembrou temas antigos, atuais e recorrentes do jornalismo brasileiro, como a sociedade do espetáculo, a exacerbação do sofrimento humano refletida nos programas populares de jornalismo policial, a busca pela exposição momentânea e outros tantos fenômenos percebidos pela velocidade com que os fatos são apresentados e consumidos. Paralelo a isso, o jornalista lembrou o papel da imprensa e sua interrelação com o Poder Judiciário. “O maior pecado é o distanciamento. Eles geram fantasmas que desaparecem quando se joga luz. Então sugerimos que imprensa e judiciário e imprensa conversem e joguem luz nestes fantasmas. O judiciário tem que ir ao encontro da mídia para que a informação chegue ao público de maneira coesa. Não é a informação tecnicamente produzida ela precisa ser eticamente bem produzida”, frisou.



The background features a complex geometric design. On the left side, there are large, overlapping shapes in shades of blue, grey, and white, resembling stylized letters or abstract forms. On the right side, a network of thin grey lines connects various nodes, creating a mesh-like pattern that extends across the background.

Cursos



SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: um olhar restaurativo

Com a proposta de compreender a Justiça Restaurativa, seus princípios e valores, e as diversas possibilidades de aplicação e desenvolvimento, capacitar os agentes públicos para o estabelecimento do senso de justiça, da pacificação social e da legitimação da atuação do Estado, identificando os casos práticos a serem encaminhados para o atendimento restaurativo, a Esmat realizou, em março de 2021, o curso *Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo*.

Com carga horária de 25 horas, o curso foi idealizado pelo magistrado Antônio Dantas de Oliveira Júnior, e teve como público-alvo magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense; membros do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do TJTO; membros e servidores do Ministério Público; membros e servidores da Defensoria Pública; delegados, escrivães e investigadores da Polícia Civil; oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; assistentes militares do TJTO; representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública das Cidades de Palmas/TO, Araguaína/TO e Gurupi/TO; advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); agentes de Execução Penal e agentes de Segurança Socioeducativos; servidores da Secretaria de Segurança Pública; servidores da Secretaria de Cidadania e Justiça; servidores de Escolas de Formação de Militares dos municípios de Araguaína, Gurupi e Palmas; estudantes e público em geral.

O primeiro painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: Um Olhar Restaurativo abordou os temas: Justiça Restaurativa: origem, princípios, valores e suas metodologias; Círculos de construção de paz; e A utilização e a prática da comunicação não violenta na perspectiva da atuação policial. A programação ocorreu semanalmente até o mês de maio.

Tendo como coordenador de Mesa o juiz Marcio Soares da Cunha, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), a abertura contou com a presença do juiz Manoel de Farias Reis Neto, presidente do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Tocantins, que iniciou sua fala parabenizando o magistrado Antônio Dantas de Oliveira Junior pela autoria desse projeto tão importante para a disseminação da Justiça Restaurativa e ressaltou o apoio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) à política de solução de conflitos: “Estamos em uma época difícil, e a Esmat não tem medido

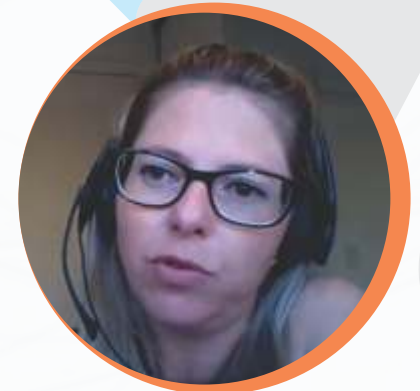
esforços para continuar com seu trabalho, o de fomentar programas como este e atividades que enriquecem todos os operadores de direito, não só do estado do Tocantins”, explicou.

Ao abrir a programação, o idealizador do curso, o magistrado Antônio Dantas de Oliveira Júnior, expôs, com muito entusiasmo, sua alegria em ver o projeto do curso sendo efetivado com sucesso, e em esperar que todos saiam satisfeitos, com uma nova visão acerca dos assuntos abordados, entendendo as diferenças entre paz pública e ordem pública, e em como a justiça restaurativa se torna uma filosofia de vida. “No que diz respeito à segurança pública, o que seria? Seria essa sensação de bem-estar, de comodidade, de seus moradores estarem certos de que terão uma vida tranquila e pacífica, livres de aborrecimentos. Convivemos em sociedade, em comunidade; necessitamos viver em paz. Para isso, precisamos da segurança pública, a fim de que essa vida possa ser vivida de forma pacífica, de maneira digna. A ordem pública precisa, pois, ser resguardada. Quando ela não é resguardada, a sociedade tem um sentimento de insegurança e de impunidade”, lembrou.

A professora psicóloga Rafaela Duso abordou o segundo tema do primeiro painel: Círculos de Construção de Paz. A palestrante discorreu o conceito do que seria a Justiça Restaurativa, além de explicar como os círculos de construção de paz se encaixam na metodologia e quais são suas aplicações. “Já antecipo a vocês que, onde estiverem pessoas, é possível usar a metodologia dos círculos de construção de paz. Da mesma forma, a gente também pode viver esse conjunto de princípios e valores da justiça restaurativa”, comentou.

A programação de abertura do curso encerrou com a terceira palestra, ministrada pelo professor Marcelo Pelizzoli, que abordou o tema: A utilização e a prática da comunicação não violenta na perspectiva da atuação policial.

Composto de oito painéis, o curso ocorreu por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, com atividades que promoveram a interatividade entre os alunos, durante todo o curso, por meio da sala de conversação, bem como acesso às palestras e outras ferramentas que auxiliaram no processo de ensino-aprendizagem.



Segundo Painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo discutiu policiamento comunitário, transação penal e conciliação, entre outros temas

O Segundo Painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo abordou temas, como: *A Constituição Federal, de 1988: a adequação do tratamento de conflitos igualitários às minorias; Teoria do Conflito Mediação; Transação Penal e Conciliação e Policiamento comunitário e abordagem restaurativa.*

Ao abrir os debates, a coordenadora de Mesa, a juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, agradeceu a presença de todos os participantes e enfatizou: Este curso é fruto de um olhar humano do magistrado Antônio Dantas. Não me canso de repetir: “Este curso é uma referência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins”, ressaltou.



A primeira palestra – do Segundo Painel – foi apresentada pela magistrada Umbelina Lopes Pereira, que versou sobre Policiamento comunitário e abordagem restaurativa. A segunda palestra foi ministrada pelo juiz André Felipe Gomma de Azevedo, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que falou a respeito da teoria do conflito, mediação, transação penal e conciliação sobre os conceitos de valor público aplicados sob a perspectiva do sistema de justiça e sobre a necessidade de se criarem projetos que abarquem todos os grupos.



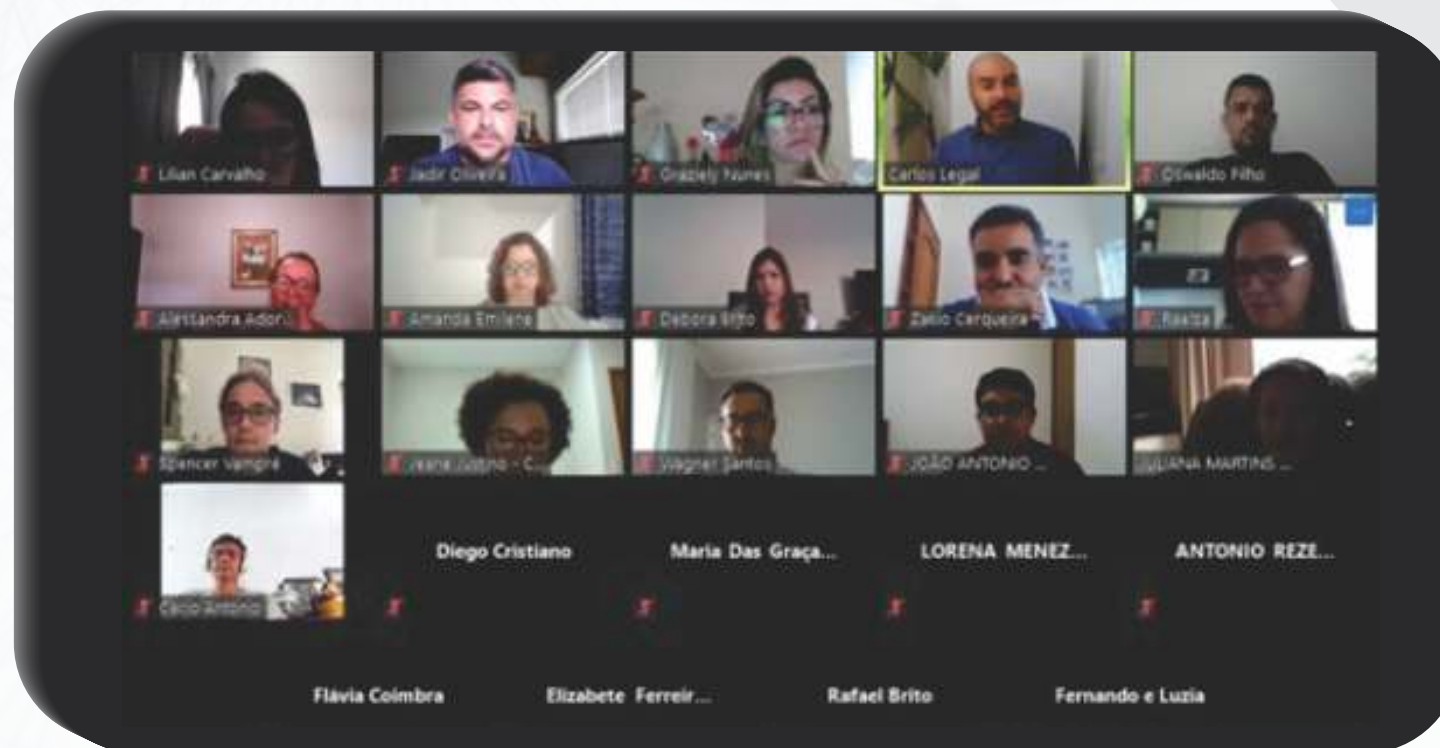
Em sua fala, o magistrado ressaltou as discussões iniciais da implementação da Justiça Restaurativa no País. “Trago aqui um argumento que penso ser fundamental quando pensamos em Justiça Restaurativa. Em 2005, o Ministério da Justiça tentou enfaticamente ter apenas um modelo, para o Brasil, de Justiça Restaurativa, e eu falava que não dava para pensar em um modelo só. Eles queriam implementar o de comunicação não violenta, mas nem todo jurisdicionado pensa da mesma forma, tem gente que adora sentar-se em círculo no chão e conversar, tem gente que detesta. O círculo pode funcionar para um grupo, mas provavelmente para um outro não. Ou seja, nós gestores, precisamos pensar em criar mecanismos de aferição”, explicou.



Em seguimento, a magistrada Catarina de Macedo Nogueira Lima e Correia, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, apresentou a terceira palestra com o tema: Uma Segurança Pública mais Restaurativa, seguido do último: A Constituição Federal, de 1988: a adequação do tratamento de conflitos igualitários às minorias, ministrado pela magistrada Julianne Freire Marques.



Curso Gestão de Pessoas e Liderança – Turma IV



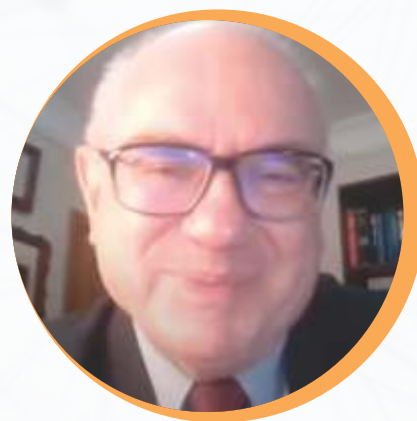
Realizado em abril de 2021, o curso Gestão de Pessoas e Liderança – Turma IV – teve como proposta desenvolver a competência Gestão de Pessoas para promover habilidades na aplicação de métodos, políticas, técnicas e práticas, definidos com conteúdo teórico e prático sobre os principais aspectos e ferramentas de liderança e qualidade de vida no trabalho.

Com carga horária de 20 horas, o curso teve como públicos-alvo servidores efetivos ou comissionados e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense. As aulas ocorreram na modalidade Ensino à Distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e Plataforma Zoom.

Para a servidora Graziely Nunes Barbosa Barros, coordenadora de apoio da Corregedoria, o curso Gestão de Pessoas e Liderança é de grande importância no cenário atual do Tribunal

de Justiça. “É substancial que façamos escolhas assertivas para alcançar os resultados esperados, a fim de motivar os servidores e extrair o melhor deles. Em tempos de trabalho remoto, dominar as técnicas de gestão e liderança contribuirá muito para continuarmos com uma boa prestação jurisdicional. Com certeza, ao término deste curso, estaremos muito mais enriquecidos para aplicarmos o conhecimento com os demais membros de nossa equipe”, afirmou.

Dentre os objetivos específicos do curso estão: Adquirir habilidades na técnica de gerir pessoas, entendendo o conceito de chefe, gerente e líder, com foco na prática; Perceber o crescimento pessoal e profissional como processo contínuo; Promover a consciência a respeito da necessidade de o líder se manter em constante processo de desenvolvimento e proporcioná-lo à sua equipe, entre outros.



Terceiro Painel do curso *Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo* abordou temas como planejamento de rotinas, política pública e atuação das forças de segurança

O Terceiro Painel do curso *Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo* abordou tópicos referentes à qualidade no atendimento, à atuação das forças de segurança e à implementação da Justiça Restaurativa como política pública. Os debates do terceiro encontro virtual foram mediados pela juíza Odete Batista Dias Almeida, que agradeceu a presença dos palestrantes e deu seguimento aos diálogos do dia.

Na primeira palestra, a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Joalice Maria Guimarães de Jesus, falou sobre *A Justiça Restaurativa como nova Política Pública*. "Uma oportunidade muito grande de estar neste curso discutindo essas novas políticas públicas e entre elas a Justiça Restaurativa. Então a gente tem sempre uma ideia de que a Justiça é uma justiça sentada numa cadeira segurando uma espada e uma balança. A Justiça Restaurativa pinta essa Justiça de forma diferente, ela parece com um Novo Olhar, com aquela justiça que vem para ajudar as pessoas, e não simplesmente para julgar. Temos uma justiça acolhedora, que trata do cidadão", lembrou.

O segundo palestrante, o professor mestre Lucas Pinto Carapiá Rios, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), falou sobre *Planejamento de Rotinas para Atendimento com*

Qualidade Restaurativa. "É possível construir programa restaurativo aos poucos, é possível iniciar com abordagens restaurativas, até com cunho terapêutico. Contudo, a Justiça Restaurativa não é terapia. É possível, a partir de projetos e/ou ações com abordagens restaurativas, caminhar para um programa efetivamente restaurativo, no qual sejam observadas as necessidades da vítima, do ofensor, da comunidade e dos demais envolvidos no conflito", afirmou.

Na última fala do dia, o procurador de justiça aposentado do Rio Grande do Sul e professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP), Armando Konzen, versou, em sua palestra, sobre *Racionalidade Penal Moderna – Polícia e Justiça Restaurativa*. Em sua fala, o professor lembrou que a preservação dos Direitos Humanos se dá à medida que os diálogos se transformam em ações. "Portanto, uma tarefa para além da manutenção da ordem, cuja tarefa importa a todos nós, se queremos uma sociedade com um futuro humano e ecologicamente sustentável, só é possível com o investimento na construção da paz", reforçou.

Curso Cálculos Revisionais Bancários e Expurgos Inflacionários

Com o objetivo de proporcionar aos servidores do Poder Judiciário capacitação técnica e análise teórica acerca de temas recorrentes que estão envolvidos nas demandas judiciais revisionais bancárias, ampliando a capacidade analítica, a interpretação de informações financeiras presentes em contratos bancários das mais diversas modalidades, a Esmat realizou o curso *Cálculos Revisionais Bancários e Expurgos Inflacionários*, destinado a servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

As aulas ocorreram na modalidade Ensino à Distância, por meio da Plataforma *Google Meet* e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, e se estenderam até maio de 2021.

Dentre os objetivos do curso estavam o de garantir a constituição sólida de conhecimento aos servidores das diferentes comarcas do Estado; contribuir na sua formação profissional no que tange a cálculos financeiros e bancários; e agregar valor prático ao Poder Judiciário Tocantinense.

Para o contador judicial Arthur Emílio, o curso de revisão de contratos bancários veio para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional no estado do Tocantins. "Somente por meio da capacitação e do ensino continuado podemos entregar ao jurisdicionado cálculos elaborados com segurança que coíbem o alongamento de uma batalha judicial, possibilitando a razoável duração do processo", ressaltou.

A aluna Débora de Brito Ribeiro ressaltou que o curso de revisão de contratos bancários já há tempos era esperado pelos contadores judiciais e veio em momento oportuno. "O conteúdo é vasto e complexo; no entanto, as aulas gravadas permitem que sejam revistas a qualquer momento, tornando esta modalidade EaD bastante interessante, pois, em caso de dúvidas, pode tornar a assistir ao vídeo para melhor compreensão. O curso ainda está em sua fase inicial, mas já estou muito empolgada", afirmou.

Quarto Painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo discute diálogo e trocas de vivências interdisciplinares



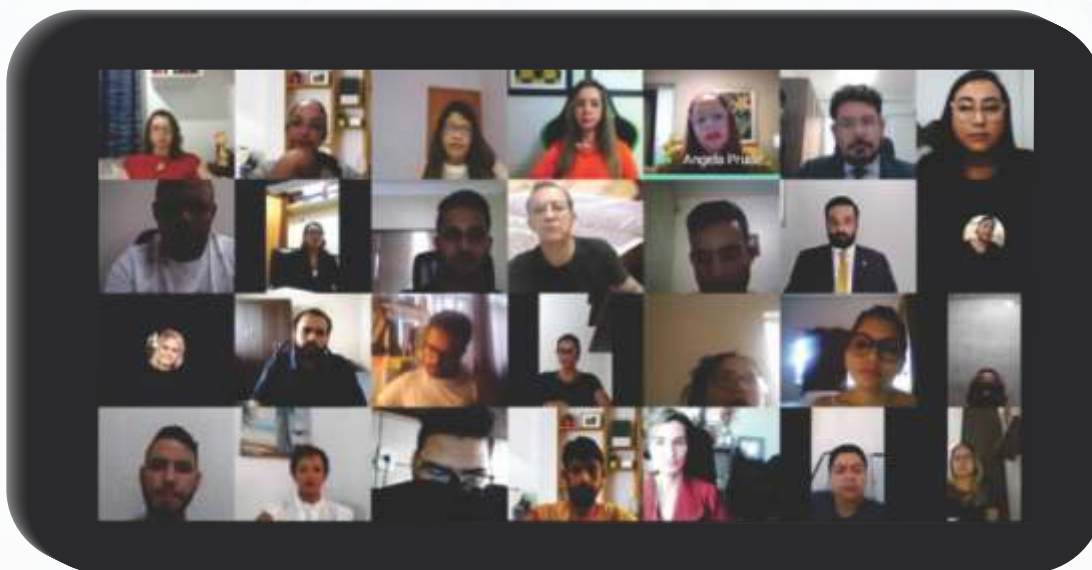
O Quarto Painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo abordou tópicos referentes à eficiência da integração policial como ideal comum, o uso progressivo e diferenciado da força, os avanços da resposta ao delito de vingança e justiça restaurativa nas audiências de custódia. Os debates do quarto encontro virtual foram mediados pelo juiz auxiliar da presidência do TJTO, Manuel de Faria Reis Neto, que agradeceu a presença dos palestrantes e deu seguimento aos diálogos do dia.

Na primeira palestra, a delegada de Polícia Civil, Milena Santana de Araújo Lima, ressaltou a importância de eventos que discutam a Justiça Restaurativa em todos os aspectos. "O curso é uma possibilidade para compartilhamento de aprendizados e vivências. Assim, cumprimento o idealizador e responsável por este curso, na pessoa do doutor Antônio Dantas. Acredito que seja o primeiro a ter sido realizado no nosso Estado e talvez até no Brasil, já que o curso relaciona segurança pública, direitos humanos e justiça restaurativa de uma forma plural, reunindo profissionais de diversas áreas, abrindo caminhos para que experiências positivas vivenciadas por outros estados e até por outros países possam ser disseminadas e consolidadas aqui no Tocantins", afirmou.

O segundo palestrante, idealizador do curso, juiz Antônio Dantas de Oliveira Junior, parabenizou a primeira palestrante e completou sua fala frisando sobre a necessidade e relevância que a comunicação possui em todas as esferas. "O diálogo constrói pontes importantes para que a gente possa chegar a um resultado satisfatório para todos os envolvidos", comentou.

Na última fala do dia, a juíza Laryssa Copack Muniz, do Tribunal de Justiça do Paraná, versou sobre como as pessoas costumam ter uma ideia equivocada do que querem e do que realmente precisam. "A ideia da justiça restaurativa e a nossa missão é contar, como Estado, aquilo que as pessoas querem, mas não sabem, como é que vou atingir uma sociedade mais pacífica? O melhor jeito para ensinar uma pessoa a viver em sociedade não é tirá-la da sociedade", explicou.

Esmat realiza curso Introdução aos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos



“ Vejo neste momento um divisor de águas. Há pouco tempo tínhamos uma advocacia combativa, que não mediava. É necessário que a gente estabeleça uma cultura de paz na sociedade e nos profissionais que vão atuar na mediação de conflitos. ”

Professora Priscila Madrugá

A instalação de Cejuscs nas faculdades é produto de Dissertação de Mestrado promovido pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), proposta pela mestrandia e coordenadora do Cejuscs de 2º Grau, à época, a desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente. Desse produto, surgiu o referido Termo de Cooperação, e o curso que hoje se inicia. Segundo a desembargadora, este é o primeiro passo para a efetivação desse projeto que deve ser para a política adequada da solução de conflitos. “Sabemos que a sociedade contemporânea espera, a cada dia, por uma justiça célere e dinâmica. Precisamos olhar o Direito numa perspectiva mais humanitária, visando à criação de uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã”, ressaltou.

Para o juiz Márcio Soares, coordenador do Nupemec, o curso é importante para toda a sociedade na busca da disseminação de uma cultura de pacificação. “Vivemos um momento muito difícil e agravado em decorrência da pandemia. Os alunos que estão aqui hoje vão poder ter esse contato com a mediação, a conciliação e a solução de conflitos”, afirmou. Já para a professora Priscila Madrugá, coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica do CEULP/ULBRA, é missão de a Instituição Acadêmica formar profissionais capacitados sem perder o foco comunitário.

As aulas ocorreram na modalidade de Ensino à Distância. Dentre os objetivos da capacitação acadêmica estão o de conhecer o contexto histórico dos métodos alternativos de resolução de conflitos; compreender os conceitos e fundamentos dos métodos alternativos de resolução de conflitos; entender a importância da aplicação correta das técnicas utilizadas nas audiências de mediação, além de oficinas de parentalidade e divórcio, justiça móvel e justiça restaurativa para que a solução dos conflitos seja exitosa.

Quinto painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo aborda Psicologia, Psicanálise e Combate ao Racismo

Realizado no dia 20 de abril, em mais um Painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo, foram abordados os temas: Psicologia e compreensão do sujeito e seu lugar de ação e fala; Psicanálise e escuta compassiva; e a atuação da sociedade e do Poder Público no combate ao Racismo.

Os debates foram coordenados pela juíza de direito e aluna do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Silvana Maria Parfieniuk, que, em sua fala ressaltou a importância dos temas e destacou a brilhante atuação das palestrantes. "Sinto-me muito feliz em participar deste Evento por ter consciência de que o olhar restaurativo é um extraordinário meio de promover o aperfeiçoamento do ser humano e das relações sociais, pois estimula e desenvolve a compreensão do outro, uma forma de humanização no tratamento dos conflitos. É impossível não se envolver e não se apaixonar por um tema tão sincero e sensível como este", afirmou.

A professora especialista Daniela Paula Alencar falou sobre a Compreensão do Sujeito segundo a Psicologia e ressaltou a importância do sujeito como agente de mudança. Destacou que "Na Psicologia, o sujeito é aquele ser que tem sua subjetividade, tem as suas emoções e os seus espaços de fala. O sujeito que trata de mim e de você, o sujeito que, por meio das nossas vivências, das nossas experiências de vida, traz consigo as nossas marcas. Sujeito dotado da sua própria história, com suas particularidades. Cada sujeito para a Psicologia tem a sua importância, tem o seu valor", afirmou.

A psicanalista e professora Sandra Luzia Brito Santos apresentou tópicos sobre psicanálise e escuta compassiva. "Falar da psicanálise e da escuta compassiva é falar de um tema que é uma pérola preciosa, principalmente hoje, neste momento em que vivemos, em que passamos por uma pandemia". Ela iniciou o debate com as provocadoras perguntas: Será que nós ouvimos ou escutamos? Será que existe alguma diferença em ouvir e escutar? Sua resposta resultou em importantes debates.

No final do painel, a professora doutora Patrícia Medina, docente do Programa de Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Esmat falou sobre a importância do Poder Público e da sociedade em combater o racismo, chaga social que, apesar da criminalização no Brasil, ainda provoca muitas discussões. "Infelizmente o racismo tem tido notoriedade negativa, e ela tem sido recorrente no campo e nos aspectos da sociedade brasileira. Nós temos nos envolvido muito com fenômenos que nos são trazidos pela mídia, que ocorrem fora do nosso universo e do nosso País. A mídia tem colaborado conosco nesse processo de reflexão sobre os fenômenos que se dão no Brasil, e a despeito de acontecerem muito próximos de nós, de nossas casas, do nosso trabalho, das atividades sociais que realizamos, estes fenômenos que envolvem a violência motivada pelo crime da cor, também ocorrem conosco e precisam da nossa reflexão. O ato de discriminar atinge diretamente os direitos humanos, porque também envolve o princípio da dignidade humana", lembrou.



**“ Escutar é
você colocar atenção no outro,
é você compreender
o que o outro diz. ”**

Psicanalista e professora Sandra Luzia Brito Santos

Servidores do Judiciário Tocantinense participam do curso Planejamento de Compras Públicas

O curso Planejamento de Compras Públicas com a Formalização dos Estudos Técnicos Preliminares (Termo de Referência, Projeto Básico e Adoção do Sistema de Registro de Preços), foi realizado nos meses de abril e maio de 2021 na modalidade Ensino à Distância pela Esmat.

O curso foi destinado a servidores (efetivos e comissionados) do Poder Judiciário Tocantinense, e para servidores de outros órgãos cedidos com lotação nas Diretorias do Tribunal e atuação nos processos de contratação de bens e serviços, a partir da edição de Termo de Referência, Projeto Básico e Adoção do Sistema de Registro de Preços, sob definição dos respectivos diretores do Tribunal de Justiça.

Para o técnico judiciário Ênio Carvalho, que participou do curso, foi uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos, tendo como expectativa muito aprendizado e colaboração, sempre que possível. “Vejo com muito bons olhos essa capacitação em Compras Públicas, sobretudo quando as discussões trazem muito da nossa realidade e do que temos em instruções de planejamento até o momento, para disseminar o conhecimento dessas diretrizes entre os servidores do TJTO e, na oportunidade, buscar melhorias nas instruções das contratações”, afirmou.

O curso foi proposto com o objetivo de fornecer aos responsáveis pela instrução dos processos de contratação os mecanismos legais e as práticas que garantam a elaboração de projetos básicos sem vícios ou imperfeições técnicas. Para que o gestor público obtenha sucesso na contratação, são necessários o conhecimento e a aprendizagem de modernas técnicas de administração de materiais, sem prejuízo de outras específicas à realidade governamental, entre elas a Lei nº 8.666, de 1993.



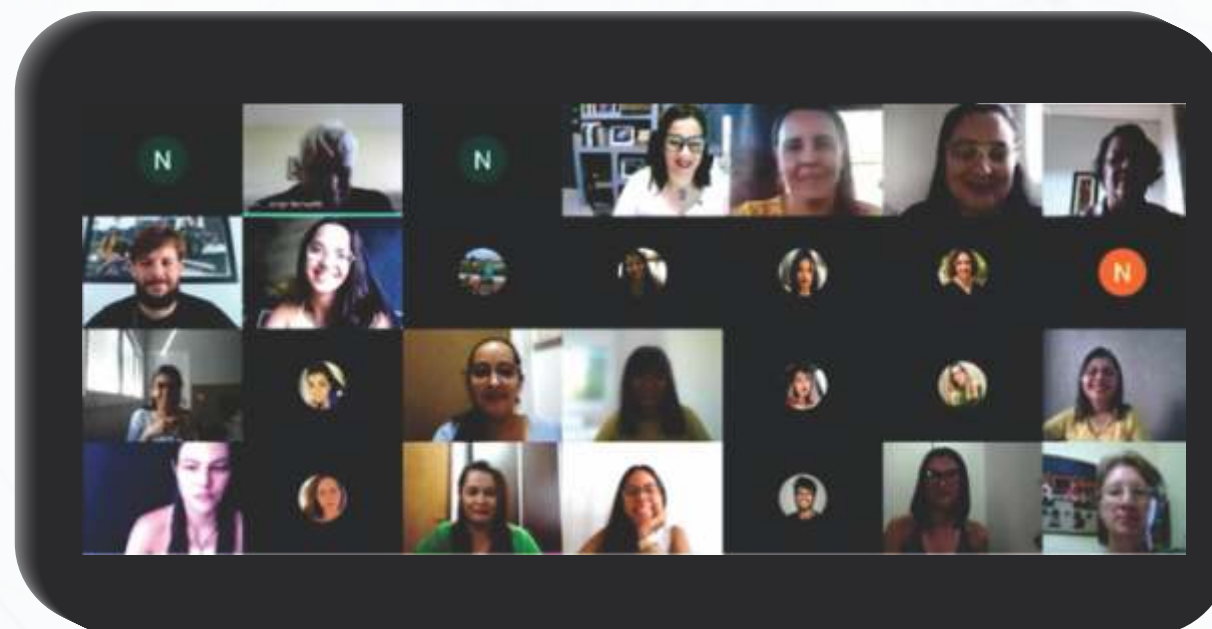
GRUPALIDADES, METODOLOGIAS ATIVAS
E SUPERVISÃO INSTITUCIONAL



Iniciado em maio e finalizado em setembro de 2021, o curso Grupalidades, Metodologias Ativas e Supervisão Institucional, teve como público alvo servidores efetivos ou comissionados, estagiários e servidores de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário Tocantinense, credenciados das áreas de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia que atuam na operacionalização dos programas em desenvolvimento vinculados ao Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM).

O curso teve como proposta capacitar servidores e profissionais do Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM) para a compreensão, aplicação e manejo dos processos grupais, da prática de supervisão institucional de equipes multidisciplinares, e do uso de metodologias ativas no contexto do processo de trabalho, tanto de implantação de projetos estratégicos quanto de atendimento de processos judiciais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

As atividades foram ministradas na modalidade EaD pelos professores Jorge Antônio Nunes Bichuetti e Jonatha Rospide Nunes, e ocorreram por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat – Plataforma Moodle –, com participação obrigatória nas web aulas.



Percepção, educação e contextualização histórica das lutas por direitos são debatidas no sexto painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo

A percepção e o entendimento dos direitos, o acesso à educação e todo o contexto histórico da luta por equidade, valorização da vida e as novas perspectivas dos Direitos Humanos no País foram os temas abordados no sexto painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: Um Olhar Restaurativo. Na pauta, a atuação das forças de segurança e a inter-relação com a Justiça Restaurativa.

Ao abrir o ciclo de palestras, o magistrado Antônio Dantas de Oliveira Júnior, idealizador do curso, ressaltou a importância deste como formador da percepção social, do entendimento do lugar de fala e atuação de cada ser humano. “Eu quero dizer a vocês que nos assistem que a nossa sociedade, as percepções coletivas da sociedade estão na raiz de um pensamento que foi se moldando de acordo com a formação histórica do Brasil e, no caso, do mundo, nessa questão relativa da segurança pública, do sistema prisional e da justiça restaurativa. Ou seja, os preconceitos estão impregnados no nosso inconsciente coletivo. Nós precisamos assumir o nosso preconceito, pois é uma etapa prévia fundamental para que essa ideia preconceituosa seja superada. Reconhecer-se preconceituoso é uma premissa fundamental. E essa conquista de vencer o preconceito começa muitas vezes em um curso como este. Ou seja, não é preciso uma revolução na sociedade, mas que tenha uma evolução dessa sociedade, para que possamos enxergar não apenas o eu, mas também o outro”, lembrou.

Na primeira palestra, o professor mestre Maicon Rodrigo Tauchert lembrou que toda a atuação da Segurança Pública deve se basear nas mudanças propostas pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais. “A melhor política de segurança pública chama-se educação. É preciso reduzir as complexidades de direitos humanos a conceitos. Toda vez que fazemos isso, assassinamos os direitos humanos e a Justiça Restaurativa. Quando quero um conceito e a partir daquele pressuposto eu ajo, haja vista a sociedade ser

hiperdinâmica, as minhas ações devem se adaptar a cada momento, a esse movimento que a sociedade nos impõe”, disse.

A segunda palestra foi ministrada pelo promotor de justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ele ressaltou a contextualização histórica da luta pela implementação de políticas públicas voltadas aos Direitos Humanos. “Essa é a primeira provocação que lhes faço: Se os direitos humanos são reduzidos a enunciados normativos, será que essa redução da categoria direitos humanos não é justamente uma das razões pelas quais temos um déficit brutal de implementação de direitos? Digo isso porque, sob uma perspectiva histórica, de compreensão das demandas sociais subjacentes aos direitos humanos, me parece muito mais adequado, preciso, correto e ético compreender os direitos humanos como processos de lutas. Os direitos humanos nada mais são do que os resultados provisórios das lutas das pessoas historicamente existentes e situadas para colocar em prática o acesso aos bens necessários para a vida”, afirmou.

A terceira palestra foi ministrada pela juíza aposentada Maria Sampaio Oliveira Lima, do TJBA. Ela enfatizou a relevância e pioneirismo do curso na formação de todos os ouvintes: “Como a experiência do Estado do Tocantins nos convida para o tema da justiça restaurativa na comunidade como forma de auxiliar a segurança pública? Este curso é uma pioneira iniciativa interdisciplinar para promover as forças da transformação na perspectiva da justiça restaurativa. Não há na história do Brasil, na história pedagógica da formação de nossos pares, e quando digo pares, digo nossos colegas defensores, facilitadores, magistrados, estudantes de direito, nenhum curso de direitos humanos e segurança pública com um olhar da justiça restaurativa”, completou a juíza.



Gestores do Tribunal de Justiça participam do Programa de Desenvolvimento de Lideranças Customizado

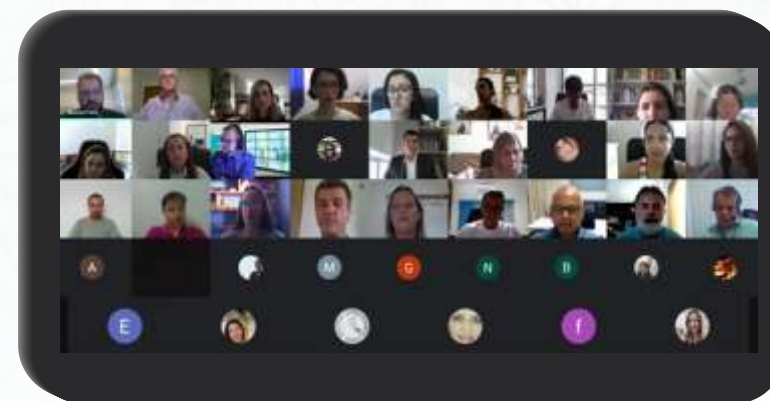
Com o objetivo de contribuir significativamente para uma melhor gestão do Poder Judiciário Tocantinense, o programa teve como público-alvo magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense e foi idealizado com o objetivo principal de elaborar um programa de desenvolvimento de lideranças para o Tribunal, contribuindo para o alcance das metas estabelecidas pela Instituição para o biênio 2021-2023.

A diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, ressaltou que durante o curso foram apresentadas as novas diretrizes de atuação do Judiciário no País. "Uma excelente oportunidade de atualização do Corpo Diretivo do Poder Judiciário, pois nos foi possibilitada a interação com os melhores professores do Brasil, para, juntos, encontrarmos soluções viáveis para problemas complexos, com foco nas próximas tendências mundiais", afirmou.

O corpo docente do curso foi composto pelos professores: Clara Lúcia Sacchetto Linhares, Mestra em Administração; Humberto Falcão Martins, Doutor em Administração; Maria Felisbela Esteves Fernandes, MBA em Marketing, MBA Executivo em Serviços; Mércio Rosa Júnior, Mestre em Mercadologia e Administração Estratégica; Renata Vilhena, Especialista em Gestão Pública e Legislação Urbana, Especialista em Administração Pública; Paulo Vicente dos Santos Alves, Doutor em Administração; Virgílio Augusto Fernandes Almeida, PhD em Ciência da Computação.



Curso Preparatório para o Teletrabalho



A segunda turma do Curso Preparatório para o Teletrabalho foi realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense com o objetivo orientar e capacitar os servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para o desempenho das atividades laborais fora das instalações físicas do Tribunal, em regime denominado Teletrabalho, na forma da Resolução nº 20, de 24 de junho de 2020.

O curso foi destinado aos servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, selecionados conforme Edital nº 447, de 2020 – PRESIDÊNCIA/ASPRE –, publicado no Diário da Justiça nº 4.849.

Durante as aulas foram abordados os temas: A contextualização do teletrabalho. A produtividade em teletrabalho. Teletrabalho como ferramenta de gestão, competência do gestor e do teletrabalhador. Interação do gestor e do teletrabalhador. Interação da equipe de trabalho e do teletrabalhador. Desafios na gestão do teletrabalho, entre outros.



SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: um olhar restaurativo

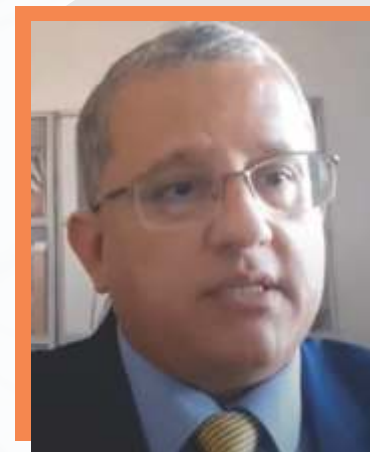
O Sétimo Painel do curso *Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo*, ocorrido em 5 de maio de 2021, abordou temas referentes ao sistema carcerário e socioeducativo no contexto metodológico da Justiça Restaurativa.

Ao abrir o ciclo de palestras, o juiz Frederico Paiva Bandeira de Souza, coordenador de Mesa do Painel ressaltou a implementação da Justiça Restaurativa sob o prisma da empatia. "Eu vejo com bastante entusiasmo este curso. É uma possibilidade de mudarmos as lentes, olharmos para o próximo, para o crime, para a justiça com uma nova abordagem, para que possamos compreender situações de modo a entender o que se passa com o outro, o que se passa com o ofendido e assim ter uma abordagem mais humanizada", afirmou.

Na primeira palestra, o promotor de justiça Sidney Fiori Júnior apresentou exemplos de aplicação da Justiça Restaurativa no sistema socioeducativo, observando as individualidades de cada um, aliado ao pagamento da pena e reintegração na sociedade. "Pessoas não são cobaias, não são objetos. Pessoas são produtos de suas histórias e possuem contextos de vida. Pessoas têm limites e potencialidades", ressaltou.

O segundo convidado da tarde, o professor doutor Tarsis Barreto Oliveira versou sobre as aplicações da Justiça Restaurativa. "Trata-se de uma iniciativa por parte do aplicador da lei, de visualizar um espaço mais amplo de aplicação e de incidência da norma jurídica, de reconhecer que o próprio ordenamento jurídico confere se não estabelece a possibilidade de uma disciplina muito mais própria relacionada ao tema, mas não impede sua aplicação. A concepção é muito mais ampla", lembrou.

O terceiro palestrante apresentou cases positivos, implementados no estado da Bahia, de atuações policiais, bem como a qualidade de atendimento. "Se tem uma resistência muito grande tradicionalmente em relação aos meios que não sejam costumeiros, e não seja aquela razão que chamamos de dominante, a repressão em relação à justiça criminal, então se pensa muito sobre a mentalidade repressiva, como se tradicionalmente se faz no campo penal. E trabalhar com isso, trabalhar buscando desfazer esse conceito e promover sensibilização e posterior capacitação foi um desafio que nos trouxe muita satisfação", argumentou.





“ A Sociedade precisa ser restaurada, precisa ser recuperada. ”

Magistrado Antônio Dantas de Oliveira Júnior

Atuação da Justiça Restaurativa no atual contexto social mundial é discutida no último painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo

A atual conjuntura brasileira, analisando o papel das forças de segurança, como também os avanços percebidos após a implementação da Justiça Restaurativa em comarcas do Tocantins foram os temas do último Painel do curso Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo.

Abrindo as palestras, o idealizador do curso, o magistrado Antônio Dantas de Oliveira Júnior, traçou uma análise reflexiva da questão da promoção dos Direitos Humanos no contexto da atualidade. "Deixo registrado aqui a importância de estarmos participando deste curso. Em um ambiente de tanta conturbação, de tanta violência que estamos vendo no mundo e no Brasil, a Justiça Restaurativa juntamente com direitos humanos e segurança pública se entrelaçam para abrir um horizonte maior, um leque maior, para que se possa entender o que está se passando em nossa sociedade, porque ela está doente. E a sociedade precisa ser restaurada, precisa ser recuperada. Este curso serve para que se tenha uma análise aprofundada do que está ocorrendo na atualidade", lembrou.

Na primeira palestra, a professora especialista Tainã Nunes Quixabeira apresentou o contexto histórico na implementação da Justiça Restaurativa no Tocantins. Ela ressaltou a importância da construção de vínculos para que se forme um diálogo coletivo acerca do tema. "O círculo de construção de paz é, sobretudo, um lugar de construção de relacionamentos com as pessoas, e

não pelas pessoas. Esses relacionamentos são construídos com a sua história, com a minha história, com a nossa história, sem medo de nos mostrarmos vulneráveis, porque é a partir dessa construção do com, não do para, nem pelas pessoas, que se dá a mágica, é a partir disso, da construção coletiva, que a conexão acontece", afirmou.

A segunda palestrante, a professora especialista Eliene Diniz da Silva, apresentou o exemplo da implementação do círculo de construção de paz no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em Araguaína, Norte do Estado. "Como facilitadora, não existe conflito muito complexo que não possa ser resolvido, desde que as partes queiram. Todos podem ser resolvidos e alcançar certo equilíbrio entre vítima e ofensor. Então, eu Eliene, como pessoa, como ser humano, precisei me desconstruir em algumas áreas da minha vida e me reconstruir para me conectar com o outro sem julgamento. A minha vida pessoal, familiar e como pessoa mudou bastante. Aprendo todos os dias um pouco, digo que os círculos de construção de paz ajudam o outro assim como me ajudam", ressaltou.

Durante cerca de dois meses, os oito painéis abordaram diversos temas alusivos à questão da Justiça Restaurativa e da Cultura de Paz e contaram com centenas de participantes de diversos órgãos ligados às Forças de Segurança e Direitos Humanos no Tocantins e nos demais estados do País.

Curso Capacitação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF)

O curso foi realizado com o objetivo de capacitar os profissionais para atuarem (compreensão, manejo e prática) em audiência de Depoimento Especial de Crianças e de Adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, nos processos judiciais, aplicando o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF).

A capacitação teve como públicos-alvo profissionais credenciados com atuação nas comarcas de Araguaína, Gurupi, Dianópolis, Porto Nacional, Miracema e Paraíso do Tocantins e os responsáveis técnicos vinculados ao Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM), encarregados por este Protocolo.

As aulas começaram em maio e se estenderam até o dia 1º de julho de 2021, e foram ministradas pelos professores Reginaldo Torres Alves Junior, Simony Freitas de Melo, Marleci Venério Hoffmeistere Márcia Maria Borba Lins, o curso ocorreu na modalidade à distância, via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e pela plataforma *google meet* com aulas expositivas e diálogos síncronos.



Foi realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), nos meses de maio e junho de 2021, o curso Formação em Gestão de Cejusc para magistrado – EaD. Foram disponibilizadas 40 vagas, com a proposta de capacitar magistrados a desempenharem a gestão nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), do Tocantins.

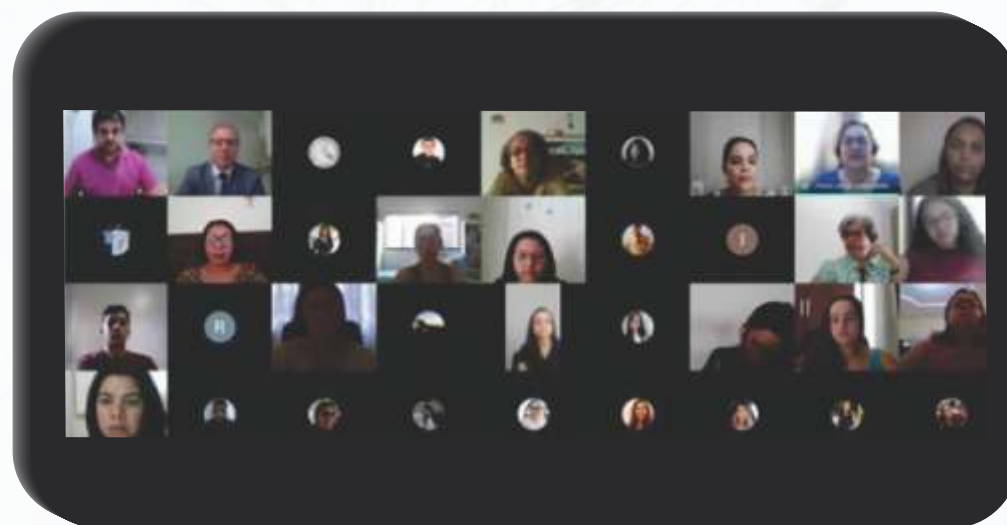
A realização do curso se justificou pelo que dispõe a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu artigo 2º, II (adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores), e pelo que determina o artigo 7º, V, da mesma Resolução, que confere como sendo uma das atribuições do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC): "incentivar ou promover capacitação, treinamento e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos".

As atividades foram divididas em dez encontros por meio de videoconferências e chats síncronos, viabilizados pelo aplicativo Google Meet, em que os(as) alunos(as) se comunicaram com os(as) professores(as) ao vivo.



CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA **JUSTIÇA TERAPÊUTICA**

A Capacitação para atuação no Programa Justiça Terapêutica, na modalidade à distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e Plataforma *Google Meet*, foi realizada pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com duração de 120 horas e se estendeu até 30 de agosto de 2021.



O curso se destinou a profissionais credenciados para atuarem no Programa Justiça Terapêutica (PJT), conforme Edital específico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), e/ou nas atividades do PJT; servidores (efetivos, cedidos, disponibilizados ou comissionados) e estagiários do Poder Judiciário Tocantinense, que estejam atuando no GGEM e/ou nas Varas e Juizados vinculados ao PJT; profissionais dos serviços parceiros da rede intersetorial que atuam nas áreas correlatas às atividades do PJT.

Ministrado pelos professores Mário Sérgio Sobrinho, César Gustavo Moraes Ramos, Maria Angélica de Castro Comis, Jorge Antônio Nunes Bichuetti, Jonatha Rospide Nunes, o curso objetivou capacitar profissionais de diferentes setores e áreas do conhecimento, para atuarem no Programa Justiça Terapêutica no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na comarca de Palmas, elucidando os principais aspectos teóricos, metodológicos e vivenciais, bem como os princípios norteadores da aplicação/execução do Programa Justiça Terapêutica.



CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR

Realizada em junho de 2021, com uma carga horária de 70 horas, a Capacitação para atuação no Programa Tempo de Despertar contou com atividades ministradas via Ambiente Virtual da Esmat e Plataforma *Google Meet*. A capacitação foi destinada a servidores efetivos ou comissionados, estagiários e servidores de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário Tocantinense; profissionais graduados em Psicologia, Serviço Social e/ou Pedagogia, credenciados no Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM); Equipe Técnica do GGEM; membros do Ministério Público do Estado do Tocantins e da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e teve por objetivo capacitar equipes técnicas do ponto de vista teórico, metodológico e vivencial para a facilitação de Grupos Reflexivos com homens autores de violência contra a mulher, no Programa Tempo de Despertar no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para a comarca de Palmas.

O curso foi ministrado pelos professores: Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, Mestra em Direito; Mestra em Ciências Sociais; Doutora em Ciências Sociais; Doutoranda em Direito. Juliano Beck Scott, Mestre em Psicologia; Pós-Doutor em Psicologia. Márcia Maria Borba Lins, Especialista sociodramatista. Cristiane Rodrigues Assunção de Matos, Especialista em Serviço Social; Mestra em Política Social.

Dentre os conteúdos apresentados, estão: Módulo I – Trajetórias, Conquistas e Limitações dos Direitos das Mulheres na Legislação; Módulo II – Teorias sobre a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Módulo III – Teorias de Grupos como suporte para o Trabalho com Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Módulo IV – Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência: Metodologia e Vivências Grupais.

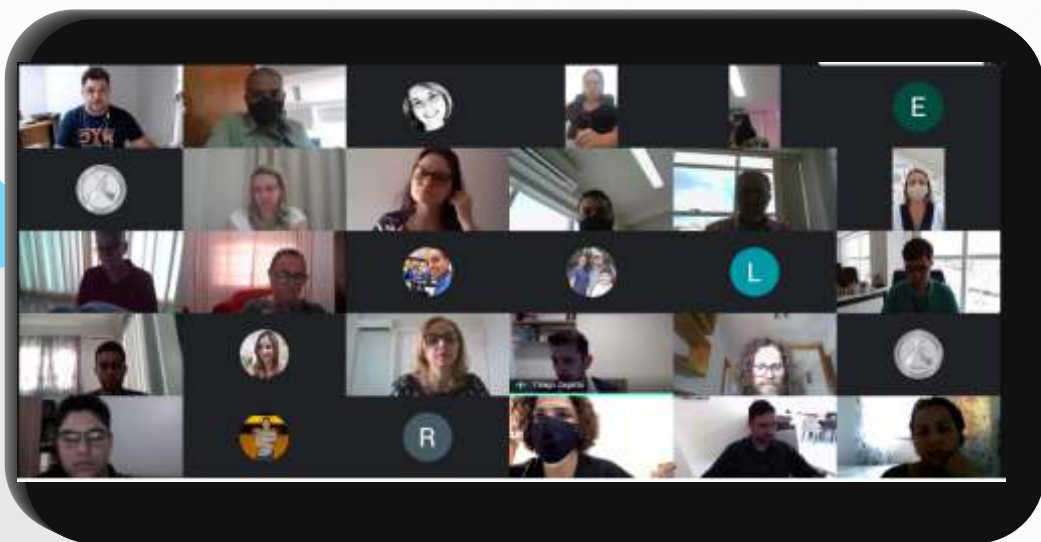


CURSO GOVERNANÇA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO PODER JUDICIÁRIO

Promovido com a proposta de capacitar e atualizar os servidores mediante uma abordagem prática quanto aos procedimentos metodológicos para a implementação dos mecanismos de governança nas contratações aderentes à Resolução nº 347, de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, o curso Governança em Contratações Públicas no Poder Judiciário foi realizado nos meses de junho e julho de 2021.

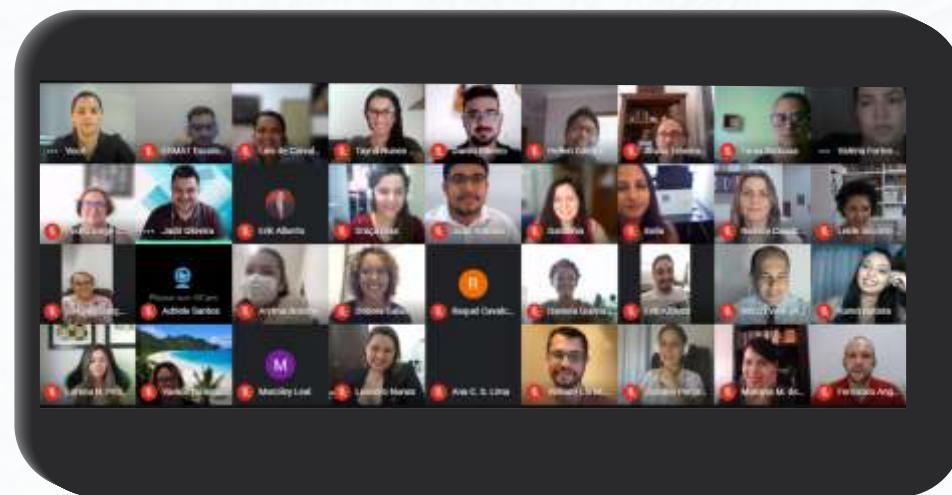
Foram disponibilizadas 35 vagas para servidores (efetivos e comissionados) do Poder Judiciário Tocantinense, ou servidores de outros órgãos cedidos. A realização do curso se justificou porque a Resolução nº 347, de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece regras sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.

Com carga horária de 20 horas, as atividades foram ministradas pelo instrutor Thiago Anderson Zagatto, e desenvolvidas por meio de videoconferências na Plataforma Google Meet e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat.



CURSO FORMAÇÃO DE TUTORES PARA EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Online



Realizado à distância, em junho e finalizado em agosto de 2021, o curso Formação de Tutores para Educação Corporativa Online, teve duração de 90 horas. Sendo ministrado pelos instrutores Lily Sany Silva Leite, Jadir Alves de Oliveira e Bruno Odate Tavares.

O curso foi destinado a servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense e/ou servidores das Instituições parceiras da Esmat, tendo como objetivo capacitá-los para atuarem como tutores, na Educação Corporativa Online, em cursos realizados na modalidade ensino à distância, pela Plataforma Moodle.

Foram abordados os seguintes conteúdos: Tópico 1 – Apresentar os conceitos básicos para o planejamento e estruturação da sala virtual: a importância do planejamento; modelos de estrutura no moodle; técnicas para tornar a sala virtual interativa. tópico 2 – fomentar o papel do tutor ante as tecnologias digitais na educação: o papel do tutor; o uso eficaz da tecnologia digital; metodologias ativas na EaD; entre outros.

Curso Disseminando a Estratégia Institucional da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) para o sexênio 2021-2026



O curso foi proposto pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense com o objetivo de desenvolver nos alunos, habilidades básicas para compreensão do processo do Planejamento Estratégico da Esmat, promovendo a inclusão dos servidores no debate e detalhamento da estratégia institucional.

Realizado na modalidade EaD, as aulas do curso se estendeu até 11 de julho de 2021 e contou com a participação de servidores, estagiários, colaboradores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins com atuação na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). As atividades foram ministradas pelo professor Vinícius Fernandes Barboza, e ocorreram por meio do Ambiente Virtual da Esmat e Plataforma Google Meet.

Segundo Vinícius Fernandes Barboza, chefe de Divisão Acadêmica da Esmat, a comunicação do Planejamento Estratégico da Esmat em formato de capacitação é a última etapa do desenvolvimento da estratégia, pois cria um marco para a evolução progressiva da Escola no período de 2021 a 2026. “Com isso, a partir desta capacitação, os servidores da Escola iniciarão a execução e o monitoramento das ações educacionais e administrativas em busca dos objetivos propostos com base nos macrodesafios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, o que faz com que a Esmat esteja alinhada à estratégia nacional do Poder Judiciário”, ressaltou.



Alunos do curso Depoimento Especial – A audiência humanizada – realizaram primeira audiência simulada

Os alunos do curso Depoimento Especial – A audiência humanizada – participaram, em 22 de junho de 2021, de uma audiência simulada, com situações apresentadas bem próximas da realidade. Promovida pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), a simulação ocorreu de maneira virtual, obedecendo às restrições sanitárias decorrentes da pandemia.

A atividade é uma das propostas do curso que visa capacitar os magistrados e as magistradas que atuam no depoimento especial de crianças e de adolescentes em situação de violência, oportunizando, dessa forma, uma melhor condução dos processos judiciais que tratem do tema, bem assim viabilizando uma melhor interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima de violência.

Preparando os alunos para atuarem de forma dinâmica e diferenciada, as atividades do curso continuaram com a realização de audiência em 23 de junho de 2021, às atividades de audiência simulada do segundo grupo da turma. Por se tratar de uma metodologia ativa, a turma foi dividida em dois grupos, e o professor Hugo Gomes Zaher conduziu a audiência, via videoconferência, pelo aplicativo Google Meet, com cada grupo.

Curso online de Aprofundamento para Facilitadores de Círculos e Construção de Paz

Foi realizado em agosto e finalizado em outubro de 2021, o curso online de Aprofundamento para Facilitadores de Círculos e Construção de Paz. A capacitação teve como proposta contribuir com o desenvolvimento da Justiça Restaurativa (JR) e da sua aplicação prática pelo aprofundamento das habilidades e competências de facilitadores de Círculos de Construção de Paz.

O curso foi solicitado pelo Comitê Gestor de Justiça Restaurativa, por meio da Coordenação de JR integrada ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com carga horária de 60 horas. As atividades foram realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da AJURIS, e ministradas pelos professores Leoberto Narciso Brancher, Afonso Armando Konzen e Rafaela Duso.

Foram disponibilizadas 50 vagas destinadas a magistrados e também a servidores efetivos, comissionados e cedidos capacitados como facilitadores, lotados no Nupemec; no Juizado da Infância e Juventude e na 2ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína e Facilitadores restaurativos credenciados no Cejusc Polo de Araguaína, Araguatins, Colinas, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.



Curso Nacional 2021: atualização das ferramentas e suas aplicações no 1º e 2º Grau

Com o objetivo de orientar servidores e servidoras, magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense quanto à utilização do sistema e movimentação processual adequada no Sistema Eproc, com as ferramentas disponibilizadas a partir da migração do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Eproc Nacional –, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, no mês de agosto de 2021, o curso Eproc Nacional 2021: atualização das ferramentas e suas aplicações no 1º e 2º Grau.

Sendo as aplicações no 1º Grau dividido em quatro turmas, e as de 2º Grau em duas. Foram oferecidas 360 vagas, para as turmas de 1º Grau, e 180 vagas para as turmas de 2º grau, todas destinadas a servidores e servidoras, magistrados e magistradas e estagiários e estagiárias do Poder Judiciário Tocantinense, usuários do Sistema Eproc.

O curso Eproc Nacional 2021: atualização das ferramentas e suas aplicações para o 1º e 2º grau foi uma demanda da Corregedoria Geral da Justiça e integra o rol de competências a serem tratadas anualmente para cumprimento das ações do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça e apresentação da demanda pela CGJus.

Realizado via Ambiente Virtual da Esmat e plataforma *google meet* o curso foi ministrado pelos professores Pamela da Rocha Pires Ferreira, Valéria Fortes Bodas, Celma Barbosa Pereira e Juliane Silva Fernandes.

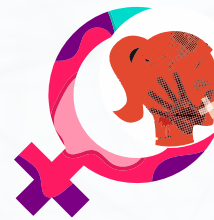


Esmat conclui Turmas I e II do curso Comunicação Não Violenta

Com a proposta de capacitar magistrados, servidores e prestadores de serviço que atuam nos métodos consensuais de solução de conflitos, para aplicarem em sua prática de trabalho a comunicação não violenta na resolução de conflitos, de modo que possam tornar esta ação mais harmoniosa e eficaz, nos meses de agosto e setembro de 2021, a Esmat, realizou o curso Comunicação Não Violenta – Turmas I e II.

O curso teve como público alvo: magistrados e magistradas coordenadores(as) dos Cejuscs Polos; Servidores e servidoras do Nupemec; Servidores e servidoras dos Cejuscs Polos; Facilitadores e facilitadoras da Justiça Restaurativa; Conciliador/mediador, conciliadora/mediadora do Cejusc Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Miranorte, Palmas, Paraíso e Tocantinópolis.

As atividades aconteceram por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola, e foram ministradas pelos professores Sven Fröhlich, Pós-Graduado em Comunicação Intercultural (LMU, Universidade de Munich, Alemanha) e Carolina Cassiano, Especialista em Gestão da Mudança, pela metodologia Change First.



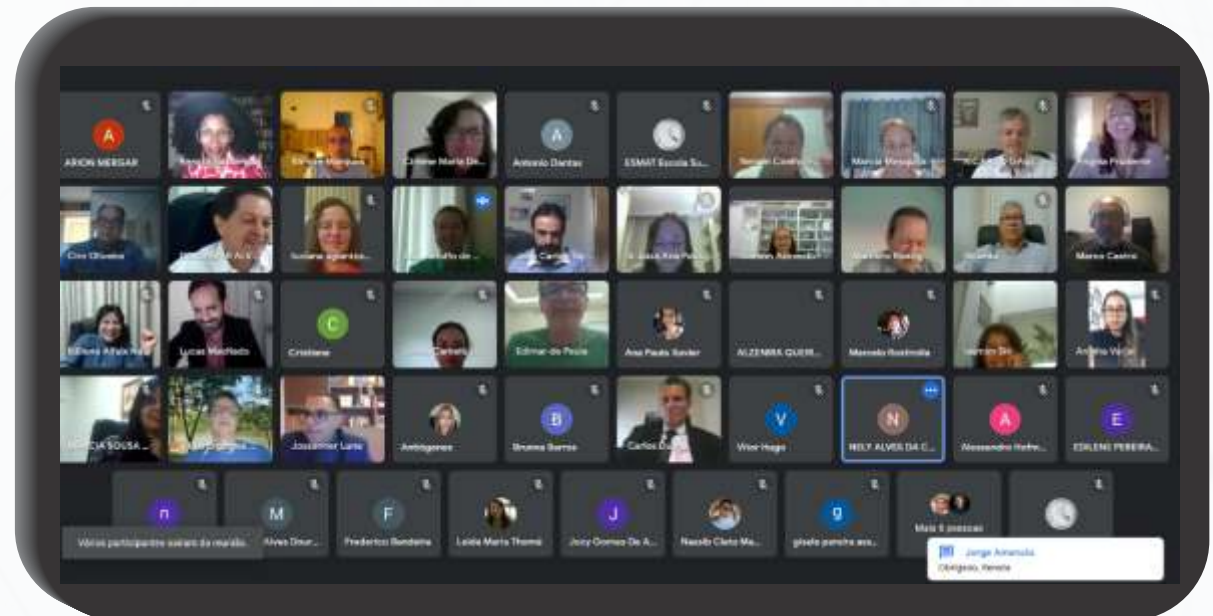
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR *contra a mulher*



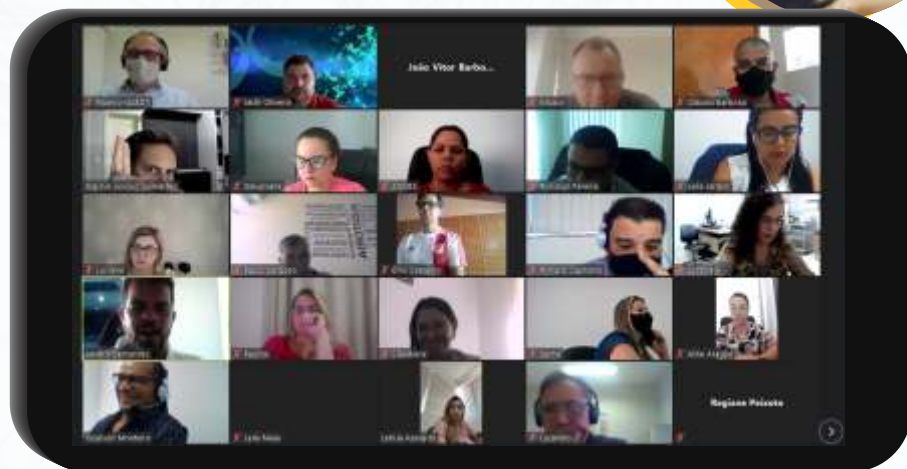
Foi realizado, em agosto de 2021, o curso Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na modalidade à distância, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat. Com uma duração de 20 horas-aula, a capacitação foi ministrada pelas professoras Renata do Nascimento e Silva, Grazielle Cristina Lopes Ribeiro e Márcia Mesquita.

O curso teve como proposta desenvolver competências nos magistrados e nas magistradas do Poder Judiciário Tocantinense que atuam nas Varas Especializadas no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas do Júri com a incumbência de aplicar a Lei nº 11.340, de 2006, tendo como finalidade a correta aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco do Conselho Nacional de Justiça.

Dentre os conteúdos apresentados, estavam: Os impactos da violência de gênero e os efeitos protetivos da Lei Maria da Penha; O Paradigma de rede e o Enfrentamento à violência contra as Mulheres; O Formulário de Avaliação e Risco do Conselho Nacional de Justiça.



NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2021



Com carga horária de 30 horas, o curso Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos 2021 – Uma visão geral sobre as novidades introduzidas pela Lei nº 14.133, de 2021. O curso teve por objetivo capacitar e atualizar os servidores e servidoras quanto às normas e aos procedimentos advindos da Lei nº 14.133, de 2021, sempre ressaltando as diferenças em relação à legislação precedente, para possibilitar suas atividades relacionadas às contratações públicas. Foram ofertadas 40 vagas distribuídas entre servidores (efetivos e comissionados) do Poder Judiciário Tocantinense, ou servidores de outros órgãos cedidos.

Dentre os objetivos específicos do curso estavam: oferecer atualização aos servidores e às servidoras que lidam com a matéria para a correta condução das licitações e dos contratos administrativos, em conformidade com a nova Lei; Contribuir para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas por operadores e operadoras das áreas afins do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no que se refere às normas e aos procedimentos relacionados à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021); Aperfeiçoar ações no âmbito das contratações públicas, consolidando boas práticas, introduzindo novos institutos do sistema licitatório brasileiro, oferecendo informações atuais e técnicas, fundamentais no que se refere à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021).



FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS

O curso Formação de Facilitadores Restaurativos – Turma IV foi realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e com o Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do Tocantins.

A proposta era de capacitar os participantes para atuarem como facilitadores e multiplicadores das práticas restaurativas, com enfoque teórico e prático, a fim de estruturar o programa restaurativo implementado pelo Tribunal de Justiça. Foram disponibilizadas 25 vagas distribuídas entre magistrados, servidores efetivos e/ou comissionados, conciliadores ou mediadores credenciados, lotados nos Cejuscs Polos; Servidores da Coordenadoria da Cidadania da Corregedoria Geral de Justiça; Servidores lotados no Nupemec; Servidores do Sistema Socioeducativo de Palmas, Araguaína e Gurupi.

O curso foi solicitado pelo Comitê Gestor de Justiça Restaurativa, por meio da Coordenação de JR integrada ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC). Com carga horária de 72 horas, as atividades foram realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da AJURIS, e ministradas pelos professores Sandro Henrique Maciel Bernardes e Thiago Bergmann de Queiroz.



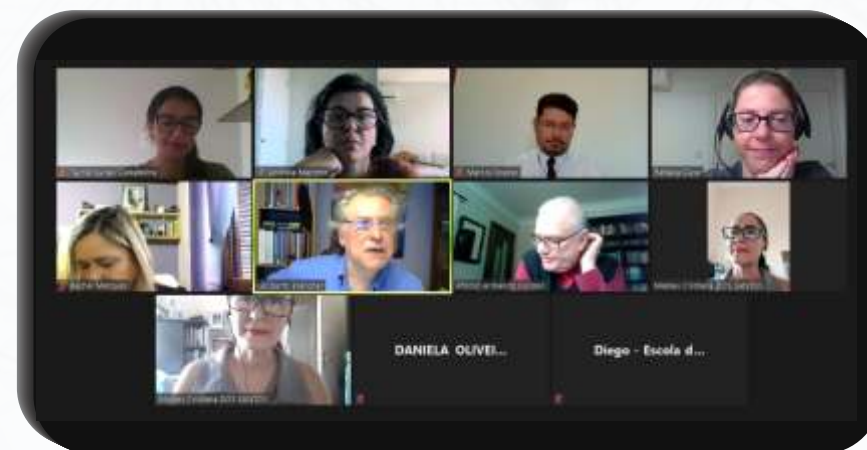


CURSO BÁSICO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - 2021



O curso Básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) 2021 - Turmas I e II foi realizado com o objetivo de capacitar servidores e servidoras, magistrados e magistradas e estagiários e estagiárias quanto ao uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), desenvolvendo habilidades de comunicação para com os jurisdicionados surdos, proporcionando aos participantes discussões sobre as especificidades das línguas de sinais, reflexões sobre a diferença surda, a fim de diminuir a exclusão social, discriminação e a desinformação provocada pela barreira linguística cultural.

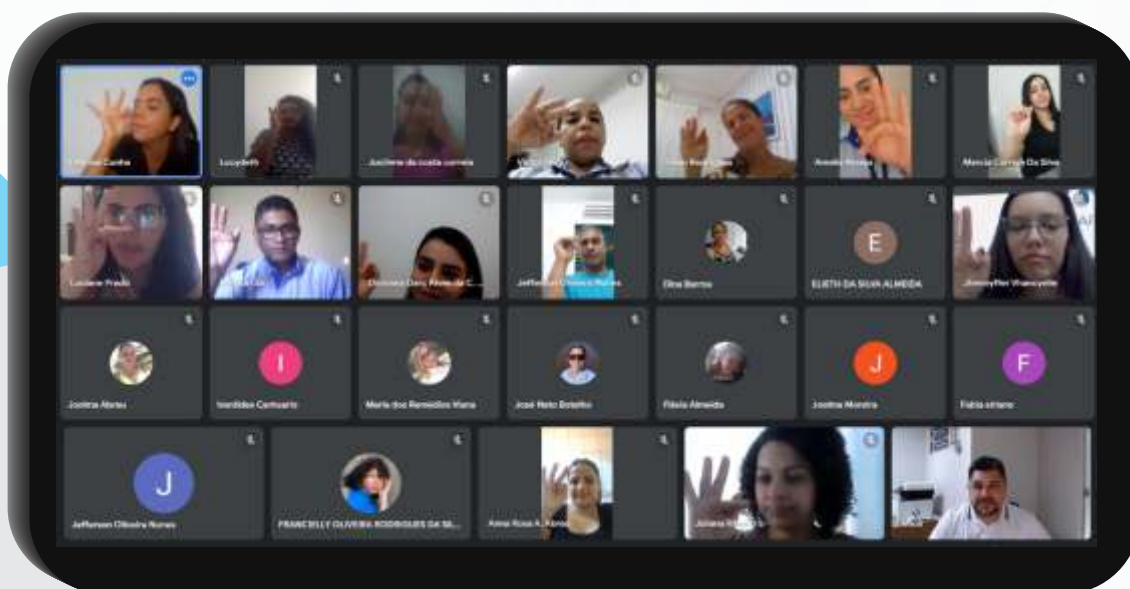
As atividades foram desenvolvidas via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat e Plataforma Google Meet. Promovido na modalidade de ensino à distância, a capacitação contou com carga horária de 60 horas-aula. Ao todo foram disponibilizadas 80 vagas, sendo 40 por turma. As aulas foram ministradas pela professora Heloísa Silva de Araújo Cunha, servidora da Universidade Federal do Tocantins; credenciada ao Tribunal de Justiça do Tocantins como tradutora intérprete de Libras; graduada em Letras: Libras – UFT; possui ProLibras – Exame Nacional de Certificação em Proficiência na Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa/Libras.



Curso Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz para Situações Menos Complexas

O curso foi realizado com o objetivo de capacitar os participantes para atuarem como facilitadores e multiplicadores das práticas restaurativas, com enfoque teórico e prático, a fim de estruturar o programa restaurativo implementado pelo Tribunal de Justiça.

Promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, o curso ocorreu na modalidade de ensino à distância, com carga horária de 36 horas. Ministrado pelos professores Leoberto Narciso Brancher, Afonso Armando Konzen, Rafaela Duso e Tainã Nunes Quixabeira. A capacitação disponibilizou 25 vagas, tendo como público-alvo profissionais da educação básica.



Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência

A Escola Superior de Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, em agosto de 2021, o curso Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência. As aulas foram ministradas pela professora Vânia Cardoso André de Moraes, juíza Federal em Belo Horizonte/MG; mestre em Justiça Administrativa; doutora em Sociologia e Direito; diretora do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais; professora da PUC/MG; coordenadora do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal; e autora de diversos livros e artigos jurídicos.

Com carga horária de 9 horas, o curso teve por objetivo capacitar os magistrados e magistradas, servidores e servidoras a identificar as demandas judiciais repetitivas ou de massa, bem como os temas que apresentam maior número de controvérsias, por meio de estudos e levantamentos técnicos, inclusive dados estatísticos. Entre as 40 vagas disponibilizadas, 15 foram distribuídas entre magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense e 25 para servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense.



As atividades propostas pelo Curso de Administração Judicial Aplicada buscaram o aprimoramento da prestação jurisdicional, ou seja, do serviço prestado ao cidadão, por meio de uma melhor gestão das unidades. A capacitação teve início em 30 de agosto de 2021, na modalidade à distância, sendo ministrado pelo Juiz Federal Carlos Henrique Borlido Haddad, doutor em Ciências Penais, pela Universidade de Michigan (EUA) e pelo professor Luis Antonio Capanema Pedrosa, doutorando em Operations Management, pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT – EUA).

Após quatro meses e a aplicação de cinco módulos, o curso Administração Judicial Aplicada (AJA) encerrou as atividades previstas para 2021 em dezembro do corrente ano. Com duração de 116 horas-aulas, o curso AJA teve por objetivo capacitar magistrados e magistradas, servidores e servidoras efetivos, comissionados e/ou cedidos(as) do Poder Judiciário Tocantinense; 225 vagas foram distribuídas entre eles, a fim de lhes proporcionar o aprendizado prático em administração de unidades judiciárias. Em 2022 ainda estão previstos outros dois módulos, concluindo a capacitação.

A reunião de encerramento contou com os integrantes de todas as cinco turmas da capacitação, que envolvem servidores e servidoras, magistrados e magistradas de varas judiciais e juizados das comarcas do Tocantins. O AJA é uma realização da Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS-TO), com execução da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

A juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Rosa Maria Gazire Rossi, representou a corregedora geral, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, durante a reunião de encerramento. “A Corregedoria do Tocantins, traz nesta gestão a máxima de atuar de forma mais humana e participativa. Assim, deixamos de apenas fiscalizar, aplicar punição, passando a corregger, orientar e caminhar juntos. O AJA vem nesse momento de transformação. As unidades participantes foram escolhidas pela Corregedoria e, com base em dados estatísticos, misturamos unidades que já têm perfil de gestão, com outras que iniciam essa transformação cultural. Registro o agradecimento da desembargadora Etelvina pelo empenho e dedicação dos professores e dos alunos. Gratidão a todos os envolvidos”.



Resultados alcançados

Durante o encerramento das atividades de 2021, os participantes do AJA apresentaram os resultados já alcançados, como o juiz Fábio Costa Gonzaga, diretor da Comarca de Guaraí, titular da 1ª Vara Criminal e respondendo pela 1ª Cível. “É realmente muito importante pensar a gestão de forma conjunta, parar o que se está fazendo para poder discutir essas questões. As reuniões de gestão nos fazem conversar com os colegas, pois todos produzem para o outro e estamos todos na mesma engrenagem”.

O juiz da Comarca de Arraias, Eduardo Barbosa Fernandes, falou dos ganhos de administração judicial bem planejada. “A gestão muda totalmente a sua convivência pessoal, profissional com toda equipe. Além disso, alcançamos uma redução de acervo em mais de 50% no decorrer dos anos e promoção da qualidade de vida”.

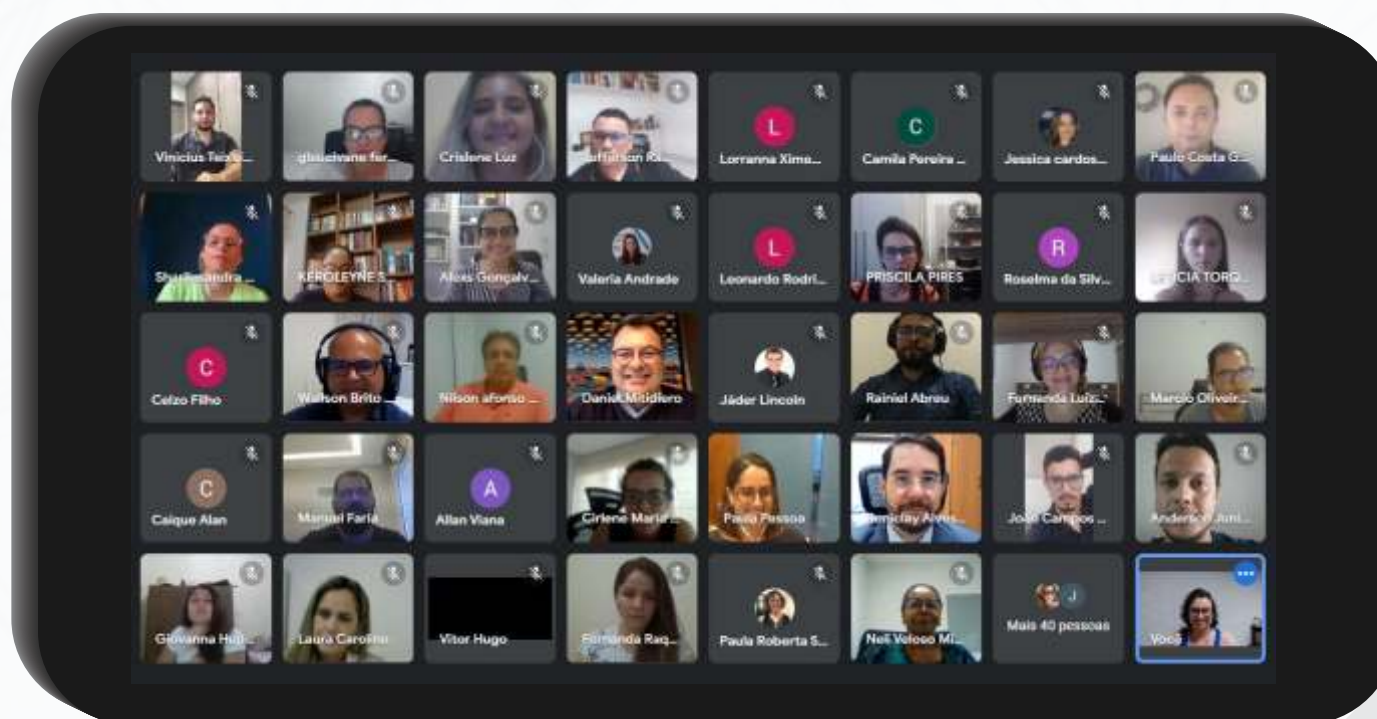
Graziela Romão, servidora do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Palmas, expôs a mudança vivenciada pela equipe. “Tínhamos uma demanda muito grande, logo quando foi instalado o Juizado da Fazenda Pública, houve uma correção e foi solicitado um plano de ação, mas não tínhamos esse conhecimento de gestão. Esse curso veio contribuir muito para a nossa unidade, estou tentando colocar em prática, repassando e replicando para a equipe. Depois do curso, estabelecemos alguns indicadores, pois não tínhamos essa visão macro da unidade, estabelecemos as metas, uma rotina, implantamos, com base no curso, o nosso modelo de gestão”.



PRECEDENTES JUDICIAIS: TEORIA E PRÁTICA

Com carga horária total de 70 horas, a Esmat ofertou, em setembro de 2021, o curso Precedentes Judiciais: Teoria e Prática. Tendo por finalidade capacitar magistrados, magistradas, servidores e servidoras para estarem aptos(as) a reconhecer as características e as razões que justificam o sistema jurídico fundado na lógica dos precedentes. Ademais, estarão com competência para trabalhar com as ferramentas do sistema jurídico vigente, identificando os elementos que conformam o precedente, bem como as técnicas de operação trazidas pelo novo Código de Processo Civil, para sua fixação, de modo compreender o singular papel do(a) magistrado(a) na concretização dos precedentes judiciais.

Foram oferecidas 40 vagas, distribuídas entre magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense; assessores e assessoras jurídicos(as) de magistrados ou de magistradas; servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense. As aulas foram ministradas pelos professores Daniel Francisco Mitidiero, Simone Trento, Marcelo Ornellas Marchiori, Paula Pessoa Pereira, Paulo Mendes de Oliveira, Alexandre Reis Siqueira Freire, Fabiano da Rosa Tesolin, Sofia Temer e Luiz Henrique Krassuski Fortes.





SISTEMA DE GESTÃO E ATIVIDADE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: TEORIA E PRÁTICA

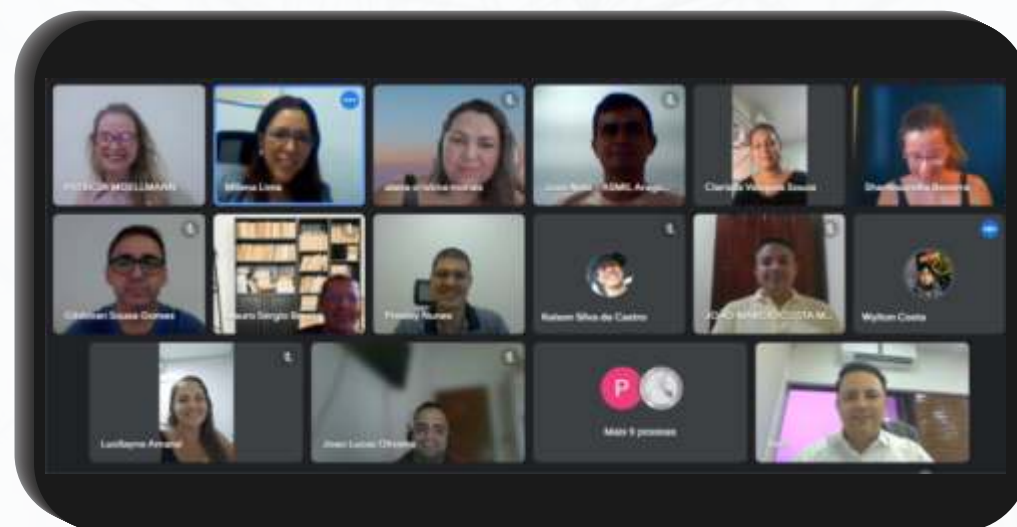
Realizado com o objetivo de capacitar servidores, servidoras e assessoria militar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, para uso correto das funcionalidades e fluxo de trabalho do Sistema de Gestão de Segurança Institucional (SSI), até mesmo quanto à gestão estatística e à metodologia e princípios da produção de conhecimento e proteção da informação, o curso Sistema de Gestão e Atividade de Segurança Institucional no Âmbito do Poder Judiciário – Teoria e Prática – finalizou com sucesso suas atividades, em setembro.

Com carga horária de 45h o curso abordou temas como: Engenharia Social e Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário; Sistema de Gestão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (SSI); Boas práticas na produção do conhecimento e atividades de segurança orgânica e inteligência, entre outros.

As aulas foram ministradas pelos professores:

André Valdevino – Pós-Graduando em Defesa Cibernética. Pós-Graduando em Inteligência de Segurança Pública. Pós-Graduado em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública (FESMP). Chefe da Seção de Inteligência Agência Central de CPRS, 2017-2019. Agente de Inteligência/Analista Casa Militar (GDF), 2015-2017. Analista 21º BPM, São Sebastião, 2012-2015. Agente de Inteligência.

Joanir Ricardo Pereira dos Santos – Major da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Pós-Graduado em Gestão da Segurança Pública. MBA em Gestão Ágil de Projetos. Atualmente atua como assistente militar no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desde 2018.



Patrícia Moellmann – Integra a equipe Analista de Inteligência na Coordenação Geral de Contrainteligência da Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas (CGCI/DINT/SEOPI/MJSP), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Possui experiência em atividade policial e de inteligência, organização, planejamento e desenvolvimento de eventos, cursos e seminários de planejamento e análise de resultados na área policial.

Facilitadora de Aprendizagem: Milena Santana de Araújo Lima – Delegada de Polícia Civil à disposição da Presidência do TJTO. Chefe da Divisão de Inteligência do NIS/COPESI/TJTO. Possui atuação especializada na atividade de Inteligência e de Segurança Institucional.



Curso Gestão de Projetos é realizado pela Esmat

Com o objetivo de apresentar uma visão geral sobre o conjunto de conhecimentos em gestão de projetos, considerados e reconhecidos como boas práticas e aplicáveis à maioria dos projetos, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou o curso Gestão de Projetos. Ao todo foram oferecidas 60 vagas, direcionadas a magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 40 horas, o curso foi realizado no período de 13 de setembro a 22 de outubro de 2021 via Plataforma Google Meet e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat. As aulas foram ministradas pelo facilitador João Ornato Benigno Brito, servidor efetivo do Poder Judiciário Tocantinense, coordenador da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos (COGES) do Tribunal de Justiça.



Curso de Atualização em processo civil

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, em setembro e finalizado em outubro de 2021, o curso Atualização em Processo Civil, com carga horária de 72 horas. As aulas foram ministradas pelo professor Marcelo Bezerra Ribeiro, pós-doutor em Direito, pela PUC/RS; doutor e mestre em Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ).

O curso teve por finalidade proporcionar a servidores e servidoras, magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins aprimoramento e revisão da matéria, com enfoque nas bases teóricas e práticas do Código de Processo Civil, e análise jurisprudencial das cortes superiores. Foram oferecidas 90 vagas, distribuídas entre magistrados e magistradas; servidores e servidoras que atuam como assessores(as) nas Comarcas de 1º e 2º Grau do Poder Judiciário Tocantinense.





CURSO APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS

Com o objetivo de possibilitar conhecimento e aprendizagem ao corpo docente da Escola dos Facilitadores de Aprendizagem sobre a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e suas vantagens na aplicação do processo ensino-aprendizagem, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou, em setembro e outubro de 2021, o curso Aprendizagem Baseadas em Problemas. Foram oferecidas 50 vagas direcionadas a servidores e servidoras, magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense, e a professores e professoras convidados(as).

Com carga horária de 30 horas, o curso foi realizado via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e Plataforma Google Meet. Todo o conteúdo foi ministrado pelo professor Osnilson Rodrigues Silva, mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos que durante as aulas abordou temas como: Metodologias ativas; Habilidades Cognitivas na Taxionomia de objetivos educacionais de Benjamin Bloom; Metodologia Baseada em Problemas; Elaboração de problemas para o PBL; Metodologia Baseada em Problemas e passos do PBL; Simulação da Metodologia Baseada em Problemas.



Curso Juizados Especiais Estaduais Cíveis e da Fazenda Pública

Tendo como público-alvo magistrados, magistradas, assessores e assessoras jurídicos(as), a Esmat finalizou, em outubro de 2021, o curso Juizados Especiais Estaduais Cíveis e da Fazenda Pública. O conteúdo programático do curso foi composto pelos temas: O sistema dos Juizados Especiais dos Estados – alicerces constitucionais e principiológicos; Aspectos procedimentais do microsistema – processo de conhecimento; Da instrução aos meios de impugnação das decisões judiciais; Sistema de precedentes; Processo de execução.

O curso foi proposto com o objetivo de ampliar a utilização dos princípios e das regras inerentes ao sistema dos Juizados Especiais. Contando com 40 vagas, o curso teve uma carga horária para certificação de 25 horas. Todas as aulas ocorreram na modalidade Ensino à Distância, no Ambiente Virtual (AVA) da Esmat, ministradas pelo professor Maurício Ferreira Cunha, juiz de direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.



CURSO ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO



Ministrado em outubro de 2021 o curso Atendimento ao Público no Serviço Público, contou com a participação da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, que realizou a abertura oficial das atividades do curso.

“Vocês servidores e servidoras são o cartão de visitas do Poder Judiciário, muitas vezes os primeiros a iniciarem o atendimento do cidadão que busca os serviços da Justiça. Por isso, promover um atendimento de qualidade, com cortesia, agilidade e tranquilidade é fundamental”, afirmou a desembargadora ao reforçar a importância dos servidores para a eficiência do Judiciário.

O curso foi ministrado na modalidade à distância com carga horária total de 24 horas, e repassou aos participantes as noções de atendimento, suas diferentes formas e técnicas, para que jurisdicionados(as) se sintam bem atendidos(as) no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, e o(a) servidor(a), por sua vez, perceba o quanto a sua atividade é valiosa e edificante.

A facilitadora foi a professora Adriana Magna Sousa da Silva Ramalho, especialista em gestão de pessoas que ao iniciar a aula fez questão de chamar, um a um, os participantes pelo nome. “Uma das coisas que soa mais doce aos nossos ouvidos é sermos chamados pelo nome, isso é importantíssimo”, iniciou as aulas já dando as primeiras lições sobre atendimento.

Ao todo foram oferecidas 80 vagas, distribuídas entre servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário, e servidores e servidoras de Órgãos parceiros da Esmat.



CURSO BÁSICO DE MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL



A Escola Superior de Magistratura Tocantinense realizou, em outubro e finalizou em dezembro de 2021, as aulas do curso Básico de Mediação Extrajudicial – Parte Teórica. As atividades foram desenvolvidas à distância via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat e Plataforma Google Meet.

Com carga horária de 40 horas-aula, o curso teve por finalidade empregar adequadamente os métodos consensuais de tratamento de conflitos, em especial a mediação e a conciliação nos Cartórios Extrajudiciais, com vista à pacificação social e ao amplo acesso à Justiça, objetivos principais da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, instituída pela Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010.

Foram oferecidas 40 vagas distribuídas entre tabeliães(ãs) e registradores(as) titulares ou delegatários(as) dos serviços notariais e registrais no Tocantins. A capacitação foi ministrada pelos professores Umbelina Lopes Pereira Rodrigues, Rodrigo Rodrigues Dias, Neilan Angela Celestino Argento e Celma Laurinda Freitas Costa.

Esmat sedia treinamento presencial para realização de coleta biométrica

Servidores e servidoras do Judiciário Tocantinense participaram, no dia 16 de novembro de 2021, do Treinamento Presencial, para realização de coleta biométrica e implementação do fluxo de identificação das pessoas privadas de liberdade, promovido pela equipe técnica, formada por integrantes do Programa Fazendo Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As atividades ocorreram na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

A capacitação é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), que busca a uniformização do uso de biometria em todo o País, para garantir mais confiança em dados e evitar prisões por engano ou falsa identidade. As informações integrarão uma base de dados unificada e serão permanentemente atualizadas, sob a responsabilidade do TSE.

O resultado da ação, de acordo com o CNJ, permitirá a emissão de documentos básicos para todas as pessoas em situação de privação de liberdade no País, de forma confiável, seguindo diretrizes da Resolução nº 306, de 2019, facilitando ainda o acesso a programas sociais, cursos educacionais, atividades profissionalizantes e laborais e o próprio exercício da cidadania.



Esmat concluiu cinco Turmas do curso Preservação da Vida

Foram finalizadas, nos meses de outubro e de novembro de 2021, as atividades das Turmas I, II, III, IV e V do curso Preservação da Vida, oferecido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O curso teve como objetivo qualificar e aprimorar militares da Assessoria Militar e servidores(as) do Tribunal de Justiça na aplicação, com meios legais, do uso de arma de fogo, observando as técnicas e táticas de tiro, bem como manutenção do armamento após seu uso, reduzindo assim os incidentes com armas de fogo.

Com carga horária de 20 horas, a capacitação foi realizada no Clube de Tiro de Palmas/TO, e ministrada pelos professores Guinomar Regino Dias Magalhães, Danyllo Cordeiro de Macêdo e Tadeu Franklin Barbosa de Moraes. O conteúdo programático do curso foi composto pela parte teórica e prática, sendo: Teoria – Conhecimento do armamento, nomenclatura das peças, montagem e desmontagem, limpeza do armamento, cuidado com arma de fogo e apresentação e cumprimento das regras de segurança; e a Prática – Aplicação dos fundamentos de tiro (Posicionamento, Empunhadura, Visada, Respiração e Controle do Gatilho), adaptação com recarga e aplicação dos fundamentos de tiro, disparos em diferentes posições (em pé, joelho e deitado), mudança de plataforma, recarga emergencial, tática e administrativa, disparos em situações de uso velado com arma de porte, alvos em diversas distâncias e movimentação do(a) atirador(a), reação e disparos em ambiente veicular, extração e movimentação com estresse controlado; Avaliação – disparos a distâncias de 3, 5, 7 e 10m, e avaliação de precisão e contagem de pontos em alvo de silhueta tipo SAT/ANP.

Planilha de Custo e Formação de Preços com Base na In 5/2017 SEGES-MPDG e Alterações

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou, em novembro de 2021, as aulas do curso Planilha de Custo e Formação de Preços com Base na In 5/2017 SEGES-MPDG e Alterações, à distância, via Plataforma ZOOM.

Ao todo foram ofertadas 30 vagas, distribuídas entre servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense. O Curso foi ministrado pela facilitadora Flaviana Vieira Paim, especialista em Auditoria e Perícia Contábil, que durante as aulas abordou temas como: O planejamento das contratações e sua influência na formação de preços; Metodologia de custos e estrutura da planilha adotada pela IN Nº 5/2017; Composição da Remuneração da Mão de Obra; Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários. 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias; Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições; Benefícios Mensais e Diários; Provisão para Rescisão; Custo de Reposição do Profissional Ausente: Substituto em Ausências Legais; Substituições para cobertura do Intrajornada; Insumos diversos; Custos Indiretos Tributos e Lucro; Repactuação de contratos em regime de dedicação de mão de obra; Suspensões e alterações de contratos terceirizados em razão da pandemia.

A capacitação teve por objetivo propiciar aos(as) participantes conhecimentos para elaboração das planilhas, além de oferecer subsídios técnicos, para poder efetuar, de forma segura e eficaz, a análise crítica de Planilha de Preços/Custos oferecida pelos(as) licitantes na condução do processo de julgamento da licitação e também, posteriormente, para a própria condução das repactuações e reajustes de itens do preço.



Curso Compras Públicas Compartilhadas Sustentáveis

Com carga horária de 30 horas, curso Compras Públicas Compartilhadas Sustentáveis: um novo conceito aos servidores do Poder Judiciário foi realizado com a finalidade capacitar os(as) servidores(as) quanto a uma atuação institucional compartilhada, estratégica, efetiva, célere, transparente e sustentável. As aulas foram ministradas pela professora Monique Simões, mestra em Administração Pública (FGV/RJ).

Foram oferecidas 40 vagas distribuídas entre servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense que durante as aulas debateram temas como: Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade aplicados na gestão de compras públicas, para conhecimento dos gestores e tomadores de decisões; Instrumentos de comando e de controle definidos como um conjunto de regulamentos e de normas impostos pelo governo, com análise sobre as ações que causam impacto ambiental; Fator motivacional dos servidores da instituição/agentes de construção da gestão participativa; Crise ambiental; Papel do Estado; Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei nº 12.187, de 2009); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010); Consumo responsável; Critérios de Sustentabilidade; Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); Termo de Referência Sustentável, dentre outros.



Curso Cloud Essentials+

Foi realizado, em novembro de 2021, o curso Cloud Essentials+. Ministrado, à distância, pelo facilitador Ricardo Mercês de Oliveira, a capacitação distribuiu 21 vagas entre servidores, servidoras e colaboradores (as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 24 horas, o curso teve por objetivo capacitar os servidores e as servidoras a entenderem sobre os diferentes tipos de computação em nuvem, seus usos, custos e riscos. As atividades foram realizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola Superior de Redes (ESR).

Durante as aulas foram debatidos temas como: Compreender os conceitos de computação em nuvem; Aplicar os princípios de negócios em nuvem; Elaborar um projeto de nuvem e migração; Operar a nuvem; e Gerenciar a governança da nuvem.



ATUALIZAÇÃO em PROCESSO PENAL



As aulas do curso Atualização em Processo Penal, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Teve como público-alvo magistrados(as) e servidores(as) que atuam como assessores(as) nas Comarcas de 1º e 2º Grau do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 60 horas, o curso teve por objetivo proporcionar aos(as) magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins aprimoramento e revisão da matéria, com enfoque nas bases teóricas e práticas do Código de Processo Penal, e análise jurisprudencial das cortes superiores.

Realizado à distância, via Ambiente Virtual da Esmat e *Google Meet*, o curso foi ministrado por Antonio Henrique Graciano Suxberger, doutor e mestre em Direito. Pós-Doutor. Professor Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UniCEUB. Promotor de Justiça no Distrito Federal. Investigador associado do programa de Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Pablo de Olavide – Espanha.



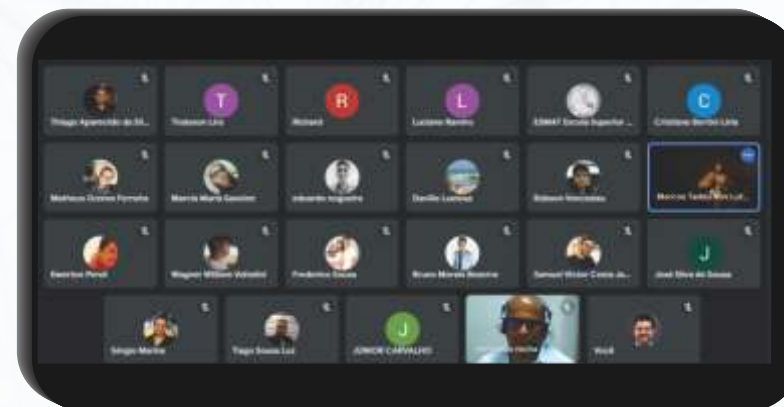
CURSO SEGURANÇA DE REDES COM FOCO EM TELEFONIA VOIP

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou, em novembro de 2021, às aulas do curso Segurança de Redes com Foco em Telefonia VoIP.

Foram ofertadas 25 vagas para servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário Tocantinense. Com carga horária de 65 horas, o curso teve por objetivo capacitar os servidores e as servidoras responsáveis pela rede de Telefonia IP no Sistema Operacional LINUX como pré-requisito em

Segurança da Informação Física e Lógica na rede de telefonia IP, embarcada na rede de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Realizada à distância, a capacitação foi ministrada pelos facilitadores Milton Martins Flores, mestre em Engenharia Elétrica e de Telecomunicações na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Marcos Tadeu Von Lutzow, mestre em Engenharia Elétrica, com ênfase em redes de computadores pela COPPE/UFRJ.



Procedimentos Administrativos



Ministrado pela professora Jaqueline de Kassia Ribeiro de Paiva, doutora em Ciências Sociais, pela Universidad del Museo Social Argentino, o curso Procedimentos Administrativos foi idealizado com o objetivo de habilitar servidores e servidoras, magistrados e magistradas a compreenderem, de forma ampla e consciente, o processo administrativo, considerando as características do instituto, aspectos legais, procedimentais e normas, com fundamento nos princípios constitucionais, contribuindo para a formação de um(a) profissional crítico(a), construtivo(a) e ético(a), apto(a) a planejar, organizar e gerenciar processos administrativos.

Foram oferecidas 20 vagas, direcionadas a magistrados e magistradas, servidores e servidoras que atuam diretamente nos processos administrativos do Tribunal de Justiça do Tocantins. Com carga horária de 20 horas, o curso foi realizado no período de 3 a 12 de novembro de 2021, via Ambiente Virtual da Esmat e Plataforma *Google Meet*.

Curso Básico de Informática Corporativa – Turma III – é realizado pela Esmat

Promovido com a finalidade de capacitar magistrados e servidores para melhor desenvolverem suas atividades, por meio do uso eficaz dos recursos tecnológicos disponíveis no mercado e no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou a terceira turma do curso Básico de Informática Corporativa.

Contando com uma carga horária de 80 horas, o curso foi dividido em cinco módulos: Ambientes Virtuais da Esmat; Aplicativos para Escritório; Comunicação *Online*; Dicas de Segurança *Web* e Ferramentas do TJTO; e Tecnologia no dia a dia.

Durante a *webaula* realizada em 30 de novembro de 2021, foram apresentadas dicas de segurança *web*, ferramentas do TJTO e alguns recursos tecnológicos que influenciam diretamente no dia a dia das pessoas, como o uso da Internet das Coisas (IoT); e a revolução tecnológica proporcionada pela Inteligência Artificial (IA). No decorrer do módulo cinco também serão ministradas as principais vantagens do uso da EaD no processo de qualificação profissional e na disseminação do conhecimento, e qual o papel do ensino à distância no Poder Judiciário Tocantinense.



Sobre os professores:

Lily Sany Silva Leite

Mestra em de Modelagem Computacional de Sistemas, pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Gestão Escolar. Especialista em Gestão Pública. Graduada em Processamento de Dados. Experiência na área de Ciências da Computação, Gestão Educacional, Gestão Pública, Gestão em Educação à Distância e na área de Docência do Ensino Superior. Atualmente exerce o cargo de supervisora tecnológica da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) – Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO).

Bruno Odate Tavares

Mestre em Modelagem Computacional de Sistemas, pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Análise de Sistemas e em Gestão Judiciária. Graduação em Processamento de Dados com experiência na área de Tecnologia da Informação; Suporte a Usuários; Administração de Redes; Tecnologias em Educação à Distância. Formado em Inglês pela American School of Languages.

The background features a complex geometric design. On the left side, there are large, overlapping shapes in shades of orange, grey, and white, resembling stylized letters or abstract forms. The right side of the image is dominated by a light grey network of interconnected nodes and lines, creating a mesh-like pattern that recedes into the background.

Eventos



Palestra discutiu temas como produtividade e procrastinação em tempos de trabalho remoto



A otimização do tempo na realização das atividades de trabalho, estudo e exercícios físicos, buscando assim a produtividade em tempos de pandemia e trabalho remoto, foram temas elencados durante a palestra Gestão do Tempo, promovida pelo Tribunal de Justiça, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e da Esmat. A palestra, apresentada pelo especialista em Desenvolvimento e Gestão do Tempo, Rafael Medeiros Filho, nacionalmente reconhecido, foi transmitida online.

Em sua palestra, Rafael Medeiros Filho iniciou falando do estresse promovido pela falta de gerenciamento das atividades e do tempo, o que gera frustração. Lembrando que vivemos na Era do Conhecimento, indiferente da Era Industrial. Ele ressaltou que a pior reputação de um colaborador ou servidor é a de procrastinador, porque pode ser tido como não confiável. “A melhor reputação é quando as pessoas confiam nas suas entregas”, afirmou.

Apresentando os elementos que causam pouca produtividade, o palestrante lembrou-se de fugas psicológicas que nos levam a não atingir os objetivos no prazo certo ou de maneira saudável. Com isso, elencou atividades de prevenção da dor (lavar a louça, fazer atividades da escola, pagar impostos e contas) e atividades de produção de ganho (ler um livro, assistir a uma palestra, praticar atividades físicas), subdividindo-as em tarefas de manutenção e de produção. “A diferença entre as duas é que a primeira o deixa no marco zero, mantém sua vida como está. Já a segunda o leva a alcançar um novo status, melhorar alguma questão na sua vida”, lembrou.

Apontando cinco passos para gerenciar o tempo, intercalando atividades de trabalho, rotina doméstica e aprendizado, o palestrante elencou cinco pontos que devem ser observados para atingir êxito: Anotar, Separar, Programar, Planejar e Executar. “A gestão do tempo não é talento, é uma produtividade que você desenvolve. A improdutividade é uma desonra ao nosso corpo e ao nosso espírito”, ressaltou.

O Evento contou com a participação do magistrado Océlio Nobre da Silva, juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que ressaltou a importância do evento, realizado com objetivo foi de sensibilizar servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense quanto à necessidade de melhoria da qualidade de vida durante as adequações das atividades de teletrabalho e da redução da jornada para 6 horas, utilizando metodologia de aplicação prática para obtenção de mais produtividade e resultados em sua rotina diária, a fim de garantir qualidade nas ações em desenvolvimento.





Workshop

COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS

Com o objetivo de iniciar o processo de sensibilização, educação ambiental e capacitação de magistrados e servidores do Judiciário Tocantinense para a Coleta Seletiva Solidária, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), realizou, nos dias 15 e 16 março de 2021, de maneira virtual, o Workshop Coleta Seletiva Solidária – Capacitação de Resíduos Sólidos – Turma III.

Para a presidente da comissão de Coleta Seletiva Solidária e vice-presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente, é motivo de muita honra a realização do Workshop de Coleta Seletiva Solidária com capacitação sobre resíduos sólidos, na modalidade à distância, com transmissão ao vivo via YouTube no canal da Esmat. “O projeto Coleta Seletiva Solidária nasceu no Plano de Logística Sustentável decorrente de uma preocupação constante de o Poder Judiciário Tocantinense repensar suas atitudes quanto à produção de resíduos gerados em suas atividades cotidianas e sobre a sua forma de gerenciamento. Sabemos que mais do que adotar critérios para reduzir desperdício e degradação ambiental, sustentabilidade implica assumir decisões e enfrentar desafios que dizem respeito ao futuro do nosso Planeta e ao futuro da humanidade”, lembrou.



ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE

Já o diretor geral do Tribunal, Jonas Demóstene Ramos, destacou que o tema sustentabilidade tem alcance semântico sobre o ponto de vista cultural, econômico, social. “Se nós pontuarmos o item sustentabilidade, temos a padronização de procedimentos, a economicidade, a eficiência administrativa e a aplicação dos recursos públicos com um comprometimento digno do Tribunal”, afirmou.

Na primeira palestra, a coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental (NUGES-TJTO), Leila Jardim, mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), e doutoranda em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), falou sobre “Normas e Legislação aplicáveis a resíduos sólidos”. Em seguida, a gestora dos Termos de Adesão do TJDFT com a Agenda A3P – MMA – e do Termo de Parceria com o Governo do Distrito Federal e membro dos Comitês de Clima Organizacional e do Plano de Gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde do TJDFT, Adriana Tostes expôs a palestra “Experiências sobre a coleta seletiva solidária no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios”.

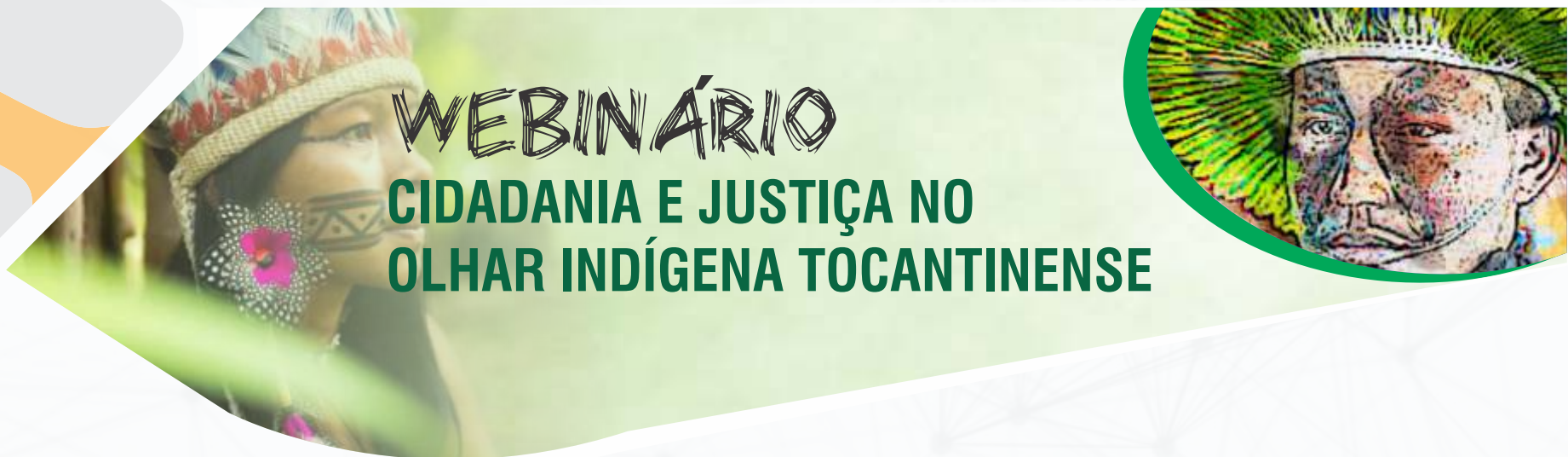
No segundo dia do Workshop, a arquiteta Heloíza Simonni, especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, pela Universidade Estadual de Maringá, e mestranda em Modelagem da Computação, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), falou sobre Conceituação, Caracterização e Classificação de Resíduos Sólidos, entre outros temas, e o jornalista e mestre em Ciências do Ambiente Wherbert Araújo explanou sobre Gestão e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

O Evento contou com a participação de dezenas de magistrados e de servidores do Judiciário Tocantinense.



+ Sobre o **EVENTO**
online





WEBINÁRIO

CIDADANIA E JUSTIÇA NO OLHAR INDÍGENA TOCANTINENSE

Realizado no dia 19 de abril de 2021, o evento foi repleto de um diálogo intenso em prol das causas indígenas. Assim a Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins, por meio da Coordenadoria da Cidadania, com o apoio da Esmat, celebrou o Dia do Índio, com a realização do Webinário Cidadania e Justiça no Olhar Indígena Tocantinense – Um Diálogo Necessário e de Direito. O evento virtual, transmitido pelo Canal da Esmat no YouTube, foi aberto pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, e contou com a fala de importantes estudiosos e defensores indígenas.

“A data de hoje deve ser revestida de reflexão e diálogo sobre a importância da preservação dos povos indígenas, da manutenção de suas terras e respeito às suas manifestações culturais. Temos como objetivo despertar e fortalecer a consciência de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, bem como da comunidade em geral acerca dos direitos humanos dos povos indígenas. Direitos estes garantidos no artigo 231 da nossa Constituição Federal, que reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.”, afirmou a desembargadora ao abrir os trabalhos.



Sobre a realidade do Tocantins, Etelvina Felipe ressaltou o privilégio de o Estado abrigar diferentes etnias indígenas com destacada expressão nacional, até mesmo com reconhecimento internacional. Citando os povos Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô-Kanela, Apinajé, Avá-Canoeiro e Kanela do Tocantins, que engrandecem a cultura e a história tocantinense. “Diante disso, é fundamental em todos os segmentos da administração pública o desenvolvimento de uma cultura e atuação indigenista que zele pela garantia de um diálogo intercultural, respeitoso, que valoriza e fortalece a autonomia e as formas de organização próprias dos povos indígenas”, concluiu a corregedora geral da Justiça.

Palestras

A juíza responsável pela Coordenadoria da Cidadania, Aline Bailão Iglesias, aproveitou a oportunidade para falar sobre a atuação da Coordenadoria, que busca aproximar o Judiciário cada vez mais da sociedade, a exemplo das causas indígenas, “promovendo uma Justiça mais adequada a essa realidade tão próxima a todos nós do Tocantins”.

O Webinário foi conduzido e idealizado pelo juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat. O magistrado já atuou diversas vezes em demandas judiciais indígenas, como titular da Comarca de Cristalândia, que abrange o município de Lagoa da Confusão, região da Ilha do Bananal. Como coordenador da Mesa de debates, o juiz trouxe a reflexão: “Se negamos nossas origens, que caminhos estamos a trilhar?” O questionamento foi analisado a partir de palestras e exposições apresentadas durante toda a manhã. “Multiculturalismo Democrático: representatividade política dos indígenas e direitos humanos no estado do Tocantins” foi ministrada por Laudyone dos Santos Arruda, servidor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO) e mestrando da Esmat.

Já o antropólogo e pesquisador em Antropologia Jurídica, doutor Gustavo Hamilton de Sousa Menezes, conduziu a palestra “Algumas reflexões sobre os povos indígenas e a(s) justiça(s)”. Para Menezes, conhecer e entender os povos indígenas é conhecer a nossa história. “Para todos nós brasileiros, estudar os povos indígenas, estudar o passado e o presente é completamente vinculado ao nosso entendimento de nós mesmos e da nossa identidade”.

Representando os povos indígenas do Tocantins, a estudante de Direito e importante liderança indígena na Ilha do Bananal, pertencente ao povo da etnia Iny (Karajá), Narúbia Silva Werreria, ministrou palestra sobre “Povos da Terra – O Direito Indígena Brasileiro”.

A líder indígena falou sobre o risco do retrocesso nos direitos dos povos indígenas. “O movimento indígena lutou muito para termos na Constituição nossos direitos garantidos, termos saúde e educação diferenciadas, o direito à preservação da nossa cultura, tudo isso veio com muita luta. Hoje vemos com temor projetos que para nós são um retrocesso”, avaliou.

O Webinário encerrou no fim da manhã com a palestra “Colonialidade do Poder e Povos Originários no Brasil”, ministrada pelo professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), mestre e doutor Heber Rogério Gracio. O professor fez uma apresentação passando pelo contexto histórico, esclarecendo sobre o poder do colonizador sobre o colonizado, o que ele chamou de codificação da diferença, que é ato de diminuir, tratar como inferior o colonizado.





de Março Dia Internacional da Mulher

Projeto de Maria para Marias, ações da Justiça pela paz em casa, combate à violência doméstica e equilíbrio emocional na pandemia marcam debate virtual no Dia da Mulher

A abertura do Evento foi feita pela corregedora geral da Justiça, desembargadora Maria Etelvina Felipe Sampaio, que, na ocasião, representou o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador João Rigo Guimarães. Após parabenizar as mulheres pelas conquistas, a magistrada fez o lançamento do projeto "De Maria para Marias, restaurando a autoestima de mulheres em situação de violência doméstica", uma ação social de apoio às vítimas de violência que carregam marcas físicas de dor e sofrimento.

“Nosso Projeto tem como principal objetivo o resgate da autoimagem e autoestima da mulher, da ressignificação das marcas deixadas pela violência, por meio de micropigmentação e tatuagem, transformando cicatrizes, lembranças de dor, em arte”, explicou.

A presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO), juíza Odete Batista, acompanhou o evento de lançamento e ressaltou “O projeto é belíssimo, muito sublime o nome, e tenho certeza de que o resultado será mais sublime ainda. Aproveito para externar o meu apreço por todas as mulheres que compõem o nosso Judiciário nesse dia da Mulher”.

Sobre Maria para Marias

O Projeto tem como principal objetivo o resgate da autoimagem e autoestima da mulher vítima de violência doméstica, por meio de palestras, atendimento com a realização de tatuagem, micropigmentação e outras atividades, promovendo a ressignificação das marcas deixadas pela violência. A iniciativa foi idealizada pela

desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, pela juíza auxiliar da Corregedoria, Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, e pela voluntária Maria das Graças de Souza, profissional da área estética. A ação teve como parceiro o município de Palmas, por meio do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Flor de Lis –, que ficou responsável pela identificação, seleção, encaminhamento e acompanhamento das mulheres contempladas com os serviços e atividades disponibilizados pelo Projeto. Outra importante parceria é com o tatuador profissional Benjamim Nascimento Souza, que, de forma voluntária, ofertará seus serviços.

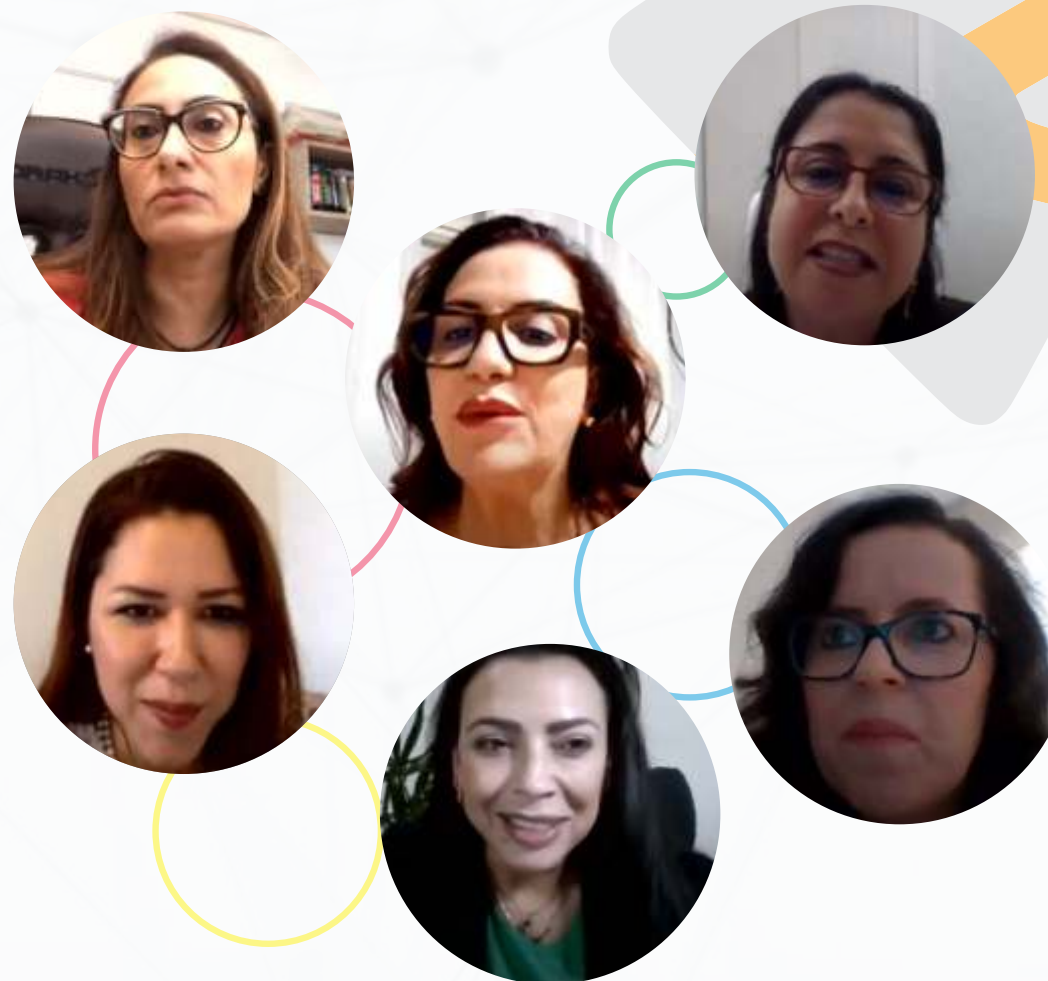
Justiça pela Paz em Casa

Durante a live, a juíza Cirlene de Assis, coordenadora estadual do Combate à Violência Doméstica e Familiar e membro do Comitê de Prevenção à Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Tocantins (CPVID-CNJ), abriu oficialmente a Semana pela Paz em Casa, ação coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que aconteceu simultaneamente em todo o País.

“Nesse período, os juízes concentram ainda mais esforços nos julgamentos de processos de violência doméstica. Essa mobilização iniciou em 2015 e tem três edições ao ano, março (Dia da Mulher), agosto (Aniversário da Lei Maria da Penha) e novembro (Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher). Todos os magistrados foram acionados para dar prioridade aos processos de violência doméstica, cumprindo Meta 8 do CNJ (do Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à violência Doméstica contra as Mulheres)”, explicou a juíza.

Palestras

A primeira palestra foi ministrada pela delegada de polícia Milena Lima, especialista em crimes virtuais e integrante da área de Inteligência do TJTO. A profissional da segurança, que também já atuou como delegada da Mulher, trouxe a reflexão de que não há padrão para a agressão. “Qualquer pessoa pode ser vítima de violência doméstica. Isso não ocorre apenas entre mulheres sem instrução, como muitos pensam”, disse, lembrando o caso



da magistrada do Rio de Janeiro assassinada pelo companheiro no final de 2020. Fechando a programação, Roberta Galvani Carvalho, master coach especialista em desenvolvimento de competências, falou sobre o emocional da mulher em tempos de pandemia. A especialista falou sobre as mudanças na rotina causadas pelo isolamento social, quando muitas mulheres estão tendo sobrecarga ao cuidarem do trabalho e dos afazeres domésticos diariamente, ressaltando a importância de se avaliar os sentimentos. “Temos mais de 20 tipos de emoções e só não sente quem não é humano. É o seu comportamento que você precisa controlar. E nesse momento, você trancada, você sente medo exagerado, e muitas vezes você precisa de ajuda”, alertou a especialista, reforçando que o autoconhecimento é fundamental.



RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL: DIÁLOGOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA TOCANTINENSE

Presente no cotidiano da população brasileira, racismo é debatido em data alusiva ao fim da escravidão no País

Considerado um dos últimos países do mundo, mas o que mais trouxe da África povos escravizados, o Brasil lembrou, no dia 13 de maio, o Dia Nacional da Abolição da Escravatura. Ao passo que os livros de história registram a data como um grande acontecimento, a discussão e a luta pela equidade ainda acontecem, no século XXI, no Brasil e noutras partes do mundo.

Registrando a data, a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Coordenadoria de Cidadania, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizaram, o Webinário Racismo Estrutural e Institucional: Diálogos no Sistema de Justiça Tocantinense. O Evento ocorreu na modalidade virtual devido às restrições da pandemia.

Ao abrir os debates, a corregedora geral da justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, lembrou que é necessária, não só do Poder Público, mas de toda a sociedade, uma ampla discussão e combate ao racismo no País.

“ Precisamos de abertura para proposição de ações concretas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de Jurisdição, como política pública voltada à busca da eliminação das desigualdades raciais, a fim de que o próprio direito e o Sistema de Justiça não sejam utilizados como mecanismos de consolidação e perpetuação das desigualdades e do racismo estrutural. ”



Em seguida, a juíza Aline Bailão Iglesias, coordenadora da Coordenadoria de Cidadania, iniciou sua fala lembrando a importância de se discutirem atitudes análogas ao racismo no Judiciário. "Todo o Sistema de Justiça e todas as autoridades e servidores que atuam neste Sistema precisam dialogar sobre o racismo, trocar experiências e adquirir conhecimento científico sobre essa temática. Nós acreditamos que o conhecimento traz o despertar da consciência, o conhecimento pode mudar o mundo", lembrou.

Coordenadas pelo magistrado José Ribamar Mendes Júnior, as explicações lembraram diversas atitudes e momentos em que o racismo está presente no nosso cotidiano. Na primeira palestra da manhã, a juíza Renata Nascimento e Silva falou sobre "Racismo Institucional e o Poder Judiciário". Em sua fala, a magistrada traçou uma linha do tempo de todos os eventos históricos referentes à luta pela erradicação do racismo no Brasil. Na ocasião, a juíza relacionou as diferenças entre racismo estrutural e racismo institucional. "A gente percebe que o racismo estrutural é uma engrenagem que não precisa de nada para continuar rodando. A mera omissão já faz com que essa engrenagem se mantenha viva. E então o racismo institucional entra nisso, ele é a reprodução pelas instituições públicas e privadas da hierarquização das pessoas, de acordo com a cor da pele, e com a raça", frisou.

Representando o Ministério Público Estadual (MPE), a procuradora de justiça, Maria Cotinha Bezerra Pereira, lembrou que já existe Lei no País que pune o agressor por ato de racismo e preconceito referente à cor da pele. "Podemos assumir que atualmente existe o corpus legalis que, em tese, dá visibilidade ao racismo. Existe sim na letra da Lei a visibilidade sobre a questão do racismo e as formas de combatê-lo. Mas eu questiono, e no nosso cotidiano, no nosso dia a dia? Por isso, não devemos nos acanhar, e sim reconhecer e enfrentar o racismo estrutural e institucionalizado nas prisões do Sistema de Justiça Brasileiro. Por derradeiro, importa discutir essa questão de forma a resgatar a identidade do povo brasileiro quando se fala em combate ao racismo, aplicação legislativa, e como as instituições podem contribuir para essa torpeza social, o que se quer é o reconhecimento dos negros", afirmou.

Em seguida, a defensora pública Denize Souza Leite falou sobre o racismo e seus efeitos sobre as mulheres negras. "Quando nós falamos em mulheres negras, logo vemos a imagem da empregada doméstica, da vocação para o serviço doméstico. Quando falamos de homens negros automaticamente pensa-se em criminoso, em pouco conhecimento. Já homens brancos são personalidades complexas. As mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com salários baixos, fora dos espaços de decisão e expostas a todo tipo de violência", ressaltou.

Finalizando, o advogado Cristian Trindade Ribas versou sobre Racismo de Estado e o Sistema de Justiça, lembrou que o 13 de Maio, dia em que os livros de história afirmam que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, nos leva aos dias de hoje, a mais uma reflexão do que um contexto

histórico. "O racismo, a cor da pele sempre foi e continua sendo um elemento de status de acesso à humanidade e a determinado lugar. A cor da pele ainda é determinante se certa pessoa pode ser vista, ou não, ou reconhecida em determinado lugar. Toda a nossa sociedade é formada por esses aspectos. O Estado Brasileiro tem o elemento racial, a questão escravocrata na sua gênese. Por quase 400 anos, pessoas negras não tinham status de humanidade. Esse processo histórico se reproduz e tem efeitos profundos até hoje. Não celebramos o 13 de Maio como uma data comemorativa, mas sim como uma data reflexiva", destacou.

O objetivo do Evento foi despertar e fortalecer a consciência de todos os operadores do Sistema de Justiça Tocantinense quanto à importância do combate e da eliminação das desigualdades raciais, bem assim valorizar a importância e a riqueza de um Judiciário com força na representatividade racial, para então criar e fortalecer espaços de falas institucionalizados com abordagem pluralista e consolidação de políticas públicas que contribuam para a erradicação do racismo e das mais diversas formas de discriminação, além de despertar e motivar todos a estudarem, terem voz ativa e unirem forças, vontade e propósito de igualdades em direitos e deveres.



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Tendências e Desafios

Com a proposta de compreender os fundamentos teóricos e conceitos básicos da proteção de dados pessoais, bem como a estrutura geral da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), discutindo os motivos da importância da Lei ao mercado em geral e para a Administração Pública entre outros tópicos, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Escola Nacional da Magistratura (ENM) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, nos dias 17, 21 e 24 de maio, o ciclo de painéis Lei Geral de Proteção de Dados – Tendências e Desafios, na modalidade Ensino à Distância.

Na abertura do Evento, o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem, lembrou que a chegada da internet trouxe uma nova maneira de compartilhamento de dados privados, gerando incertezas acerca da transmissão de dados pessoais. Na ocasião, o desembargador ressaltou a importância da discussão da LGPD no Judiciário. “O Evento da internet potencializou a utilização dos dados humanos para o exercício do biopoder, da biopolítica, o que deixou o homem ainda mais frágil num ambiente muito movido e incerto em que a sua dignidade é colocada em risco”, afirmou.

O primeiro painel contou com a presença do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça, com o tema A Incidência da LGPD pessoais nas atividades do Poder Judiciário. Em seguida, a professora doutora Laura Schertel Mendes falou sobre Arquitetura da LGPD; Conceitos de dados pessoais e dados sensíveis. Após, o diretor Luís Ricardo Marcondes Martins, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), apresentou a palestra Perspectiva Setorial: LGPD; Princípios gerais e aplicação no âmbito das entidades fechadas da Previdência Complementar.



Já o professor mestre Diego Machado (UFV) falou sobre Conceitos de dados pessoais anonimizados na LGPD. Conceito de Pseudonimização e de informações anônimas no RGPD. Em seguida, a advogada Vanessa Araújo Lopes Butalla, diretora jurídica da Serasa Experian, apresentou o tema Perspectiva Setorial. Aspectos relevantes sobre bases legais para tratamento de dados pessoais. Dando seguimento e finalizando o primeiro ciclo de palestras, o doutor Humberto Chiesi Filho, diretor jurídico do Mercado Livre, falou sobre Perspectiva Setorial, LGPD e o impacto no E-Commerce.

O Segundo Painel discutiu tópicos sobre a transversalidade e a interdisciplinaridade de atuação da nova Lei. A pauta ainda é inovadora e cheia de questionamentos, necessitando ampla discussão em diversos segmentos da sociedade. Em sua fala, o ministro João Otavio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, alertou sobre a utilização dos dados dos cidadãos pelo Poder Público e que o tratamento dos dados dos cidadãos se dá num caráter instrumental, por serem instrumentos necessários para a ação da atividade pública em prol dos próprios titulares dos dados. "Este é um tema que vai gerar muitos questionamentos. A possibilidade de sua transferência imediata e o uso indevido de dados do cidadão pelo Poder Público sem respeitar a estrita finalidade de seu processamento não é admissível pela Constituição nem pela Lei geral e pode gerar graves prejuízos", frisou. Em seguida, foram proferidas duas palestras, a do engenheiro Waldemar Gonçalves Ortunha Junior, oficial do Exército Brasileiro (AMAN), e a da advogada Ana Paula Bialer, líder do GTT de Regulação e Internet da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom), nas quais apresentaram importantes informações acerca do tema ainda tão atual.

O terceiro e último dia do Evento debateu temas ligados ao consentimento na proteção de dados pessoais, compartilhamento pelos órgãos e sistemas de saúde, utilização no sistema financeiro e a inter-relação com o Código de Defesa do Consumidor, entre outros. Na ocasião Bruno Bioni, diretor fundador da Data Privacy Brasil, falou sobre A função e os limites de consentimento na proteção de dados pessoais. Dando continuidade, foi a vez da senhora Miriam Wimmer, diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que explanou sobre Os desafios do Enforcement na LGPD. Fiscalização e Aplicações de Sanções. Encerrando a primeira parte, a senhora Natália Pompeu, superintendente jurídica no Sistema Abramge, apresentou a palestra Compartilhamento de Dados na área da Saúde. Na sequência a advogada e professora de Direito Civil e Comercial na UnB, Ana Frazão, falou das Principais repercussões para a atividade empresarial. E com o tema Perspectiva Setorial, as duas últimas palestras foram proferidas pela senhora Annete Pereira, advogada da Febrabam, que falou sobre as Principais questões relacionadas à implementação da LGPD no sistema financeiro, finalizando com a fala do senhor Rafael Zanatta, executive director da Associação Data Privacy Brasil, que explanou sobre Construindo pontes entre a Lei Geral de Proteção de Dados e o Código de Defesa do Consumidor.

Organizado pelo Centro de Memória Jurídica (MEMORY), o evento ocorreu na modalidade de painéis explanativos e contou com diversas autoridades do meio jurídico, entre eles o presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otavio de Noronha; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, doutor Ricardo Villas Bôas Cueva; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, doutor Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, e outros.





25 DE MAIO DE 2021
DIA NACIONAL DA ADOÇÃO

Dia Nacional da Adoção é celebrado pela Corregedoria Geral de Justiça do TJTO com incentivo à adoção tardia e implementação de aplicativo de busca ativa de propensos pais e crianças e adolescentes para adoção

Idealizado pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), foi realizado no dia 25 de maio o Webinário Adoção: amor sem idade. O Projeto tem como escopo cumprir a Meta 3 da Corregedoria Geral da Justiça, prevista no Plano de Gestão 2021-2023, que visou estimular a adoção tardia de crianças e de adolescentes.

Na ocasião, a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, corregedora geral de Justiça, assinou a regulamentação do aplicativo virtual A.DOT, ferramenta de busca ativa presente em 10 estados de adoção tardia de crianças e de adolescentes. Em sua fala, a desembargadora reforçou a importância da assinatura do aplicativo, ressaltando dados levantados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, os quais apontam que, no Brasil, existem 30.624 crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional. Desse total, 4.966 estão aptas à adoção e 32.561 pretendentes disponíveis para adotar. “Diante desse desafiador cenário, é necessário sensibilizar a sociedade para a adoção tardia de grupos de irmãos ou de crianças e adolescentes que apresentem alguma condição especial de saúde”, afirmou.

Na primeira palestra, o juiz Sérgio Luís Kreuz, um dos idealizadores do aplicativo criado no estado do Paraná, ministrou a palestra Aplicativo A. DOT – Case de sucesso na Corregedoria Geral de Justiça no Paraná. “Hoje estamos comemorando uma data muito importante, o 25 de maio, dia nacional da adoção. Dia este em que também completamos os três anos do aplicativo A.DOT. Nós sempre temos de levar em consideração que a adoção está voltada a atender ao interesse da criança e do adolescente, e não dos adultos”, lembrou.



A segunda palestra, ministrada pelo juiz Adriano de Melo Oliveira, coordenador da Infância e Juventude do TJTO, foi sobre a Adoção sob o olhar da Coordenadoria da Infância, a qual falou sobre o papel do juiz, do Judiciário na garantia do direito à convivência familiar. “A percepção que temos hoje, a própria sociedade também tem, a de que o juiz é aquele ente vivo que no trabalho decide monocraticamente ou reunido com seus pares, nos tribunais estaduais e superiores. Mas, trabalhar na área da infância é diferente, é exatamente essa reflexão que quero trazer. O juiz na área da infância tem de trabalhar de uma forma que não é exclusivamente aquela de aplicar o direito à situação, conforme a sua convicção jurídica. As decisões na área da infância não são apenas do juiz, mas as atitudes dos advogados, defensores públicos e os pareceres; as ações do Ministério Público devem ser articuladas junto com uma rede de proteção”, frisou.

A pela assistente social e coordenadora do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinar (GGEM) do TJTO, Márcia Mesquita Vieira, falou sobre A importância do curso de preparação como requisito para habilitação dos pretendentes à adoção, reforçando a atuação do Grupo no Estado, ou seja, a de que o curso é requisito legal e obrigatório para o processo de adoção, conforme preconizado pelo Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA). “O GGEM atende a demandas de todas as varas e comarcas do Estado, bastando apenas que estas encaminhem a solicitação do processo de adoção via remessa no sistema Eproc ao GGEM do Núcleo Regional a que pertence, requisitando o cumprimento da fase técnica, a qual antecede a sentença de habilitação”, destacou.

A última palestra do dia emocionou com o depoimento "Adoção é o Amor Sem Idade", da pedagoga e mãe de dois meninos Deiby Jubiely de Miranda. Moradora de Colinas do Tocantins, na região Centro-Norte do Estado, a palestrante de 42 anos contou suas histórias. “Eu tenho meus dois presentes que é o João Felipe que chegou bebê e hoje tem seis anos. Passou um tempo eu já era inscrita e fiquei sabendo da questão da Família Acolhedora, inscrevi-me e o Moisés apareceu. Ligaram e me perguntaram se eu tinha interesse de ficar com uma criança que sofria maus tratos no lar biológico. Ele tem uma história muito triste, não sabia ler, não dormia, a luz precisava ficar acesa. Com o passar do tempo, ele aprendeu a ler, faz a quinta série, é uma criança muito feliz, maravilhosa. Ele ficou comigo dois anos e houve a pergunta se eu gostaria de adotá-lo, mas eu já o amava a partir do primeiro dia. Acho que já foi ligação de alma, e ele passou a me chamar de mãe a partir do primeiro dia. Graças a Deus deu tudo certo, hoje ele tem 11 anos e é meu filho oficial. Sou mãe dos meus príncipes lindos, que são os amores da minha vida. O amor não tem idade. A criança só quer ser amada, ser chamada de sua”, ressaltou emocionada.





LII ENCONTRO DO COPEDEM

DIREITOS HUMANOS E DIREITO DIGITAL INCLUSÃO DIGITAL E USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS, E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO

A discussão dos avanços tecnológicos e a atuação do Poder Judiciário, visando à promoção dos Direitos Humanos, à inclusão digital e à privacidade na rede foram os temas do LII Encontro do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), realizado pela segunda vez em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), de maneira virtual devido às restrições sanitárias ainda vigentes.

Nas exposições, temas como os desafios do judiciário pela eminente utilização dos recursos digitais ante a pandemia de Covid-19, além do impacto da era digital, do cibernético e do espaço virtual na vida do cidadão foram discutidos ao longo da manhã. Também com a inserção de temas atuais, como a pós-verdade, o pós-humano, o giga e o nano poder, os sistemas automatizados e de monitoramento que invadem a privacidade do ser humano foram debatidos sob a luz do Poder Judiciário.

Segundo o ministro Mauro Campbell Marques, vice-diretor geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), a realização virtual do LII Encontro do Copedem reflete uma satisfação imensa da necessidade de as escolas estaduais da magistratura debaterem temas atuais e indispensáveis para o exercício da prática do Direito,

“com o intuito de vencer as barreiras do aperfeiçoamento para melhor exercerem a atividade de julgar com imparcialidade. Barreiras muitas vezes impostas pelo fato de a sociedade brasileira ser hipercomplexa”, afirmou.

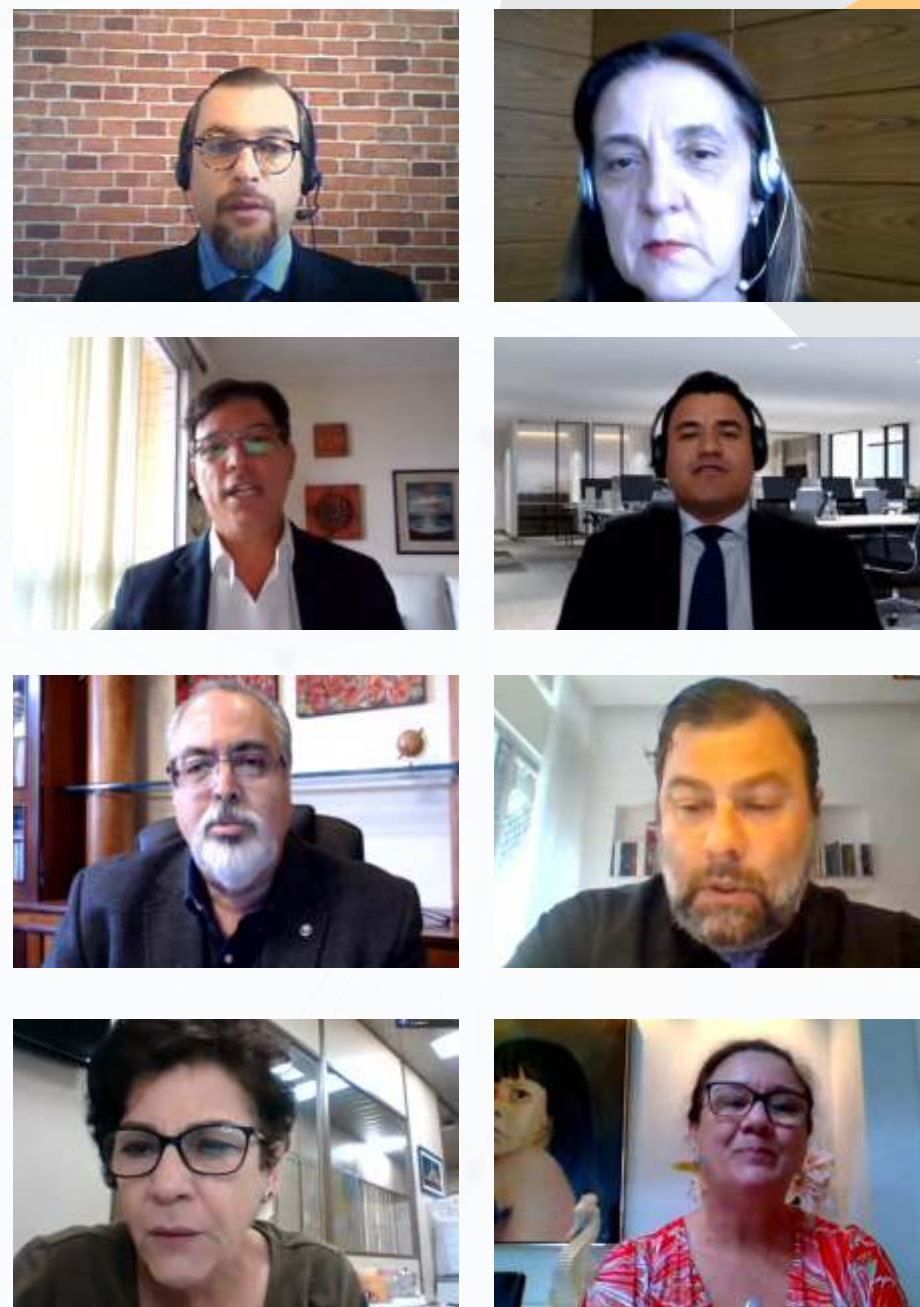




Para o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem, ao longo das últimas décadas o Colégio tem contribuído para as estratégias de formação de magistrados e servidores em todo o País, aprimorando o debate político, ofertando diversos cursos destinados a magistrados e à comunidade em geral, a advogados e a instituições.

“Esse é um novo lugar que nos deixa inseguros no campo do Direito. Seria interessante que todas as escolas abrissem a questão dos direitos humanos na era digital com o objetivo de encontrar com menos dificuldades os resultados para os problemas supercomplexos que vêm surgindo a cada ano.”

A organização e a transmissão do Evento ficaram sob a responsabilidade da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com transmissão, por meio da página do Copedem, na Plataforma YouTube. Tendo como tema Direitos Humanos e Direito Digital – Inclusão digital e uso das novas tecnologias, e da inteligência artificial no Poder Judiciário –, o Evento contou com palestras de renomados magistrados e docentes de diversas instituições nacionais e internacionais; e Diretores de Escolas Judiciais e da Magistratura do Brasil.





I SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: ATUAÇÃO EM REDE EM PROL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO TOCANTINS

Os desafios da implementação e do gerenciamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos nº 12.305, de 2010, no País e no Tocantins, do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS-TO), gerando renda e postos de trabalho para catadores de materiais recicláveis, foram os tópicos discutidos no primeiro dia do I Seminário de Gestão Socioambiental: atuação em rede em prol da Gestão de Resíduos Sólidos no Tocantins. O Evento foi promovido pela Rede TO Sustentável, pelo Tribunal de Justiça e pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

O Seminário abordou as propostas: Promover intercâmbio de experiências e fomentar iniciativas entre parceiros da Rede TO Sustentável e demais interessados no tratamento da Gestão Socioambiental e Gestão de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins, além de promover o alinhamento das ações das instituições parceiras do Projeto Rede TO Sustentável com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); Proporcionar subsídio ao Poder Judiciário Tocantinense para melhor acompanhamento do indicador Gestão de Resíduos pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS), indicador este que causa impactos no alcance do Prêmio CNJ de Qualidade.

Integram a Rede TO Sustentável o Poder Judiciário do Tocantins, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), o Ministério Público Estadual (MPE), a Defensoria Pública Estadual (DPE) e a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

Sobre a realização do I Seminário, o desembargador reforçou a necessidade de gestão de resíduos sólidos e também a importância imediata da realização de atividades de educação ambiental. “Estamos colocando a Escola da Magistratura sempre à disposição de atividades dessa natureza pelo tamanho impacto que revela na sociedade, principalmente em relação a algo tão caro, que é a saúde

de todos. Nesses tempos de pandemia, sabemos que o que estamos vendo e passando não é por acaso. O negacionismo de décadas nos levou a essa situação e podem vir coisas piores, principalmente a transmissão de vetores pela água, isso é algo que tenho dito e colocado. Hoje 70% das doenças são transmitidas pela água, e não pelo ar”, ressaltou.

Em sua fala, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, lembrou que a degradação do Planeta está causando o efeito de vulnerabilidade ambiental, acompanhando a humanidade nas demais vulnerabilidades: econômica e sociais. “Fico muito animado e até mesmo emocionado com a amplitude desta reunião, que evidentemente tem um fundo de conhecimento



técnico e acadêmico, mas se destaca acima de tudo pela fraternidade, pela solidariedade que cada um dos integrantes desta Mesa tem em relação aos nossos irmãos que sofrem em decorrência da degradação do Planeta. Não chegamos ainda à era do antropoceno, é evidente, mas o cuidado para com a natureza demanda atenção, não a um ser em estado de vulnerabilidade, mas principalmente em estado de fragilidade”, afirmou.

As aplicações de recursos destinados às atividades referentes ao saneamento (fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial e gestão de resíduos sólidos), nos municípios tocantinenses, foram os tópicos discutidos no segundo ciclo de palestras do I Seminário de Gestão Socioambiental: Atuação em rede em prol da Gestão de Resíduos Sólidos. Nas apresentações, a atual conjuntura dos 139 municípios na busca pela elaboração de planos de gestão de resíduos e saneamento foi amplamente discutida em quatro palestras ao longo de dois dias.

Com mediação do professor doutor Gustavo Paschoal, a primeira palestra foi proferida pelo professor doutor Aurélio Pessôa Picanço, que falou sobre os Impactos do novo Marco Regulatório do Saneamento Básico na Gestão dos Resíduos Sólidos. Já a segunda palestra foi proferida pelo engenheiro ambiental e auditor de Controle do TCE/TO, Íkaro Peres Cunha, que falou sobre o Panorama de Resíduos Sólidos nos Municípios do Estado do Tocantins, uma avaliação técnico-financeira sob a ótica do TCE/TO. Na pauta das apresentações do Evento, houve propostas de compartilhamento de custos de gestão de resíduos em municípios vizinhos no Estado; pontuações no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) Ecológico; bem como propostas de parceria público-privadas na gestão de aterros sanitários controlados.



+ Sobre o EVENTO
online

Esmat realiza Workshop Finalidades das Ferramentas de Pesquisa Patrimonial

Realizado na modalidade à distância, o Workshop objetivou promover a familiarização dos servidores e dos magistrados com as ferramentas de pesquisa patrimonial, disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça e outros, e o propósito para cada qual se destina.

Os alunos matriculados foram indicados pelas unidades judiciais das 40 comarcas com atuação nas atividades ligadas aos processos de execução no Poder Judiciário Tocantinense.

A atividade de formação foi desenvolvida com a participação de Giselle Schmeider Kraemer, especialista em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Atua em pesquisa patrimonial, na 1ª Vara do Trabalho de Palmas/TO, desde 2008.



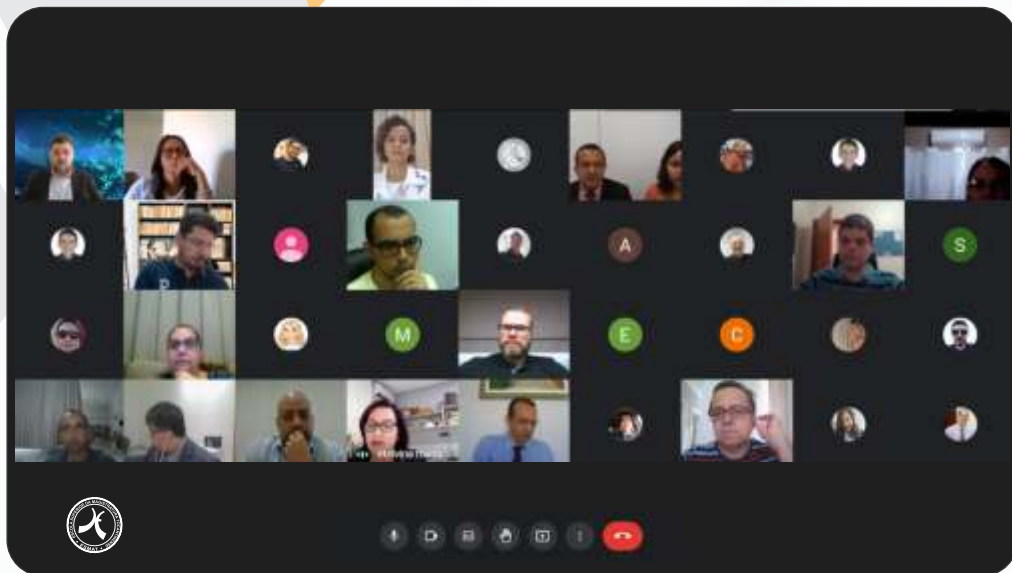
A questão da percepção, do entendimento do ambiente de trabalho, do lar, do controle das emoções e a adaptação ante o distanciamento imposto pela pandemia de Covid-19 foram os temas da palestra virtual ministrada pela mestra em Psicologia Social, a psicóloga Evanuzia Luzia de Oliveira. O evento, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, levou à reflexão sobre a conjuntura atual e a busca pelo equilíbrio físico, espiritual e emocional.

Por cerca de duas horas, a palestrante tratou de temas sensíveis da atualidade, de maneira objetiva e direta. Com isso, assuntos como empatia, a descoberta de novas atividades físicas, de lazer, a busca por um hobby e o entendimento de que não necessitamos controlar situações adversas à nossa responsabilidade, como também assuntos como luto e ansiedade decorrentes da pandemia foram observados pela palestrante. “Em tudo na nossa vida podemos ter oportunidade de aprendizado e adoecimento. É preciso então aprender com a situação”, ressaltou.

Passando pela etapa de resposta de questionamento dos espectadores, a psicóloga deu dicas sobre enfrentamento de situações familiares, interpessoais, a prática de atividades físicas, o momento de buscar acompanhamento profissional, o combate aos gatilhos emocionais que podem desencadear transtornos de pânico e ansiedade e até mesmo técnicas de respiração, como complemento do enfrentamento da ansiedade, buscando o equilíbrio emocional. “Tudo na nossa vida precisa de equilíbrio. Eu preciso estar bem com as pessoas e também preciso estar bem só. Se eu quero ficar muito só, tudo tem de ter equilíbrio. Esforce-se para estar no meio de pessoas, busque alternativas. Não vá correndo para essa zona de conforto para você, que em longo prazo isso não lhe fará bem”, lembrou.

WORKSHOP SISTEMA

PJeCOR



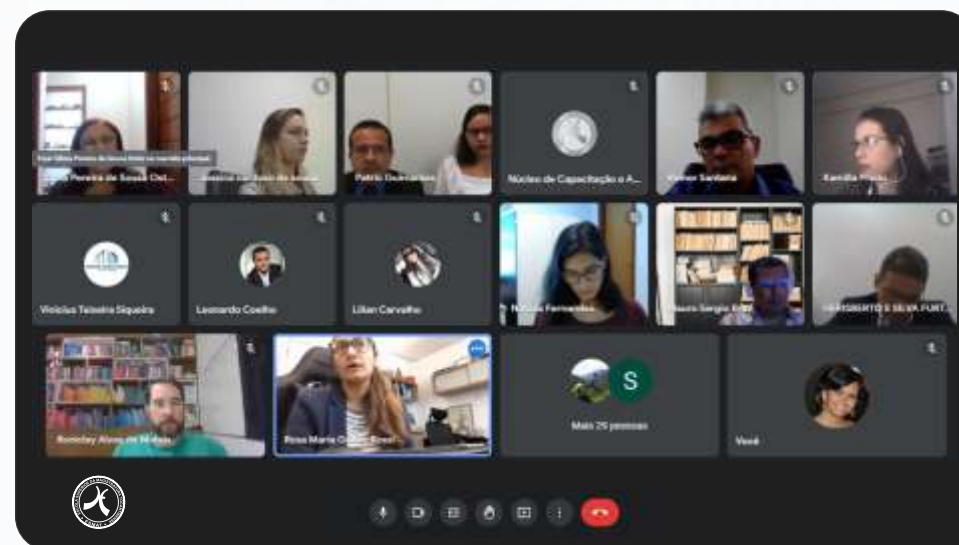
Cerca de 70 participantes, entre juízes diretores de fóruns e servidores das 40 comarcas do Poder Judiciário do Tocantins concluíram, em 16 de junho de 2021, a primeira turma do Workshop Orientações Gerais sobre o Sistema PJeCor. A capacitação foi realizada pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), atendendo à solicitação da Corregedoria Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS).

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, na abertura da capacitação explicou que o Workshop está alinhado com a “Perspectiva aprendizado e crescimento – Macrodesafio: Gestão de Pessoas” (do Planejamento Estratégico da CGJUS 2021-2026 e do Plano de Gestão da CGJUS 2021-2023). “O Workshop tem o objetivo de capacitar os magistrados diretores de Foro e um servidor por eles indicados, para serem multiplicadores de conhecimento nas Comarcas, visando facilitar a utilização das ferramentas,

cadastro de modelos, inserção de documentos, minutas, enfim, todo fluxo de trabalho”, afirmou a magistrada, ressaltando que a iniciativa ainda atende à Diretriz Estratégica 2 do CNJ, que se aplica às corregedorias de todos os segmentos de justiça e trata dos procedimentos de inspeção, correição, sindicância e os processos administrativos disciplinares.

O curso foi ministrado pelos facilitadores Amanda Gomes, sócia-diretora da Gomes & Guimarães Cursos Jurídicos e pelo analista judiciário do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Patric Silva Guimarães.

A abertura da segunda turma do Workshop foi realizada pela juíza auxiliar da Corregedoria Geral, Rosa Maria Gazire Rossi. “É muito importante ver os nossos parceiros do Sistema de Justiça participando deste curso, além dos nossos magistrados e servidores. A utilização do PJeCOR é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça e visa à transparência, economicidade, padronização de procedimentos e à agilidade na prestação de informações”, ressaltou.





A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou, em junho de 2021, o Workshop – O Sistema Nacional de Adoção e suas Funcionalidades –, no qual participaram servidores e magistrados do Tribunal de Justiça e servidores dos órgãos parceiros da Esmat com atuação nas atividades ligadas aos processos Adoção no Poder Judiciário Tocantinense. O Evento teve como intuito promover familiarização dos servidores e dos magistrados com as ferramentas e recursos do Sistema Nacional de Adoção, disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cadastrando corretamente os dados e consignando as decisões judiciais.

Para a magistrada Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, juíza auxiliar da CEJUS/TO, que na ocasião representou a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, corregedora geral da Justiça, o objetivo do Evento é a capacitação de magistrados e de servidores para o cadastramento correto segundo as decisões judiciais, e sua atualização contínua. “Já temos disponível manual do próprio CNJ, tutorial oficial, além de outra capacitação ministrada anteriormente. Todavia, durante as correições gerais ordinárias, percebemos a necessidade deste novo encontro”, afirmou.

O Workshop foi ministrado pela facilitadora Isabely Fontana da Mota, especialista em Direito da Criança, Adolescentes e Idosos; especialista em Direito e Processo do Trabalho. Atualmente trabalha no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como pesquisadora do departamento de Pesquisas Judiciárias e integrante do Comitê de Apoio à Gestão Negocial do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Sobre o sistema SNA

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) foi criado em 2019 e nasceu da união do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). O Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais (CGCN), instituído pela Portaria Conjunta 01/2018 do CNJ, com o objetivo de subsidiar a elaboração e o monitoramento de políticas judiciais, é o responsável pela gestão do SNA. O sistema é regulamentado por meio da Resolução nº 289/2019 deste Conselho. O novo sistema abrange milhares de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com uma visão global da criança, focada na doutrina da proteção integral prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Os maiores beneficiários do SNA são as crianças e adolescentes em acolhimento familiar e institucional, que aguardam o retorno à família de origem ou a sua adoção. O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento possui um inédito sistema de alertas, com o qual os juízes e as corregedorias podem acompanhar todos os prazos referentes às crianças e adolescentes acolhidos e em processo de adoção, bem como de pretendentes. Com isso, há maior celeridade na resolução dos casos e maior controle dos processos, sempre no cumprimento da missão constitucional do Conselho Nacional de Justiça.



O Poder Judiciário, por meio de ação conjunta da Presidência do Tribunal de Justiça (TJTO) e da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS-TO), em comemoração ao Dia dos Pais, desenvolveu diversas atividades para a valorização da figura paterna de magistrados e servidores, especialmente, em tempos de pandemia. Dentre elas, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou o Workshop “Ser Pai à Luz do Eneagrama”.

O evento foi idealizado pela Corregedoria em consonância com a Meta 23 do Plano de Gestão da CGJUS 2021-2023: Programa de humanização e valorização de servidores e magistrados. Os benefícios da capacitação foram gerados a partir da observação da comum e solitária dificuldade de os homens romperem com o modelo ocidental, tradicional e modernamente dominante, em falar sobre seus sentimentos e emoções sem culpa. Considerando que o Eneagrama é utilizado pelas organizações em muitos momentos, como na formação de equipes, no desenvolvimento gerencial, no inventário das suas competências, no recrutamento, na resolução de conflitos, no mapeamento das potencialidades, no planejamento estratégico, entre outros. Com isso, refletindo sobre os traços de personalidade proposto com o Eneagrama, poderão ser identificadas as características nas quais será importante investir para ajudar a criar sinergias, gerando complementaridade organizacional. E não somente isso, mas também a identificação de algumas outras que, se não forem tratadas, poderão se tornar entraves para o bom rendimento pessoal.

O Workshop foi dividido em duas turmas e teve como objetivo despertar e fortalecer a consciência, acerca do ensino do Eneagrama a serviço do crescimento integral da pessoa, proporcionando a vivência como oportunidade de autoconhecimento, transformação e relacionamento interpessoal. Com a participação de dezenas de magistrados e de servidores do Judiciário Tocantinense, o Evento foi ministrado pelo padre Domingos Cunha, membro fundador da Associação Brasileira de Eneagrama (IEA Brasil – Associação Brasileira de Eneagrama). O especialista em Eneagrama abordou os diferentes tipos de pais, especificando como essas diferenças refletem na criação e na personalidade dos filhos.

Sobre o palestrante

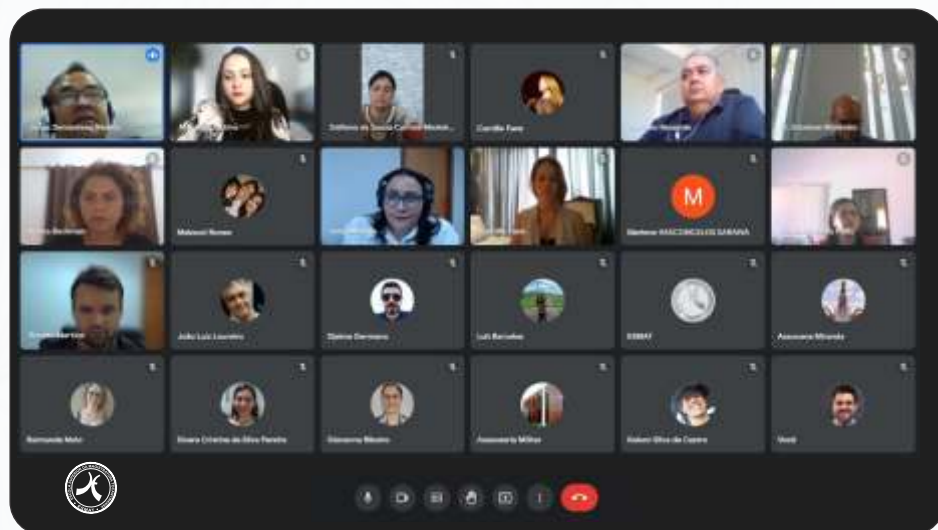
Domingos Cunha – Inspirador do Instituto Eneagrama Shalom. Já publicou 10 obras literárias. Aprende, vivencia e ensina Eneagrama há 25 anos. Tem assessorado cursos no Brasil e em Portugal, em áreas diferentes de aplicação. Desenvolve uma metodologia própria e um estilo peculiar na abordagem dessa tradição, facilitando às pessoas um acesso simples e profundo, prático e consistente, em que elas mesmas se tornam sujeito de suas descobertas. Aprofundando e desenvolvendo o Eneagrama numa vertente de ligação estreita com a espiritualidade – como sentido da vida –, foi consolidando ao longo desses anos uma intuição própria dentro dessa tradição. Hoje, trabalha o Eneagrama como caminho em busca da essência, como chave para cada pessoa ser mais. É membro fundador da Associação Brasileira de Eneagrama (IEA Brasil – Associação Brasileira de Eneagrama), onde exerceu a função de presidente; atualmente faz parte do Conselho Consultivo. Pela FESh, já formou mais de 350 professores de Eneagrama no Brasil e em Portugal.



Workshop **Sistema de Diárias**

Realizado com a finalidade de capacitar servidores e servidoras, magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça quanto às diretrizes e aos procedimentos para solicitação, concessão, pagamento e prestação de contas de diárias no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, o Workshop Sistema de Diárias foi realizado em formato virtual pela Plataforma Google Meet. Ao todo foram ofertadas 140 vagas, sendo 70 por turma.

As atividades foram ministradas pelos facilitadores Camille Fane Oliveira Lima, Seny Almeida de Arruda e Monielle Guerra Justino Villas Boas que abordaram temas como: Legislação da concessão de diárias; A que se destina o pagamento de diárias; Formações preliminares sobre a solicitação da diária; A concessão e o pagamento de diárias implicam obrigatoriamente; As fases para o procedimento da solicitação; Conhecendo o sistema; Informações do beneficiário(s); Informações de transporte; Revisar e concluir; Quando indicar a finalidade da diária; Quando indicar veículo oficial de segunda instância; Conhecer as regras para análise do pedido de diárias; Tabela de valores para os cálculos de diárias; Cálculos do valor da ajuda de custo; Quanto às formas de pagamento da diária; Prestação de contas da diária; Impedimento de novo pedido de diárias; Transparência; Previsão de custeio de diárias; e outros.



O Workshop foi realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense com o objetivo de promover o conhecimento das Metas Nacionais 1 e 2, de 2021, do Poder Judiciário, a fim de orientar quanto ao cadastramento de classes pertencentes às metas e às movimentações processuais que possam auxiliar em seu cumprimento, nos moldes do Glossário de Metas Nacionais publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.

As atividades foram ministradas pelas servidoras do Tribunal de Justiça do Tocantins Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak, mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos; e Maria das Graças Dias Pinheiro de Castro, mestra em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Ao todo foram oferecidas 180 vagas, sendo 90 por turma, direcionadas a magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense.



Semana dos Pais

ELES TAMBÉM PRECISAM
DE CUIDADO E ACOLHIMENTO

Palestra

AUTOCONHECIMENTO É CRER PRA VER: AUTOCONHECIMENTO
E AUTOCONFIANÇA PARA VENCER EM TEMPOS DIFÍCEIS

Na semana em que se comemora o Dia dos Pais, o Poder Judiciário, por meio de ação conjunta da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e da Corregedoria Geral da Justiça (CGJUS-TO) realizou, no dia 2 de agosto de 2021, a “Semana dos Pais: porque eles também precisam de cuidado e acolhimento”. A programação iniciou com a palestra proferida por Kau Mascarenhas, referência em desenvolvimento humano.

Durante a abertura do evento, o desembargador João Rigo Guimarães, presidente do Tribunal, lembrou que o pai de família também necessita de cuidados e acolhimento. “Os pais também são pessoas vulneráveis, que têm qualidades, mas também defeitos. Então é muito importante termos essa consciência ao realizarmos essa homenagem”, reforçou.

Para a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, corregedora geral, a iniciativa contou com a participação de vários setores do Judiciário Tocantinense “Homenageamos todos os pais do Judiciário Tocantinense e trazemos para o ambiente laboral, ainda que por intermédio dos canais virtuais, o importante papel exercido no seio familiar e na sociedade”, afirmou.

Lembrando o valor afetivo da paternidade, a juíza Odete Almeida, presidente da Asmeto, ressaltou a importância da figura paterna. “O pai magistrado, o pai servidor, nossos colegas de trabalho são pessoas valorosas, são trabalhadores que se dedicam e, além de tudo, precisam arraigar em seus ombros toda a força protetional, toda a força que advém de um pai de família”.



Na palestra “Autoconhecimento é crer para ver: autoconhecimento e autoconfiança para vencer em tempos difíceis”, Kau Mascarenhas lembrou que o processo de autoconhecimento advém de experiências que, em alguns casos, podem ser conflituosas. “Muitas vezes o trabalho de autoconhecimento vai trazer surpresas desagradáveis. Talvez esse encontro consigo seja triste e desesperador”. O palestrante reforçou que, ao identificarmos as nossas fraquezas e limitações, somos levados a adentrar e entender a nossa personalidade. “O ato de perceber que aquilo que sai de nós em palavras e gestos é também parte de nós, é um primeiro caminho para um bom processo de autoconhecimento”, frisou.

WEBINAR

Efeitos da Reforma Tributária para os Setores de Educação e Saúde

Com a proposta de discutir as mudanças e as consequências da Reforma Tributária as quais tramitam em discussão na Câmara dos Deputados, tendo em vista os impactos econômicos e sociais nas áreas da Saúde e da Educação, o Colégio Permanente dos Diretores das Escolas da Magistratura (COPEDEM), em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) promoveu, o *webinar* “Efeitos da Reforma Tributária para os Setores de Educação e de Saúde”.

Dividido em dois painéis, sendo o primeiro “As Implicações Econômicas da Reforma Tributária para a Educação e Saúde”, o evento foi aberto pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor Geral da Esmat. Moderado pelo magistrado Marcelo Piragibe, juiz do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e conselheiro do Copedem.

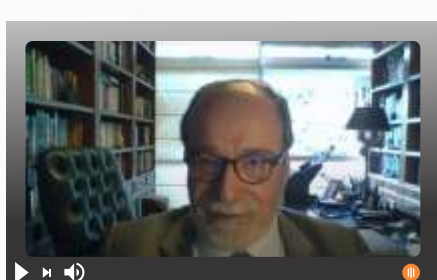
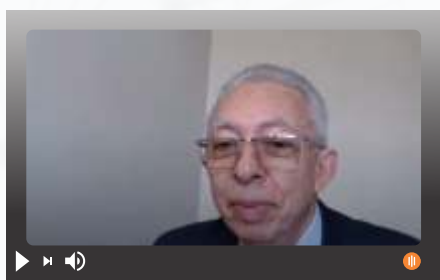
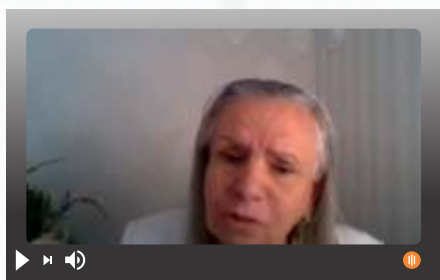
A primeira palestra, “As Implicações jurídicas da reforma tributária para a educação e à saúde”, foi apresentada pelo professor Heleno Torres, da Universidade de São Paulo. “Fala-se muito em reforma tributária, mas não há reforma tributária, há reformas tributárias. Uma reforma tributária se apresenta como um projeto, mas não um único projeto. Não existe um padrão universal de modelo tributário. O processo de reforma tributária é um processo permanente, não específico, não particular”, afirmou.

A segunda palestra foi proferida pelo ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que falou sobre a visão do judiciário a respeito dos impactos da reforma tributária. “Eu quero ver na expectativa do poder judiciário, pois acredito que nós temos expectativa de uma reforma que venha a ocorrer de modo a simplificar o sistema, de modo a diminuir a litigiosidade tributária deste País, que é elevadíssima”, afirmou. Em seguida, o senhor Everardo Maciel, vice-presidente da ABDF e ex-secretário da Receita Federal, se pronunciou.



O segundo painel, intitulado “As Implicações Sociais da Reforma Tributária para a Educação e à Saúde”, teve como moderadora a desembargadora Maria Erotides Kneip, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT). Para o senhor Fabio Cunha, diretor jurídico e de compliance da DASA, as discussões acerca da Reforma deveriam acontecer apenas após o controle total da pandemia de Covid-19. “A pandemia ainda não acabou. Não deveríamos estar falando de impactos da reforma tributária no setor da saúde e da educação durante uma pandemia. Isso é mais uma violência que se está fazendo com a população brasileira, a população que depende da educação e da saúde. Nós deveríamos estar tratando de outras pautas nesse momento, deveríamos estar tratando das pautas de abertura das escolas e das universidades, das pautas de como capacitar mais no sistema público de saúde e no suplementar de saúde”, ressaltou.

Em seguida, a senhora Elizabeth Guedes, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) falou sobre as questões envolvendo o acesso ao ensino dos jovens brasileiros, tendo em vista a insegurança financeira. Já o encerramento foi realizado pelo desembargador Caetano Levi, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM).



IEES e COPEDEM promovem Jornada Jurídica da Saúde Suplementar previsibilidade econômica em contratos de planos de saúde

Promovido pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IEES), em parceria com o Colégio Permanente de Diretores de Escolas de Magistratura (COPEDEM) e o Portal Conjur (Consultor Jurídico) em mais uma Jornada Jurídica da Saúde Suplementar, o Encontro debateu sobre a “Previsibilidade econômica em contratos de plano de saúde”, tendo como temas: Boa-Fé dos contratos; Formação de preços e reajustes; Serviços, coberturas e regras de acesso (rol de coberturas obrigatórias); Riscos jurídicos e regulatórios; e Atratividade de investimentos e Previsibilidade dos contratos.

O evento teve como mediador o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem, que reforçou a atual conjuntura com que ainda atravessa a humanidade e atinge não só questões de saúde pública, mas também econômicas e sociais. “Destaco a importância do tema da nossa jornada jurídica, não só na questão econômica, como também nessa situação totalmente inesperada que vivemos em relação à pandemia de SARS-COV2, que impactou profundamente a humanidade, repassou todas as fronteiras, colocou em risco a vida humana. Evidentemente tudo isso tem um impacto nas nossas vidas em várias dimensões, até mesmo na dimensão econômica”, argumentou.

A Jornada Jurídica contou com a palestra do ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça; do ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega, tendo como debatedores os Excelentíssimos Senhores Daniel Tostes, procurador da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e José Cechin, superintendente executivo do Instituto de Excelência em Educação e Saúde (IESS).



I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE POLÍTICA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PENAL

Os debates acerca da ressocialização dos egressos do sistema prisional na sociedade brasileira, promovendo dignidade e favorecendo a inserção no processo de qualificação, mercado de trabalho, entre outros, foram os temas debatidos no I Seminário Estadual sobre Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Penal. O Evento, realizado por meio de plataformas virtuais, foi promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) em parceria com a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça.

De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), egresso é o indivíduo que saiu da prisão no máximo há um ano ou aquele que foi liberado condicionalmente. Nos dois casos, a Legislação estabelece que a assistência jurídica à saúde, educacional e social deve ser estendida a essa população. Com essa premissa, o Seminário buscou dialogar a respeito da temática no Tocantins, como também discutir sobre o modelo de política de atenção às pessoas egressas; fomento à adoção de mecanismos estaduais e municipais de empregabilidade e alocação de mão de obra de pessoas pré-egressas e egressas; participação da sociedade civil na execução da pena; o papel da rede de atenção às pessoas egressas do sistema penal no processo de restabelecimento dos vínculos sociais; o escritório social como equipamento público de concretização de direitos.

Em sua fala, o juiz Allan Martins Ferreira, titular da Vara Criminal e Execução Penal na comarca de Palmas e membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), reforçou as iniciativas de inserção dos egressos do sistema penal na sociedade brasileira, mais especificamente no Tocantins, que conta com infraestrutura e equipe multidisciplinar para atuar no processo de reinserção à sociedade. “Eu costumo dizer que a execução penal no Brasil há pelo menos 10 anos tem passado por uma transformação estrutural que se compara a uma verdadeira revolução silenciosa, e a cada dia ela vai se consolidando de modo uniforme”, argumentou.

O I Seminário Estadual sobre Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Penal foi direcionado a magistrados e servidores do Sistema de Justiça, do Sistema Penal, e à Rede de Apoio às Pessoas Egressas do Sistema Penal e demais profissionais interessados no tema e sociedade civil.





WORKSHOP GESTÃO FINANCEIRA DA FAMÍLIA

No terceiro dia de atividades da “Semana dos Pais: porque eles também precisam de cuidado e acolhimento”, foi realizado o Workshop Gestão Financeira da Família – Turmas I e II.

O evento foi realizado com o objetivo incentivar as ações dos gestores da família em prol da educação financeira, orçamento familiar e investimentos, com o intuito de adaptar as demandas existentes às receitas mensais, com vista à ameaça de crise econômica atual no País.

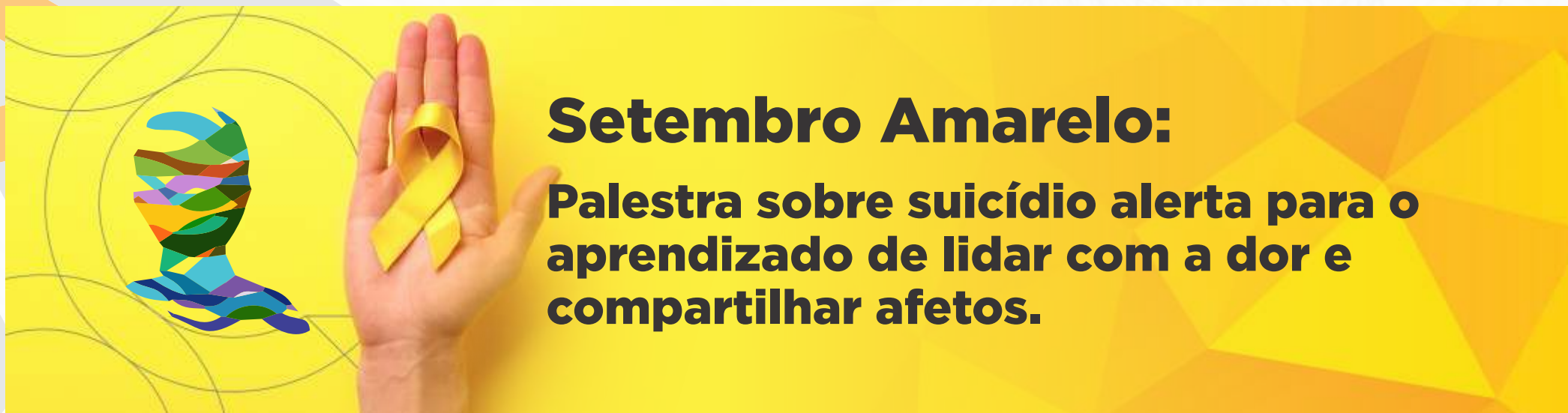
Com a participação de servidores e servidoras, magistrados e magistradas e estagiários e estagiárias do Poder Judiciário Tocantinense, o Evento foi ministrado pelo palestrante Rogério Lopes da Conceição, servidor do Tribunal de Justiça do Tocantins, lotado no departamento financeiro da Esmat.



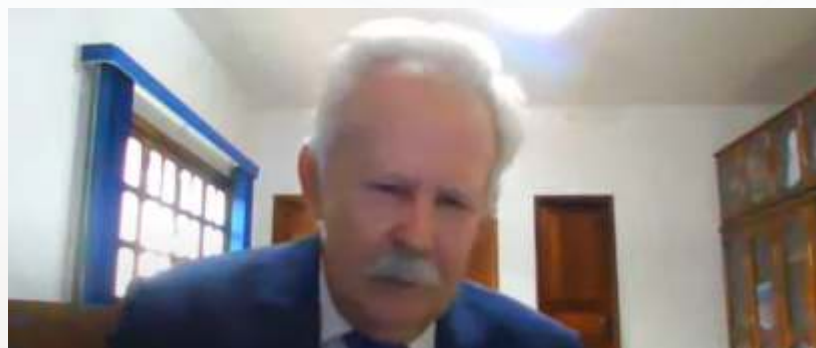
Com o objetivo de promover o conhecimento das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e o manuseio destas no Processo Eletrônico, conscientizando os usuários do Eproc sobre a importância da utilização e lançamentos das referidas tabelas, bem como capacitá-los quanto aos "movimentos", a serem registrados nos andamentos processuais, demonstrando seus reflexos diretos nos sistemas estatísticos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense promoveu, o *Workshop* Autuação Correta de Processos em Observância às Tabelas Processuais Unificadas (TPU/CNJ).

Foram oferecidas 180 vagas, sendo 90 por turma. Realizado à distância, via Plataforma *Google Meet*, nos seguintes dias: Turma I – dia 29 de setembro de 2021; Turma II – dia 30 de setembro de 2021, o evento contou com uma carga horária de 4 horas.

O *Workshop* teve como público-alvo magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense, e foi ministrado pelas professoras Kellen Cleya dos Santos Madalena Stakoviak e Maria das Graças Dias Pinheiro de Castro.



Setembro Amarelo: Palestra sobre suicídio alerta para o aprendizado de lidar com a dor e compartilhar afetos.



Em alusão ao Setembro Amarelo, mês da campanha nacional de prevenção ao suicídio, o Poder Judiciário Tocantinense, por meio do Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPsi) e em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) promoveu a palestra “O suicídio e suas implicações”, com o psicólogo Ronauth Martins de Souza. O Evento, realizado no Tribunal Pleno, em Palmas, teve transmissão pelo canal do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) no YouTube. A palestra abriu a 1ª Semana do Setembro Amarelo no Judiciário.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães, abriu oficialmente o Evento, destacando ser o suicídio “um tema intrigante, pois sabemos o quanto é difícil compreender o que leva uma pessoa a tirar a própria vida de maneira intencional”, disse o magistrado, após dar as boas-vindas ao público e desejar sucesso à palestra, direcionada a magistrados, servidores do Tribunal e demais interessados.

Ostra feliz não faz pérola

O psicólogo Ronauth de Souza iniciou citando o livro do escritor e psicanalista mineiro Rubem Alves “Ostra feliz não faz pérola”, numa analogia ao entendimento e compreensão da dor humana. A palestra foi marcada por provocações e reflexões: por que vivemos? O que é interessante para nossa subjetividade? O que são os desejos? Para o especialista, desejos são a fabricação da mente para lidar com o vazio, o modo como lidamos com as frustrações e nossas subjetividades.



Ele citou exemplos de sintomas comportamentais de uma potencial personalidade suicida, ressaltando o sentimento da angústia como uma das principais causas. “O indivíduo inviabiliza sua existência por conta da angústia. Ele não consegue mais ser subjetivo, ele é uma vítima da dor de existir. O suicida não quer morrer, só quer que a dor pare”, enfatizou, destacando também fatores sociais, econômicos e psíquicos para que uma pessoa possa abreviar a própria vida.

Implicações

Para o psicólogo, uma das maiores implicações do suicídio é o sentimento de culpa daqueles que ficaram. “Não se sintam culpados. Não há vida sem dor, o sofrimento é uma escolha. O suicida é alguém que precisa ser devolvido à sua subjetividade e singularidade”, destacou. Ele alertou para atentarmos ao comportamento do outro, como isolamento social, oscilação de humor, distúrbios alimentares, entre outros. “Vínculos afetivos são o primeiro sentimento que o suicida desconstrói”. Mas ponderou positivamente dizendo que há solução para o problema. “Não há dor que não possa ser suportada, principalmente se você a compartilha. A gente previne o suicídio, amando”, concluiu.

“O Evento nos desperta para perceber o outro dentro de um olhar acolhedor, sem julgamentos”, disse Milena Santana de Araujo Lima, chefe da Divisão de Inteligência do Tribunal. “Eu achei muito interessante, principalmente na atual situação que a gente vive hoje. Ficar isolado, escondido, é um excesso de gatilhos. Então essa palestra foi enriquecedora. Para mim, foi de grande valia”, disse Tatiara Rodrigues Lopes, da Controladoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Números suicídios

Segundo dados do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2021, publicado em julho deste ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 o País registrou **12.895** mortes por suicídio, variação de 0,4% quando comparado a 2019, quando foram registrados **12.745** casos.

Já em junho deste ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou que, em 2019, mais de 700 mil pessoas morreram por suicídio no mundo, o que representa uma pessoa a cada 100 mortes. A meta da organização é reduzir a taxa de suicídio em um terço até 2030.





IEES e Copedem realizaram mais uma edição da Jornada Jurídica da Saúde Suplementar

Em seguimento à Programação da Jornada Jurídica de diálogos promovidos pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IEES), em parceria com o Colégio Permanente dos Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e o órgão Consultor Jurídico (CONJUR), ocorreu, em 23 de setembro, mais uma edição do Webinar de Jornada Jurídica da Saúde Suplementar.

O Evento contou com a palestra do ministro Marco Buzzi (STJ), tendo como debatedores a senhora Nathalia Pompeu, da Abramge, e o senhor Arnaldo Hossepian, do MPSP, sob a mediação da desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e diretora adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Na solenidade de abertura, o desembargador Marco Villas Boas – presidente do Copedem e diretor geral da Esmat – reforçou a necessidade de se debater a saúde suplementar no contexto atual. “Esperamos que os estudos e a pesquisa apresentados sejam notadamente úteis nesse período em que os usuários necessitam de amparo no sistema de saúde. Entretanto, sabemos que a judicialização da saúde suplementar tem sido

constante e demanda aperfeiçoamento nos estudos técnicos e compreensão do sistema para que o Direito não onere excessivamente nem prejudique o direito dos demais beneficiários, tampouco ponha em risco o equilíbrio e a subsistência do Plano. O Copedem e o IEES têm trabalhado intensamente ao longo dos anos para produzir cursos e congressos jurídicos de alta qualidade nesta área. Esperamos que os estudos técnicos de altíssima qualidade neste Congresso contribuam continuamente para o aperfeiçoamento do sistema”, reforçou.

Já a desembargadora Etelvina Sampaio Felipe afirmou que a mediação do Evento permite expor a bem-sucedida experiência vivenciada no âmbito do estado do Tocantins, com a criação do CEMAS/TO – coordenado no estado do Tocantins pela competente juíza de direito Milene de Carvalho Henrique – e do NATJus/TO, instrumentos essenciais no tratamento das demandas individuais e coletivas que versam sobre o acesso ao direito à saúde. “O primeiro tem por objetivo propor medidas concretas e normativas voltadas à prevenção de conflitos judiciais e à definição de estratégias buscando a resolutividade nas questões coletivas relativas ao direito à saúde, enquanto o NatJus do Tocantins possui caráter de resolutividade, racionalidade, capacitação e efeito pedagógico para os membros que o consultam, sendo, portanto, uma ferramenta valiosa para a desjudicialização da Saúde Pública no estado do Tocantins. Precisamos, pois, incentivar todos aqueles que militam no sistema de justiça e os magistrados a consultarem as notas técnicas e os pareceres técnicos científicos antes de ajuizar uma demanda e proferir decisões”, afirmou.

O tema do novo encontro será Instrumentos de apoio à decisão judicial em temas da saúde. O Evento é uma oportunidade para tratar de assuntos, como: De que forma os magistrados podem se valer dos sistemas existentes, mesmo em situações de urgência e emergência, como subsídios para a tomada de decisão? Quais requisitos esses sistemas precisam atender para seu efetivo apoio às decisões? Quais meios podem colaborar para a promoção da mediação e redução dos conflitos? Como criar um ambiente mais amigável e menos conflituoso, evitando o excesso de controvérsias nos tribunais, que demanda tempo e onera o sistema de saúde?

V SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS

6º ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Contando com alta participação e questionamentos acerca da promoção de cultura de paz, o V Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e 6º Encontro dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSCs), promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), discutiu, no dia 08 de outubro de 2021, mecanismos consensuais para solução de conflitos.

Na abertura do Evento, o desembargador João Guimarães Rigo, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, reforçou a importância da multiplicidade de debates que integram a solução de conflitos. “Este Seminário irá debater temas ligados à gestão e ao tratamento de conflitos e mediação, à luz dos paradigmas jurídicos implementados no Brasil”, afirmou. Já a magistrada Odete Batista, presidente da Asmeto e membro do Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat, reforçou a importância da participação da sociedade nos debates e solução de conflitos. “A conciliação já reconhece que não só operadores do Direito e o Conselho Nacional de Justiça têm preocupação com o tema, mas também precisam caminhar para efetividade na resolução de conflitos”, afirmou.

A Programação teve como objetivo capacitar os(as) participantes para trocarem experiências que possam contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, voltados à solução de conflitos, e fomentar a autocomposição e o uso de seus métodos. Na pauta de discussões dos eventos simultâneos, foram abordados temas, como: Constelação Familiar; Mediação de Conflitos em Grandes Empreendimentos; Participação de Atores Sociais e Entidades Representativas com Lugar de Fala e Atuação, entre outros assuntos.

REALIZAÇÃO:

PODER JUDICIÁRIO
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE
NUPEMEC
CEJUSC

TRANSMISSÃO ONLINE
<http://esmat.tjto.jus.br>



ECONOMIA DIGITAL

desafios e segurança em criptoativos

Em seguimento às programações de debates virtuais acerca de temas relevantes da atualidade, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) e com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), sob a Coordenação da Memory – Memória Jurídica –, realizaram o Webinar Economia Digital – Desafios e Segurança em Criptoativos.

Em sua fala na abertura da solenidade, o desembargador Marco Villas Boas (TJTO), presidente do Copedem e diretor geral da Esmat, lembrou que a escolha do tema é interessante devido às incertezas acerca da emissão e circulação de criptomonedas inerentes à soberania do Estado. "Observamos ser necessária a regulação de fluxos internacionais e capitais, uma vez que existem benefícios, mas muitas preocupações principalmente a essa nova expressão monetária daquilo que pode ser usado para remuneração e para compra e venda do mercado. O tema nos deixa preocupados e nos desafia a refletir. Desde o advento da internet, a intensificação do mercado, sem limites e fronteiras, fizeram os estados se adaptarem a novas formas de capitalismo", afirmou.

Há milhares de criptoativos em circulação, e sua qualificação jurídica ainda é um desafio em todos os países, de modo que não se sabe, a priori, quem é a entidade responsável por disciplinar os prestadores de serviços; exigir a prestação de informações; e obedecer aos comandos do Estado. O quadro se torna ainda mais complexo com a proliferação de fraudes financeiras, o surgimento de

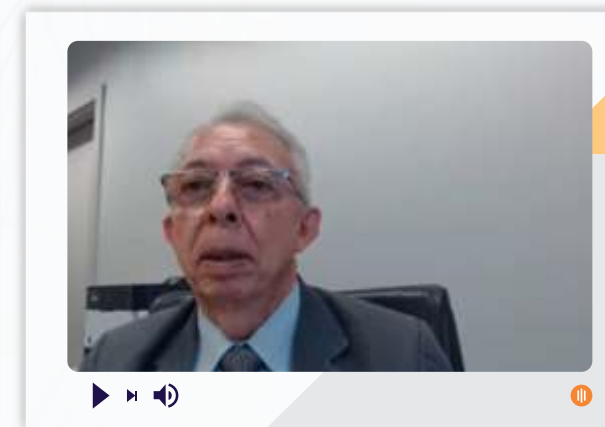
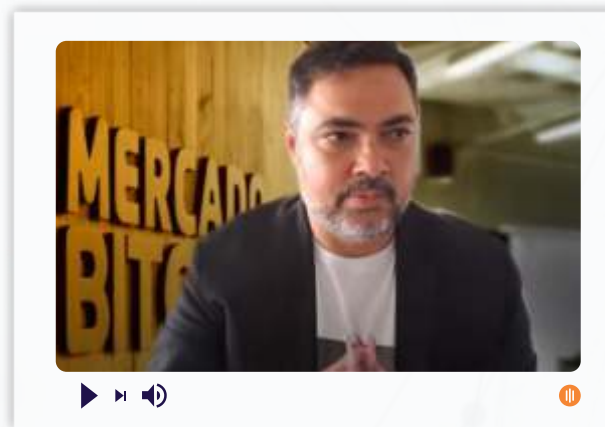


Desembargador Marco Villas Boas
Presidente do Copedem e diretor geral da Esmat

novas formas de lavagem de capitais e a dificuldade em fiscalizar e executar o patrimônio de indivíduos em empresas. Apesar dos riscos, os criptoativos podem desempenhar múltiplas funções importantes e úteis para o sistema econômico, como pagamentos (nacionais e internacionais), reserva de valor, aquisição de bens e serviços, contratos de investimento coletivo e títulos de dívida.

Nesse cenário, durante o evento foram debatidos temas que apresentaram o contexto histórico da economia mundial partindo deste escambo, a utilização de metais nobres como pagamento, o surgimento de papel moeda e finalmente a utilização da criptomoeda, que não obedece ao controle tarifário por órgão ou país em específico. Diversas opiniões foram apresentadas, não só os benefícios, mas também os desafios e possíveis ameaças acerca da utilização desse novo formato de pagamentos e recebimentos. Também foram abordados conceitos essenciais para a compreensão do tema, como os criptoativos podem ser utilizados em conformidade com a lei, quais são os obstáculos para que a criptoeconomia se desenvolva no Brasil e como os riscos e efeitos colaterais podem ser atenuados.

O Evento contou com a presença do ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, do Superior Tribunal de Justiça; do senhor Reinaldo Rabelo, CEO do Mercado Bitconi; do senhor Isac Costa, professor e consultor em Regulação e Inovação Financeira; da senhora Vanessa Butalla, diretora executiva da Jurídico, Compliance e Regulação do Grupo 2TM. As atividades foram moderadas pelo desembargador Ruy Florence, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. De encerramento, o Webinar contou com a presença do desembargador Caetano Levi (TJMG), diretor presidente da Escola Nacional da Magistratura.





Tribunal realiza pesquisa para identificar perfil das mulheres trabalhadoras no Tocantins

Com o objetivo de analisar as relações de gênero no processo de trabalho do Poder Judiciário Tocantinense, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça e da Comissão de Equidade de Gênero do TJTO, realizou a pesquisa Relações de Gênero no Poder Judiciário: o perfil das mulheres trabalhadoras no Tocantins.

O evento serviu para informar sobre a realização da pesquisa, que tem como objetivo mapear o perfil sociodemográfico das trabalhadoras do Judiciário Tocantinense, compreendendo as demandas e as dificuldades experienciadas pelas trabalhadoras no processo do trabalho profissional, analisando as concepções referentes à equidade de gênero no campo da atuação profissional.

A pesquisa, realizada de maneira digital e anônima, coletou dados de magistradas, servidoras efetivas e comissionadas e das estagiárias do Judiciário Tocantinense. Realizada por uma equipe técnica especializada, contratada para difundir, compilar, tabular e divulgar os resultados, a pesquisa visa também analisar o funcionamento dos processos de equidade de gênero no Poder Judiciário. Posteriormente, políticas e ações deverão ser implementadas, a fim de promover mais equidade de gênero no Judiciário.



Palestra
“SUPERÇÃO: O QUE TE IMPEDE DE SER FELIZ?”



**Semana
do Servidor**

O escritor e palestrante André Ortiz ministrou, no dia 28 de outubro de 2021, na sede do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), a palestra “Superção: o que te impede de ser feliz?”, como parte das comemorações pelo Dia do Servidor Público. Antes, o público presente, formado por servidores do Judiciário, recebeu os cumprimentos do diretor-geral do Tribunal de Justiça, Jonas Demóstene Ramos, pelo trabalho desempenhado por cada servidor e servidora em nome do serviço público no Judiciário tocantinense.

O palestrante usou todo o tempo para instigar os presentes a se perguntarem sobre qual o real sentido da vida, de ser feliz, das importâncias dadas às coisas e pessoas, de forma interativa e descontraída. Aproveitou a ocasião para falar de sua própria história de vida, a trajetória de um vendedor de jornal que chegou a ser PhD em Business Administration in Neuromarketing, pela Florida Christian University/USA. Ele comentou sobre atitudes que podem impedir a felicidade de uma pessoa e disse que “a felicidade é a viagem e não a chegada. Quando surge um problema, você tem duas opções: ou aprende alguma coisa ou procura um culpado e se faz de vítima”, alertou. Citou autores e autoras que abordam o tema da felicidade e adiantou que sua palestra não era motivacional, mas “provocacional”.

Segundo Ortiz, o Brasil é o país mais ansioso dentre outros 200 no mundo. “Mais de 45 milhões de ansiolíticos são receitados por mês no país. O Brasil é o terceiro mais deprimido no planeta”. Ele instigou os presentes à alegria, à pro-atividade e à coragem. O recado maior foi o de que cada um é dono de suas escolhas e sempre haverá razões para se chegar aonde se quer, independentemente do percurso e da trajetória. Também aproveitou a ocasião para falar um pouco de suas obras. Além de ser apresentada de forma presencial, a palestra contou com transmissão ao vivo pela plataforma virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) pelo YouTube.





XIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS

A UNIÃO DOS POVOS PELOS DIREITOS INALIENÁVEIS DO SER HUMANO
Em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (in memoriam)

O Congresso Internacional em Direitos Humanos é realizado anualmente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura (ESMAT), como atividade do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH – UFT) e da Universidade Federal do Tocantins (UFT), neste ano de 2021, contou também com a parceria da UniCEUB, Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e da PUC-RIO.

Estiveram presentes na abertura do evento o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem; o professor doutor Luís Eduardo Bovolato, reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT); a professora doutora Liziane Paixão Silva Oliveira (UniCEUB); a professora doutora Gisele Guimarães Cittadino (PUC-Rio); o professor doutor Francisco de Guimaraens (PUC-Rio); e o professor doutor Gustavo Paschoal, coordenador do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (PPGPJDH).

Com o tema “*Meios de Defesa para o preso no sistema atual de Direitos Humanos*” foi proferida a primeira palestra internacional do Congresso, pela professora doutora Digna Milagros Atencio Bonilla, do Panamá.





A conjuntura social sobre as repressões às liberdades de expressão no Brasil, como também na Espanha, foi um dos temas debatidos no segundo dia, 18 de outubro de 2021, do evento. A primeira palestra, proferida pela professora doutora Larissa Polejack Brambatti (UNB – Brasil), tratou do tema “*A Promoção de Saúde Mental em Contexto de Pandemia: O que podemos fazer?*”.

Já a segunda palestra, proferida pelo professor doutor Eduardo Andrés Velandia Canosa (UNILIBRE – Colômbia), tratou do tema “*O Direito Processual Constitucional como Garantia dos Direitos Inalienáveis do Ser Humano*”, destacando os laços que unem o processo à constituição. A última palestra, proferida pelos professores doutores Jacobo Dopico Gómez-Aller (UC3M – Espanha) e Fábio Carvalho Leite (PUC – Rio – Brasil), teve como tema “*Os Desafios de Liberdade de Expressão no Brasil e na Espanha*” em que foram abordados os vários aspectos da liberdade de expressão e quando essa liberdade se torna crime. A Programação do segundo dia contou com os mediadores, os professores doutores Carlos Mendes Rosa, Tarsis Barreto Oliveira e Oneide Perius.

A luta pela dignidade humana em quaisquer circunstâncias, mesmo aos privados de liberdade, o esforço pela permanência democracia e na atual conjuntura do País, a insegurança alimentar e a incômoda miséria absoluta de milhões de brasileiros, mas também o ativismo do Poder Judiciário nos momentos atuais onde a fome causa além de incômodo, mas também desespero foram os temas debatidos no terceiro dia, 19 de outubro de 2021. Com o tema “*Democracia, Política Criminal e Direitos Humanos*” a primeira mesa temática do dia contou com a presença do professor doutor Gabriel Ignacio Anitua (iñaki Anitua) (UBA-Argentina) e do professor doutor Bruno Amaral Machado (UNICEUB – Brasil), sob a mediação do professor doutor Aloísio Bolwerk (PPGPJDH). Já o segundo tema, “*Ativismo Judicial e Concretização dos Direitos Humanos*” foi mediado pelo professor doutor Tarsis Barreto Oliveira (PPGPJDH) e contou como palestrantes o professor doutor Ricardo Maurício Freire Soares (FBA – Brasil) e professora doutora Cleide Calgaro (UCS – Brasil).

A questão ambiental e o surgimento de uma sociedade vulnerável às alterações climáticas, como também a litigância do Judiciário no Brasil e no mundo buscando a resolução de conflitos ambientais foram os temas dos debates do quarto dia, 20 de outubro de 2021, da Programação. A primeira mesa temática da manhã, com o

tema “*Litigância Climática no Brasil e no Mundo*”, proferida pelas docentes a professora doutora Jolene Lin (NUS – Singapura) e a professora doutora Danielle de Andrade Moreira (PUC-Rio – Brasil), contou com a professora doutora Angela Issa Haonat (PPGPJDH) como mediadora.

O tema “*Análise e Perspectivas dos Direitos Humanos Fundamentais Inalienáveis da Pessoa*” foi proferido pelo professor doutor Jorge Isaac Torres Manrique (UNFV – Peru), sob a mediação do professor doutor Tarsis Barreto Oliveira (PPGPJDH). O segundo tema da manhã, “*Da Necessidade de uma Educação em Direitos Humanos*”, foi proferido pela professora doutora Isabela Moreira do N. Domingos (USP/PUCPR – Brasil) e contou com a professora doutora Patrícia Medina (PPGPJDH) como mediadora.

As perspectivas de desenvolvimento de comunidades, municípios, estados e países no cenário atual, pós-pandemia, como também as inovações tecnológicas no Poder Judiciário e a aplicação de Process Mining foram os temas abordados no quinto dia, 21 de outubro de 2021, do evento. A primeira Mesa temática do dia tratou da “*Aplicação de Process Mining no Judiciário*” e teve como palestrante o professor doutor Alex Meinheim (PUCPRL – Brasil). A mediação da palestra foi realizada pelo professor doutor Marcelo Lisboa Rocha (PPGMCS). Na segunda metade do Evento, a mesa temática o “*Desenvolvimento Regional e Pós-Pandemia: possibilidades e desafios*” foi composta pela professora doutora Maria do Mar Pérez Fra (USC – ESPANHA); juntamente com o professor doutor Airtón Cardoso Cançado (UFT – Brasil); e o professor doutor Waldecy Rodrigues (UFT – Brasil), sob a mediação do professor doutor Tarsis Barreto (PPGPJDH).

Os debates acerca dos direitos e da territorialidade dos povos originários e a implementação da interdisciplinaridade em prol do desenvolvimento social foram os temas abordados no penúltimo de transmissão do Congresso. A Programação contou com a



presença do desembargador Marco Vilas Boas, diretor-geral da Esmat, o qual mediou duas Mesas temáticas. Em sua fala, o desembargador reforçou a importância da realização do XIII Congresso em tempos de celeridade tecnológica. “É um grande privilégio coordenar os trabalhos desta Mesa, um tema que é tão caro, neste momento, porque a humanidade precisa de referências perdidas com toda essa teia de fluxos tecnológicos, de muita rapidez, de uma voracidade enorme que coloca o ser humano numa série de dificuldades que afetam a todos nós”, afirmou.

A primeira palestra com o tema “*Povos Indígenas: Direitos, Cultura e Jurisdição*” foi ministrado pela professora doutora Gisele Cittadino (PUC-Rio – Brasil). Já o tema “*O Caso do Povo Xucuru na Corte Interamericana de Justiça*” teve como palestrante a professora doutora Liziane Paixão Silva Oliveira (UniCEUB – Brasil).

Na sequência o tema “Tecnologia e Direitos Humanos: Interdisciplinaridade em prol do Desenvolvimento Social” teve como palestrantes o professor doutor Gustavo Paschoal T. de C. Oliveira (ESMA/UFT – Brasil); o professor doutor Marcelo Lisboa Rocha (UFT – Brasil); e o professor doutor Waldecy Rodrigues (UFT – Brasil). A mesa foi mediada pela professora doutora Patrícia Medina (UFT/ESMAT – Brasil).

O dia 25 de outubro foi exclusivamente para apresentação dos produtos/projetos elaborados pelos alunos dos cinco programas stricto sensu em realização na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Com investimentos em formação e pesquisa científica o Poder Judiciário Tocantinense busca qualificar ainda mais os servidores e magistrados para uma efetiva prestação jurisdicional.



Nesta Edição, o homenageado, in memoriam, foi o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, militar e sertanista brasileiro, idealizador do Parque Nacional do Xingu e diretor do Serviço de Proteção ao Índio.

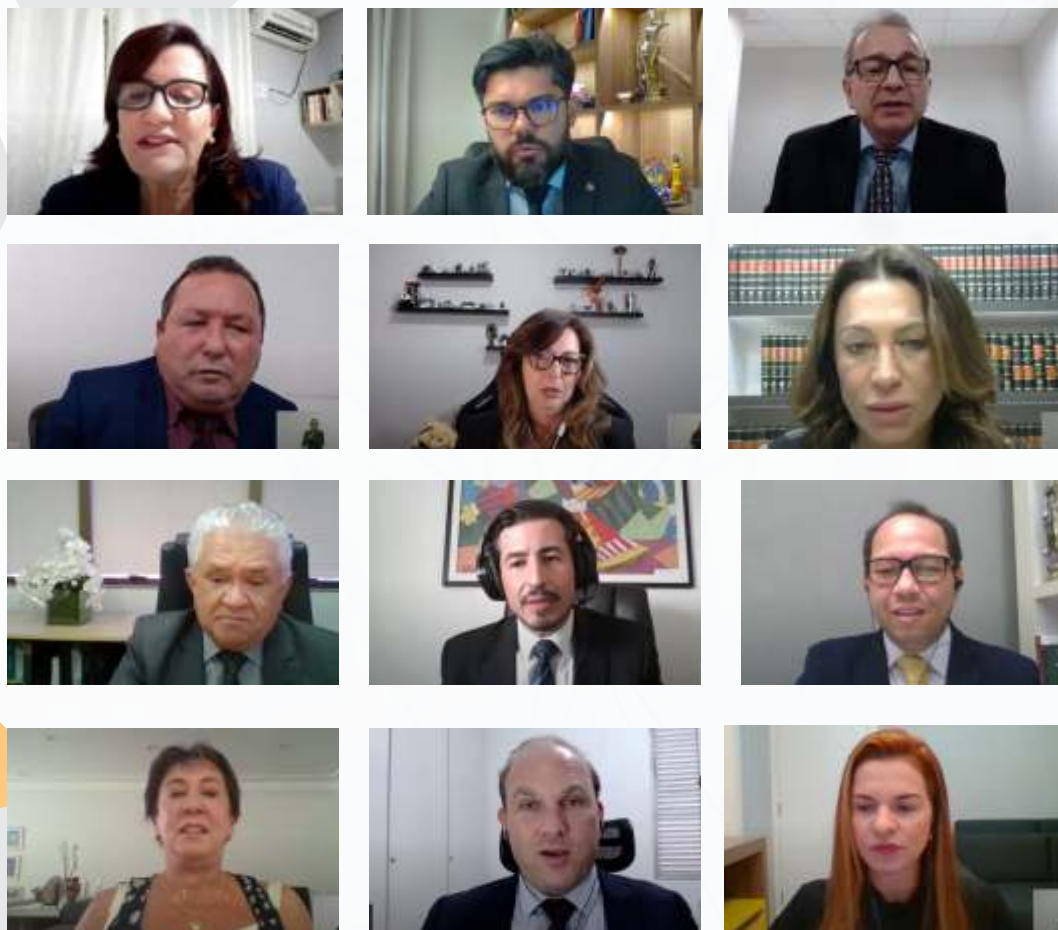
Com a participação de cerca de mil pessoas de todo o país e de países estrangeiros, a XIII edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos reuniu autoridades acadêmicas de diversas partes do mundo, os quais apresentaram temas que trataram da garantia da dignidade da pessoa humana para melhores condições de vida, todos alinhados em um mesmo ideal: reinventar a nossa presença no planeta, pós-pandemia. Discutindo temas difíceis e atuais, como a insegurança alimentar, a vulnerabilidade ambiental, o ativismo judicial, a liberdade de expressão e a necessária atuação do Poder Judiciário na preservação e promoção da vida, nesta edição, mais uma vez ficou demonstrado à responsabilidade, individual e coletiva, por atitudes que venham garantir uma existência digna a cada ser humano.

Todas as palestras do XIII Congresso Internacional em Direitos Humanos foram transmitidas online pelo canal de youtube da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). Para assistir as palestras, na íntegra, acesse o *QR Code*.





III SEMINÁRIO DA CIDADANIA DO TOCANTINS



EVENTO OLNINE TRANSMITIDO
VIA PLATAFORMA WEB

A terceira edição do Seminário da Cidadania do Tocantins, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Coordenadoria da Cidadania e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), debateu diversos temas atuais como proteção à mulher vítima de violência, Justiça Restaurativa, avanços tecnológicos e adequações da Educação em tempos de pandemia, gestão de conflitos e cidadania eleitoral, entre outros.

Na abertura, o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães lembrou a importância da realização do Seminário reforçando que na modalidade virtual o público pode ser diversificado. “É muito importante a realização destes debates porque eles tem um alcance muito grande, um pouco mais extensiva do que no ambiente presencial.

Para a Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Tocantins, a proposta do III Seminário é de abrir espaço para o diálogo sobre os processos formativos, de construção e de desenvolvimento da cidadania e da sociabilidade humana, centrada nos Direitos Humanos Fundamentais, a partir de relações educativas e de uma ação profissional consciente. “Neste sentido, trago à reflexão o importante papel da educação como um caminho adequado para construção de alternativas e possibilidades de uma sociedade mais justa e humana, nas palavras do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire: “*Educação não transforma o mundo*”. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, ressaltou.

Para a Coordenadora da Coordenadoria da Cidadania, Juíza Aline Iglesias, eventos como o III Seminário da Cidadania Juíza Aline Bailão reforçam o diálogo entre todas as instituições que promovem a garantia dos Direitos Humanos. “Ambas as instituições interligadas, trabalham conjuntamente e paralelamente com vários projetos de cidadania e sociais, e nós precisamos desses seminários, desses eventos para disseminar a importância de se trabalhar a cidadania dentro, também, do Poder Judiciário”, destacou.



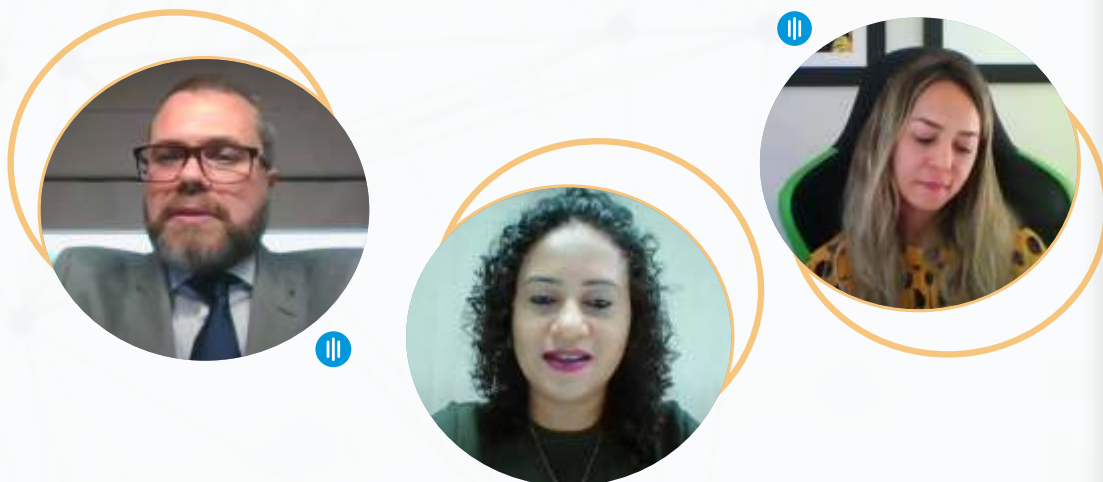
workshop

de movimentações processuais
e rotinas dos CEJUSCS

Direcionado a conciliadores(as) e mediadores(as) credenciados(as) no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e servidores lotados nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a estagiários(as) atuantes nos Cejuscs de 1º e 2º Grau, o Workshop de Movimentações Processuais e Rotinas dos Cejuscs foi realizado, no dia 05 de novembro de 2021, e contou com a presença de dezenas de participantes de todas as regiões do Estado.

Alinhado na proposta de promover o conhecimento dos movimentos processuais nos Cejuscs, a serem considerados na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), e quais os reflexos dessas movimentações para o cumprimento da Meta Nacional 3, de 2021, para o Poder Judiciário Tocantinense, o evento foi transmitido pela Esmat por meio das plataformas virtuais. A abertura contou com a presença do juiz Márcio Soares da Cunha, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Por meio de uma apresentação didática e pontuada por explicações práticas, a palestrante Kellen Cleya dos S. Madalena Stakoviak, mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins, e assessora jurídica de 1ª Instância no Núcleo de Parametrização na Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins exemplificou casos de atuação dos profissionais nos Cejuscs, como também respondeu a dezenas de questionamentos apontados pelos(as) alunos(as) participantes.



Em seguimento às programações de debates virtuais acerca de temas relevantes da atualidade, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) em parceria com a Escola Nacional da Magistratura (ENM) e com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), sob a Coordenação da Memory – Memória Jurídica –, realizaram, no dia 19 de novembro de 2021, o Webinar Plataformas digitais e o futuro do trabalho: desafios, impactos e regulação.

O Webinar contou com a presença do ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho; do advogado e professor do Direito do Trabalho na Universidade Mackenzie, Juliano Barra; do diretor sênior jurídico e de políticas públicas do Ifood, Lucas Pittioni; da advogada e professora, Tatiana Ferraz Andrade; e do advogado e professor na Escola de Direito da FGV/SP, Sólon Cunha.

Moderado pelo Juiz do Trabalho e coordenador da ENM, Paulo Roberto Dornelles Júnior, o Evento contou também com as presenças dos desembargadores Marco Villas Boas (TJTO), presidente do Copedem e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense; e do diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura, Caetano Levi (TJMG), e teve como coordenadora a professora Lourdes Gonçalves, da Memory – Centro de Memória Jurídica.



Webinário

**DE ALTERNATIVAS PENAIS:
UMA ABORDAGEM POLÍTICO CRIMINAL NO
CONTEXTO DO NÃO ENCARCERAMENTO**

As discussões que consideram a situação atual do sistema prisional brasileiro e o cenário estadual, bem como a política penal alternativa com vista ao enfrentamento do encarceramento em massa foram os temas debatidos durante o Webinário de Alternativas Penais: uma abordagem político-criminal no contexto do não encarceramento. O evento foi promovido pelo Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, em parceria com a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (SECIJU).

Na abertura, o secretário executivo da Seciju, Geraldo Cabral rememorou sua atuação como profissional no sistema carcerário tocantinense. "Falar deste evento, para mim, é uma satisfação imensa, porque integrei o conselho da comunidade na execução penal em Palmas, desde quando começou. Esse tema, como nasceu, como surgiu, trouxe para a gente, como sociedade, um grande avanço, e a função social desse tema é indiscutível", destacou.

Para o juiz Allan Martins Ferreira, a importância das parcerias entre os poderes para a discussão do sistema carcerário no Estado tem uma grande importância. "Quero ressaltar a importância dessa parceria entre o Poder Executivo Estadual e o Poder Judiciário com as alternativas penais", afirmou.

Em sua fala, o diretor substituto do DEPEN/MJ, Cristiano Tavares Torquato, lembrou a necessidade de discutir a ressocialização e evitar assim o aumento da população carcerária no País. "Não se pode no Brasil naturalizar a prisão, não se pode continuar a tratar o encarceramento da pessoa humana como a única forma de se buscar Justiça. O cárcere deve ser o último recurso em todas as fases do sistema de justiça criminal. Isso porque prender não é sinônimo de segurança pública, muito menos de Justiça, pois, se assim fosse, não seria necessário construir mais presídios e, se assim fosse, teríamos resolvido nosso problema de segurança pública porque somos a terceira maior população prisional do mundo. Se prender fosse a solução, já teríamos resolvido esse problema", ressaltou.



Sob a mediação do juiz Allan Martins Ferreira; da Gerente de Política de Alternativas Penais da Secretaria da Cidadania e Justiça, Bárbara Pinheiro, e da consultora em Audiência de Custódia do Programa Fazendo Justiça, do CNJ/PNUD/UNODC dos estados do Tocantins e Maranhão, Maressa Proença, a programação contou com as palestras "Política Criminal e a Função Social da Pena", proferida pelo magistrado Océlio Nobre da Silva; "Estratégias e Mecanismos Políticos Criminais para o Fortalecimento das Alternativas Penais", pela palestrante Juliana Porto Vieira e "Qualificação da Porta de Entrada na Audiência de Custódia como Estratégia de Promoção da Aplicação de alternativas Penais e Redução da Massa Carcerária", proferida pelo senhor Rafael Barreto Souza.





ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA

Os debates acerca da gestão pública referentes aos gastos do dinheiro público e ao dolo específico de fins ilícitos ou dolo eventual e improbidade administrativa por violação aos princípios da administração pública, como também nepotismo, entre outros, foram os temas abordados durante o Workshop Aspectos Judiciais da Improbidade Administrativa: Uma Visão Preventiva, promovido pelo Poder Judiciário Tocantinense, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em parceria com a Associação Tocantinense de Municípios (ATM). O Evento contou com a presença de gestores municipais dos 139 municípios tocantinenses.

Durante a solenidade de abertura, o desembargador João Rigo Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), lembrou que ações de improbidade administrativa devem ser elaboradas levando em consideração a vida política e social do gestor municipal. “É muito interessante o tema, em seus aspectos judiciais, e deve ser discutido, a fim de fornecer elementos jurídicos de maneira responsável na hora de propor a ação, para que haja o mínimo de conteúdo e possa realmente responsabilizar o gestor caso seja necessário”, lembrou.

Para o magistrado Océlio Nobre, juiz auxiliar da Presidência do TJTO e idealizador do Evento, o Poder Judiciário pode atuar como facilitador e colaborador das gestões municipais, a fim de evitar possíveis ações de responsabilidade administrativa. “Sabemos que boa parte dos nossos gestores não tem formação jurídica, uma vez que a Lei não exige conhecimento jurídico, por isso, ele necessita de assessoramento de uma equipe profissional, e o Poder Judiciário está mais sensível a esta realidade. Sabemos os desafios de uma administração. O Judiciário assume então esse papel de cooperação, visando esclarecer, orientar e estar mais próximo da realidade social dos municípios tocantinenses”, afirmou.

Representando o presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), o senhor Diogo Borges, 2º vice-presidente da entidade; o prefeito de Santa Maria, senhor Itamar Barrachini reforçou a parceria entre Poder Judiciário e a entidade representativa dos municípios do Tocantins. “Precisamos de orientações que vemos no dia a dia na administração pública. Muitas vezes, há falta de conhecimentos, é preciso, pois, encontrar alguém que os detenha para nos orientar. A ATM está pronta para fazer essa ponte junto com o Tribunal de Justiça. Estamos à disposição, sempre buscando o melhor para que cada prefeito faça o melhor para o seu município. Em nome do nosso presidente Diogo Borges, a ATM estará sempre à disposição para qualquer atividade que esteja ligada à melhoria gestão pública”, reforçou.

Palestras

Mediadas pelos magistrados Manuel de Farias Neto, José Ribamar Mendes Júnior, Wellington Magalhães, Aline Marinho Bailão Iglesias e Esmar Custódio Vêncio Filho, durante o Evento foram abordados os temas “Aspectos Materiais da Improbidade Administrativa”, pelo juiz Roniclay Alves de Moraes; “Aspectos Processuais: Sanções, Prescrição e coisa julgada”, pelo juiz Jocy Gomes de Almeida; “Aspectos Judiciais da Improbidade Administrativa: controle judicial do ato de improbidade e Direito Intertemporal”, pela magistrada Hélivia Túlia Sandes Pedreira; “Aspectos Processuais: Procedimento Administrativo e Processo Judicial”, pelo juiz Jefferson David Asevedo Ramos e “Precatórios”, pela juíza Rosa Maria Gazire.

O Workshop teve por objetivo promover uma reflexão sobre a importância de espaços de discussão, a conscientizar os agentes públicos acerca da atuação do Judiciário, relativamente aos processos de improbidade administrativa, em conformidade com as alterações legislativas e jurisprudenciais recentes, para que possam conduzir com mais conhecimento suas atividades administrativas, adotando postura ética e comprometida com a inibição de ações ímprobadas.





Workshop A utilização da ferramenta de atualização de cálculos no sistema Planjud Web

Idealizado pela Contadoria Judicial Unificada (COJUN) e Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, realizado por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, o Workshop “A utilização da ferramenta de atualização de cálculos no sistema *Planjud Web*” teve como finalidade orientar os servidores e as servidoras quanto à utilização do sistema com foco na disseminação do conhecimento necessário entre a equipe, de maneira a favorecer agilidade nas novas atualizações (ante as suas funcionalidades), otimizando o tempo do(a) servidor(a) e favorecendo a entrega do serviço ao jurisdicionado em menor prazo.

O evento foi ministrado pela facilitadora Débora de Brito Ribeiro, especialista em Administração Pública com ênfase em Administração. As atividades foram realizadas via plataforma *Google Meet* e contou com a participação de trinta servidores do Poder Judiciário Tocantinense.



Colaboradores terceirizados do TJTO recebem capacitação sobre resíduos sólidos em Workshop da Coleta Seletiva Solidária

A gestão adequada de resíduos sólidos faz parte do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário Tocantinense (PLS-PJTO) e para que a coleta seletiva seja feita de maneira satisfatória e responsável, dentro de um processo de sensibilização e educação ambiental, o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), por meio da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social e da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), segue na busca por qualificar e capacitar o seu quadro de funcionários, uma vez que são eles os responsáveis pelo descarte e o manejo dos resíduos gerados diariamente.

O Workshop teve como público alvo: Servidores e Magistrados do Poder Judiciário Tocantinense; e colaboradores terceirizados. Os encontros foram realizados na modalidade presencial e com o distanciamento social devido.

A desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, que preside a Comissão Gestora do PLS-PJTO, destacou que após a realização do curso e por conta das experiências que são compartilhadas durante o evento, os servidores terão a oportunidade de olhar a coleta seletiva com outros olhos, já que essa ação reflete na preservação do planeta.

“Após essa troca de experiências e relatos, tenho certeza que a visão de vocês sobre o projeto da Coleta Seletiva Solidária, e o impacto dele no meio-ambiente, será outra. O poder judiciário tocantinense segue fomentando boas práticas sustentáveis e é preciso que vocês, que já desempenham um ótimo trabalho, estejam alinhados a essas ações. Sustentabilidade implica assumir decisões e enfrentar desafios que dizem respeito ao futuro do nosso Planeta e ao futuro da humanidade, mas para isso, todos nós precisamos fazer nossa parte.”, comentou a desembargadora.

Palestras

O primeiro dia de evento foi marcado pelas palestras ministradas por Adriana Tostes, que é coordenadora de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), e Regiane Peixoto, enfermeira do Centro de Saúde do do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).



Adriana Tostes, durante sua apresentação, falou das experiências sustentáveis adotadas pelo TJDF e como a participação dos servidores que fazem parte da equipe de limpeza em eventos de capacitação faz toda diferença para que as ações voltadas a coleta seletiva sejam de fato implementadas.

“Investir tempo na capacitação dos servidores, principalmente daqueles que fazem o contato direto com os resíduos, gera um retorno significativo para as ações direcionadas para efetivar a coleta seletiva e com isso a preservação do meio ambiente. Pelo que vejo o TJTO tem feito bem esse papel de capacitação e adoção de medidas sustentáveis. É um reflexo que será visto não somente nas dependências dos prédios do judiciário tocantinense, mas os servidores vão levar para dentro de suas casas”, relatou a coordenadora, que ainda aproveitou o encontro para tirar dúvidas com o público presente.

Saúde

Já a enfermeira Regiane Peixoto, durante sua palestra, falou sobre os cuidados que as pessoas ainda precisam ter quanto ao contágio pela Covid-19, sobre relevância da coleta seletiva para a vida das pessoas e o meio ambiente e sobre a importância de fazer o descarte das máscaras na lixeira de não recicláveis e de forma correta, qual seja: cortando as suas alças, para que os animais não fiquem presos nelas.

O tema do workshop é extremamente relevante, pois os resíduos gerados diariamente devem ser descartados de forma correta. Às vezes, sabemos que nem sempre isso é possível, pois existem lugares que ainda não conseguem ter tratamento adequado e não tem uma educação para a coleta seletiva e armazenamento do lixo. Isso irá refletir diretamente no meio ambiente e já estamos sofrendo as consequências”, comentou a enfermeira. Peixoto ainda ressaltou que com a pandemia, muitas famílias estão passando mais tempo em casa, o que ocasiona uma maior quantidade de lixo gerada dentro das residências, o que torna ainda mais importante discutir temas assim com a sociedade.



Segundo dia

A engenheira ambiental Cinthia Barbosa Pires Azevedo, que faz parte da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social do do Tribunal de Justiça falou sobre Conceituação, Caracterização e Classificação de Resíduos Sólidos; minimização: não geração, redução, reutilização e reciclagem; formas de tratamento de resíduos sólidos: tecnologias convencionais e tecnologias limpas, incineração, compostagem, coleta seletiva e reciclagem; e coleta e manejo de resíduos orgânicos – compostagem – como preparar e como armazenar resíduos orgânicos – composteira de contêiner.



“O principal objetivo do workshop é orientar todos os terceirizados que compõem o quadro de funcionários do TJTO por meio da educação ambiental, contribuindo para o bom funcionamento da coleta seletiva e consequentemente cumprindo as ações do PLS.”, pontuou.

O jornalista Wherbert Araújo, que trabalha na Esmat, falou em sequência e explanou sobre Gestão e gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. “O ciclo de palestras destinadas a magistrados, servidores e terceirizados do Tribunal de Justiça acerca da Coleta Seletiva Solidária é antes de tudo um trabalho de educação ambiental, quebra de paradigma e de implementação de atitudes que devem ser implementadas não só no ambiente de trabalho como em casa e nas ações cotidianas. Valorizar o trabalho dos coletores de materiais recicláveis como também entender sobre separação de resíduos e atitudes sustentáveis devem ser as regras de postura e conduta que todos nós devemos vivenciar a partir de agora”, finalizou.



I SEMINÁRIO ambiental

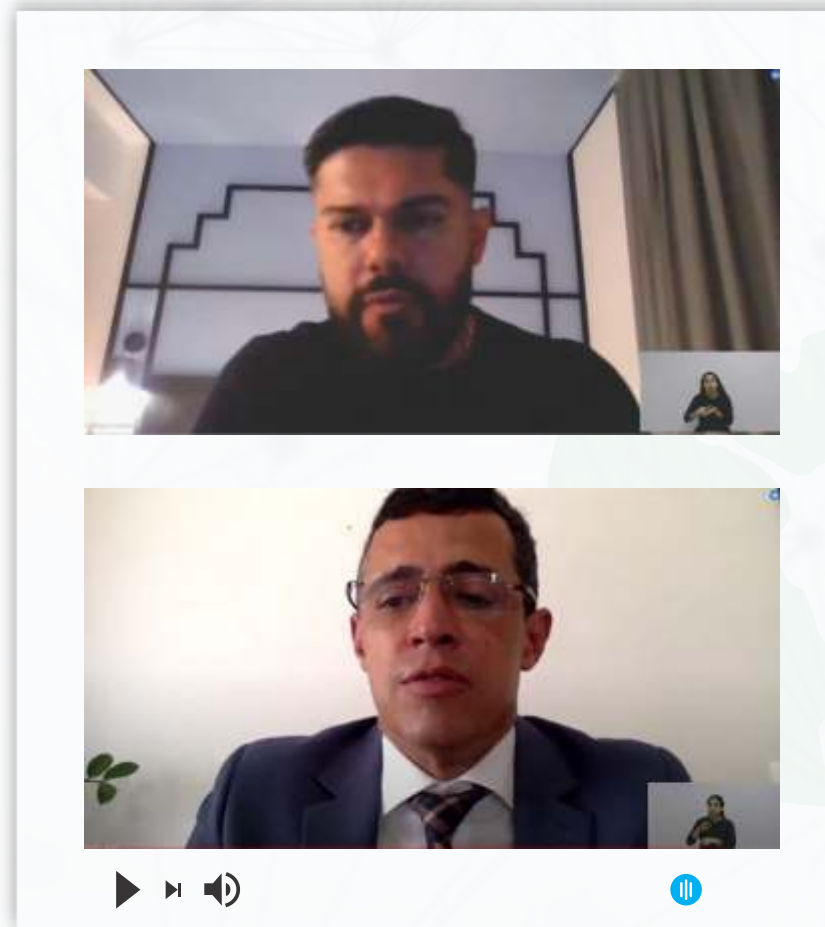
DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

DATA DE REALIZAÇÃO
26 NOVEMBRO 2021

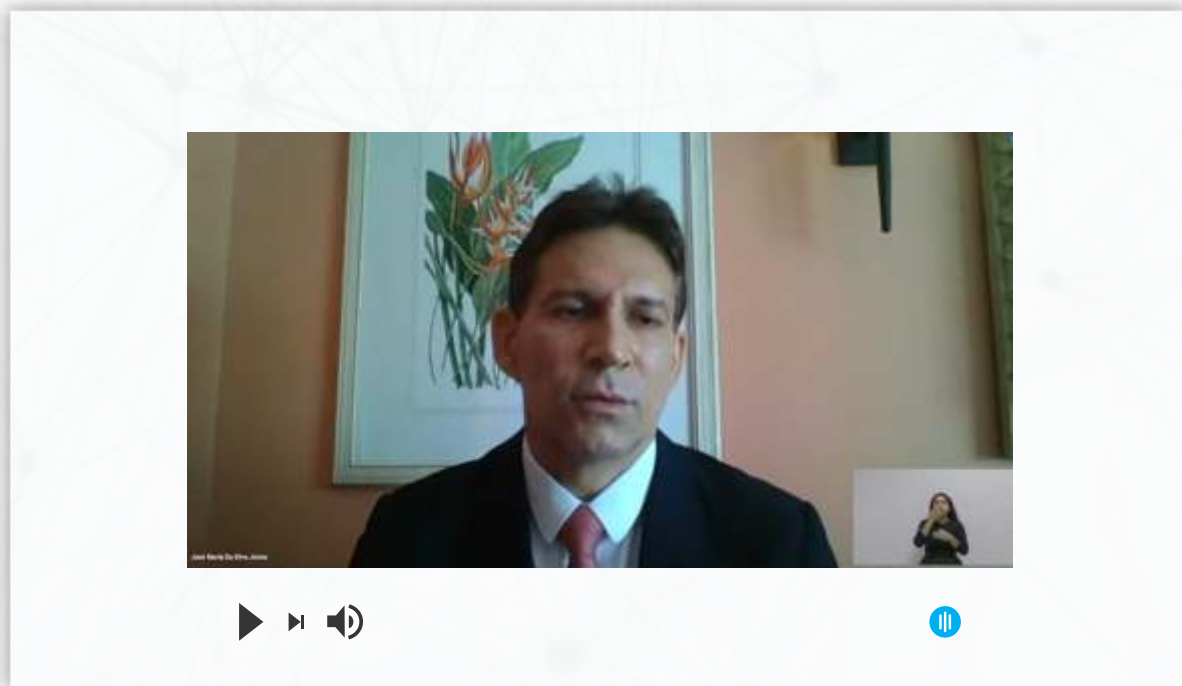
Os debates sobre a consciência ambiental aliada à implementação de políticas públicas de preservação, sustentabilidade e a participação do Poder Judiciário nesta agenda de debates foram temas abordados no I Seminário Ambiental do Poder Judiciário Tocantinense. O Evento é uma das ações do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para atender à Meta 12 do Conselho Nacional de Justiça (primeira instância).

Na abertura, o magistrado Wellington Magalhães, coordenador do evento, reforçou que o I Seminário é resultado do trabalho de diálogo com as instituições estaduais, sendo o Poder Judiciário o mediador de conflitos ambientais. “Durante anos estamos desenvolvendo inúmeras ações de diálogo na construção de uma realidade de sustentabilidade. O Poder Judiciário está cumprindo a sua missão de prestar uma jurisdição eficaz na utilização de mecanismos e instrumentos para a solução de conflitos ambientais, por meio da mediação”, afirmou.

O senhor Renato Jayme da Silva, presidente do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), lembrou a importância da oportunidade de falar sobre o trabalho realizado na esfera da gestão pública do estado do Tocantins, especificamente na área ambiental. “A união de conhecimento com experiência e consciência agrega muito, principalmente para os órgãos e entidades que desenvolvem políticas públicas de forma articulada, de modo a que venhamos ter um Tocantins mais sustentável”, ressaltou.



Em sua fala, o senhor José Maria da Silva Júnior, procurador de justiça do Ministério Público do Tocantins, reforçou que o Seminário é uma grande oportunidade para esclarecer a sociedade da importância da compatibilização do desenvolvimento com a sustentabilidade. “Nós temos de falar hoje em equilíbrio e sustentabilidade. E quando falamos neste assunto temos também que ver como fazer esse equilíbrio nas nossas atividades”, afirmou.



Contando com os temas Políticas Públicas para a Biodiversidade Ecológica e o Desenvolvimento Sustentável: desafios e soluções; “O desafio da implementação de políticas públicas para a sustentabilidade”; “Passivos Ambientais no Estado do Tocantins: desafios e oportunidades”; “Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Tocantins: Sustentabilidade na Prática”, o I Seminário Ambiental do Poder Judiciário contou com as palestras de Ramis Tetu, engenheiro agrônomo; de Renato Jayme da Silva, presidente do Naturatins; do senhor José Maria da Silva Junior, procurador de justiça do MP-TO; de Leila Maria de Souza Jardim, servidora do Judiciário e membro da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do PJTO e da Comissão de Acessibilidade e Inclusão; do advogado Woldson Vilarindo Gomes, especialista em Direito Ambiental; e do professor mestre Daniel Iglesias de Carvalho, presidente do CREA-TO.





II SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



Em seguimento aos trabalhos de discussão e implementação de políticas de inserção da pessoa com deficiência em vagas de emprego, garantindo também direitos fundamentais do ser humano, o Poder Judiciário do Tocantins, por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizaram no dia 3 de dezembro II Seminário em Comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. A data foi instituída em 1993 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães, o tema é importante e atual e carece da empatia de toda a sociedade. “É indispensável a todas as pessoas que não tem deficiência que devem ter a compreensão, a grandeza de espírito de criar meios de acessibilidade, firmando um compromisso humano e moral. É muito importante esse respeito, essa visão”, afirmou.

Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) concedeu a Medalha do Mérito Acadêmico ao magistrado Adhemar Chufalo Filho pelos relevantes serviços prestados no Poder Judiciário do Tocantins. Mestre em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos pela Esmat/UFT, o magistrado é portador de deficiência há mais de 30 anos após sofrer um acidente. “O doutor Adhemar é uma pessoa que nos nos transmite a mensagem que tudo é possível na vida, todas as conquistas são acessíveis. Basta você sonhar. Ele é um exemplo vivo de tudo isso. Mas também pela ética com que exerce seu trabalho seu espírito acadêmico é digno de merecimento da comenda que a Escola da Magistratura oferece”, lembrou.

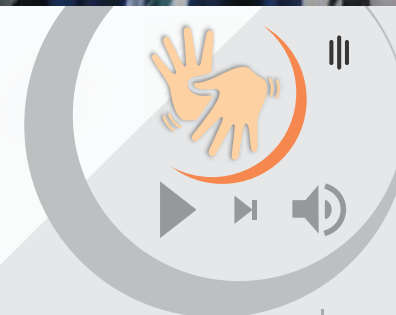


Em sua fala, a Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Tocantins e vice-corregedora geral da Justiça, desembargadora Ângela Prudente, afirmou que é necessário a união de esforços para que se concretize a transformação esperada, eliminando barreiras como a atitudinal e comunicacional. “É parte do processo democrático assegurar os direitos dessa população, na construção de uma sociedade que realmente valorize a diversidade humana, entendendo que nela reside nossa principal riqueza.

O Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Tocantins e vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho reforçou o empenho do judiciário tocantinense em promover acessibilidade a servidores e usuários dos atendimentos prestados pelo do Tribunal de Justiça do Tocantins. “No Poder Judiciário do Tocantins, a acessibilidade em todas as suas modalidades, vem sendo tratada com o objetivo de melhorar e promover a inclusão de pessoas com deficiência. Durante o evento foram ministradas as palestras: “Acessibilidade, Inclusão e Quebra de Barreiras: uma visão empática”, Juíza Elbia Rosane Sousa de Araujo; "Acessibilidade funcional", mis Brasil cega Giselle Guimarães Hübbe; "Apresentação dos resultados da CPAI/TJTO – 2021", Juiz Manuel de Farias Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins. Atuaram como coordenadores de Mesa o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho; a professora doutora Ângela Issa Haonat; e o Juiz Adhemar Chufálo.

Dia Internacional

Em 2021 a Organização das Nações Unidas (ONU), nas comemorações em homenagem à pessoa com deficiência, utilizou a expressão “Construir Melhor”, que abrange ações de recuperação, reabilitação e reconstrução após um desastre, aumentando a resiliência das nações e comunidades, integrando redução do risco de desastres, restauração da infraestrutura física e dos sistemas sociais, e revitalização dos meios de subsistência, economias e meio ambiente, tendo como tema “Liderança e Participação das Pessoas com Deficiência por um Mundo Pós-COVID-19 Inclusivo, Acessível e Sustentável”.

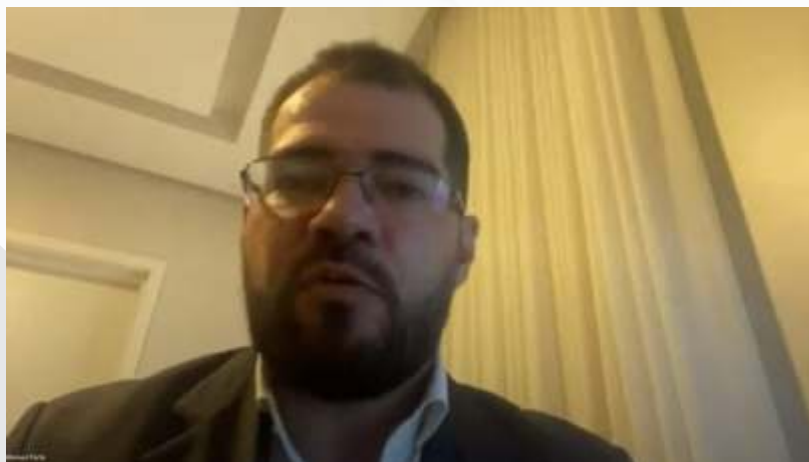




Reflexões sobre como manter o foco

As adaptações à retomada da normalidade e a busca por manter foco em atividades profissionais, acadêmicas e cuidados com a saúde foram apresentadas na palestra Reflexões sobre como manter o foco. Organizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o evento teve como público alvos servidores, magistrados, estagiários e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; e servidores de Órgãos parceiros da Esmat.

A abertura contou com a presença do magistrado Manuel de Farias Reis Neto, juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). Em sua fala, lembrou-nos do distanciamento causado pela pandemia, das adequações ao trabalho remoto e, finalmente, do retorno gradual às atividades presenciais. “Sabemos como foi difícil essa mudança da rotina do processo de trabalho. Na pandemia, soubemos nos adaptar a essa nova modalidade com o apoio da tecnologia, mas essas adequações trouxeram desafios”, afirmou.



Já o palestrante Rafael Medeiros Filho, inicialmente ressaltou o tema da palestra direcionada ao foco, reafirmando que essa característica não é algo inerente ao comportamento humano. “Foco não é algo natural ao ser humano. É algo que você desenvolve, não é algo que você tem. Ele é mais importante do que a inteligência”, argumentou.

Contando com exemplos práticos de ferramentas tecnológicas de organização de tarefas, projetos e atividades, o palestrante exemplificou ferramentas gratuitas como o Google Agenda e o Google Keeps que podem facilmente ser programadas por smartphones, notebooks e tablets, descarregando a energia gasta pelo cérebro para manter os compromissos em dia. “Não deixe seu cérebro se tornar um gerenciador de pendências”, lembrou.

Sobre o palestrante

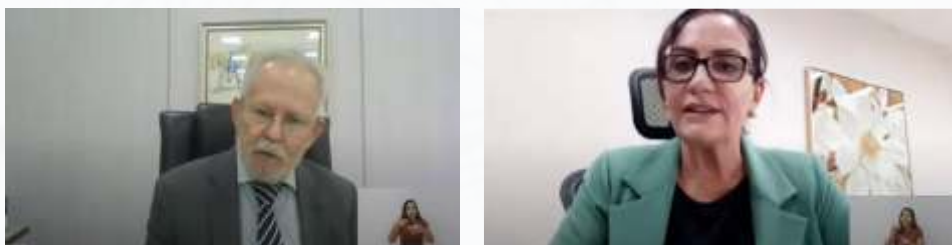
Rafael Medeiros Filho é especialista em Desenvolvimento e Gestão do Tempo, palestrante nacionalmente reconhecido. Já ministrou palestras e treinamentos em todos os 27 estados do País, em empresas de renome.



I Seminário Posse, Propriedade e Regularização Fundiária no Tocantins

O contexto histórico das ocupações de terra no Brasil, desde o período colonial com as sesmarias, passando pelos títulos paroquiais e finalizando com as ocupações desordenadas e invasões, como também a atuação do judiciário na mediação de conflitos foram os tópicos debatidos durante o I Seminário Posse, Propriedade e Regularização Fundiária no Tocantins, promovido pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Para o desembargador João Rigo Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça, o tema do seminário ainda carece de muitos debates entre o Judiciário e a sociedade. “Nós temos muita dificuldade com relação à propriedade tanto urbana como rural. Existe muita irregularidade, muita posse e poucos títulos, e isso é uma situação que incomoda muito. Nós, além dessa responsabilidade, temos feito um trabalho muito interessante por meio do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (NUPREF)”, frisou.



Para a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, corregedora geral da Justiça, a presença do Judiciário no enfrentamento da regularização fundiária, como inspirador dessa política pública, traz segurança aos gestores públicos em todo procedimento e contribui imensamente para a inclusão social das famílias do nosso Tocantins. “A regularização fundiária traz segurança jurídica, evita conflitos sociais e judiciais, contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, resgata a cidadania e a dignidade da pessoa ao concretizar o primeiro sonho da família brasileira, que é o de ter assegurados a sua moradia e o seu direito de propriedade”, ressaltou.

Representando a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Tocantins, a advogada Janay Garcia, vice-presidente da entidade, lembrou que a posse de terras no Brasil, de forma desordenada, é um problema de décadas que foi se intensificando. “Com o passar dos anos, temos esses conflitos debatidos tanto no âmbito rural quanto no urbano, os quais precisam ser revistos e regulamentados, e é nesse intuito que esse Evento vem trabalhar e discutir sobre a regularização da situação fundiária do nosso País e da nossa região”, lembrou. Já o senhor Onercy Neto, diretor de Regularização Fundiária do Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS), reforçou que a parceria entre executivo e judiciário reforça em avanços o tema no Tocantins. “Com a união de forças do poder executivo junto com o judiciário, a gente vai conseguir cumprir com a política pública de regularização fundiária do nosso Estado”, afirmou.

Para o juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat e coordenador do Seminário, a realização do Evento na modalidade ensino à distância aumenta a abrangência de participantes não só do Tocantins, mas também doutros estados do Brasil. “A Esmat, a partir e por meio deste Seminário, cumpre, mais uma vez, a sua missão institucional de levar conhecimento a magistrados, servidores e a toda comunidade jurídica do nosso Estado e do Brasil, destacou.

A programação do Seminário contou com as palestras Regularização fundiária como fator de Desenvolvimento do Brasil, ministrada pelo docente Tiago Machado Burtet, na área do Direito Imobiliário; Aspectos Ambientais da Regularização Fundiária, por Vinicius Salomão de Aquino, assessor-chefe da Assessoria de Normatização da Secretaria Geral do Ministério Público Federal (MPF); e Regularização Fundiária e Cidadania. Avanços e Desafios no Tocantins”, pelo magistrado Océlio Nobre, juiz auxiliar do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça.

The background features a complex network of thin grey lines connecting small grey dots, creating a web-like structure. On the left side, there are large, overlapping geometric shapes in shades of blue, grey, and white, resembling stylized letters or abstract forms.

Relatório de Atividades

07
PÓS.
GRADUAÇÕES



44
EVENTOS



65
CURSOS



**ATIVIDADES
DE ENSINO**
 **ESMAT**



9.193
CERTIFICAÇÕES

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	ACESSIBILIDADES E INCLUSÃO NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	60	80
2	ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA (AJA) – TURMA I	116	43
3	ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA (AJA) – TURMA II	116	45
4	ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA (AJA) – TURMA III	116	47
5	ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA (AJA) – TURMA IV	116	47
6	ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA (AJA) – TURMA V	116	45
7	APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS	30	34
8	ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO SERVIÇO PÚBLICO	24	79
9	ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL	72	90
10	ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO PENAL	60	56
11	CÁLCULOS REVISIONAIS BANCÁRIOS E EXPURGOS INFLACIONÁRIOS	60	29
12	CAPACITAÇÃO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE (PBEF)	120	74
13	CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA JUSTIÇA TERAPÊUTICA	120	54

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
14	CAPACITAÇÃO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA TEMPO DE DESPERTAR	70	41
15	CAPACITAÇÃO SOBRE FLUXO DE IDENTIFICAÇÃO E EMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	3	20
16	CLOUD ESSENTIALS+	24	21
17	COMPRAS PÚBLICAS COMPARTILHADAS SUSTENTÁVEIS: UM NOVO CONCEITO AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	30	38
18	COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA – TURMA I	12	50
19	COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA – TURMA II	12	49
20	BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR JUDICIAL – TURMA GURUPI	100	32
21	BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR JUDICIAL – TURMA ARAGUAÍNA	100	31
22	BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR JUDICIAL – TURMA PALMAS	100	34
23	BÁSICO DE INFORMÁTICA CORPORATIVA – TURMA III	80	83
24	BÁSICO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – TURMA I	60	40
25	BÁSICO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – TURMA II	60	36
26	BÁSICO DE MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL – PARTE TEÓRICA	40	47

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
27	ONLINE DE APROFUNDAMENTO PARA FACILITADORES DE CÍRCULOS E CONSTRUÇÃO DE PAZ	60	48
28	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO – TURMA II	20	49
29	DEPOIMENTO ESPECIAL – A AUDIÊNCIA HUMANIZADA	91	38
30	DISSEMINANDO A ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL DA ESMAT PARA O SEXÊNIO 2021-2026	45	49
31	ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	20	80
32	EPROC NACIONAL 2021: ATUALIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES NO 1º GRAU – TURMA I	30	98
33	EPROC NACIONAL 2021: ATUALIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES NO 1º GRAU – TURMA II	30	94
34	EPROC NACIONAL 2021: ATUALIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES NO 1º GRAU – TURMA III	30	93
35	EPROC NACIONAL 2021: ATUALIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES NO 1º GRAU – TURMA IV	30	93
36	EPROC NACIONAL 2021: ATUALIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES NO 2º GRAU – TURMA I	30	65
37	EPROC NACIONAL 2021: ATUALIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SUAS APLICAÇÕES NO 2º GRAU – TURMA II	30	23
38	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO	12	110
39	FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ PARA SITUAÇÕES MENOS COMPLEXAS	36	24

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
40	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA IV	72	25
41	FORMAÇÃO DE TUTORES PARA EDUCAÇÃO CORPORATIVA ONLINE	90	78
42	FORMAÇÃO EM GESTÃO DE CEJUSC PARA MAGISTRADO	45	34
43	GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA – TURMA IV	20	44
44	GESTÃO DE PROJETOS	40	60
45	GOVERNANÇA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO PODER JUDICIÁRIO	20	35
46	GRUPALIDADES, METODOLOGIAS ATIVAS E SUPERVISÃO INSTITUCIONAL	120	34
47	INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	35	79
48	JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS E DA FAZENDA PÚBLICA	25	40
49	MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO (CNJ/ESMAT)	100	39
50	NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2021 – UMA VISÃO GERAL SOBRE AS NOVIDADES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.133, DE 2021	30	40
51	PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS COM A FORMALIZAÇÃO DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES	24	45
52	PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NA IN 5/2017 SEGES-MPDG E ALTERAÇÕES	26	24

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
53	PRECEDENTES JUDICIAIS: TEORIA E PRÁTICA	70	99
54	PRESERVAÇÃO DA VIDA – TURMA 1	20	20
55	PRESERVAÇÃO DA VIDA – TURMA 2	20	18
56	PRESERVAÇÃO DA VIDA – TURMA 3	20	22
57	PRESERVAÇÃO DA VIDA – TURMA 4	20	14
58	PRESERVAÇÃO DA VIDA – TURMA 5	20	19
59	PREVENÇÃO DE CONFLITOS E GESTÃO DE PRECEDENTES NOS CENTROS DE INTELIGÊNCIA	9	37
60	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	30	14
61	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS CUSTOMIZADO PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	36	29
62	SECRETARIADO EXECUTIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	21	25
63	SEGURANÇA DE REDES COM FOCO EM TELEFONIA VOIP	65	24
64	SISTEMA DE GESTÃO E ATIVIDADE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: TEORIA E PRÁTICA	45	20
65	VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – TURMA II	70	91

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	ENCONTRO DE JUÍZES CORREGEDORES E CORREGEDORAS PERMANENTES E A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (ENCOPE)	16	50
2	I SEMINÁRIO AMBIENTAL DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	3	242
3	I SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL: ATUAÇÃO EM REDE EM PROL DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO TOCANTINS	8	483
4	I SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE POLÍTICA DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PENAL	5	436
5	I SEMINÁRIO POSSE, PROPRIEDADE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO TOCANTINS	3	289
6	III SEMINÁRIO DA CIDADANIA DO TOCANTINS	8	493
7	PALESTRA “GESTÃO DO TEMPO”	2	415
8	PALESTRA “O SUICÍDIO E SUAS IMPLICAÇÕES”	1	310
9	PALESTRA “SUPERAÇÃO: O QUE TE IMPEDE DE SER FELIZ?”	1	304
10	PALESTRA “UMA ATENÇÃO ESPECIAL AS NOSSAS EMOÇÕES”	2	337
11	PALESTRA AUTOCONHECIMENTO É CRER PRA VER: AUTOCONHECIMENTO E AUTOCONFIANÇA PARA VENCER EM TEMPOS DIFÍCEIS	2	371
12	PALESTRA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – TENDÊNCIAS E DESAFIOS	12	705
13	PALESTRA RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL: DIÁLOGOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA TOCANTINENSE	4	327

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
14	PALESTRA RODA DE CONVERSA: SETEMBRO AMARELO – FALAR, AGIR E SALVAR VIDAS	2	110
15	PALESTRA TALKSHOW “MULHERES NO JUDICIÁRIO: RELAÇÕES DE GÊNERO”	2	287
16	PALESTRA: “REFLEXÕES SOBRE COMO MANTER O FOCO”	2	30
17	SEMINÁRIO ASPECTOS JUDICIAIS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA VISÃO PREVENTIVA	8	278
18	V SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E VI ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCS)	5	438
19	WEBINÁRIO DE ALTERNATIVAS PENAIIS: UMA ABORDAGEM POLÍTICO CRIMINAL NO CONTEXTO DO NÃO ENCARCERAMENTO	5	195
20	WEBINÁRIO: CIDADANIA E JUSTIÇA NO OLHAR INDÍGENA TOCANTINENSE – UM DIÁLOGO NECESSÁRIO E DE DIREITO	4	228
21	WORKSHOP “A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS NO SISTEMA PLANJUD WEB”	2	30
22	WORKSHOP “AUTUAÇÃO CORRETA DE PROCESSOS EM OBSERVÂNCIA ÀS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU/CNJ)” – TURMA I	4	87
23	WORKSHOP “AUTUAÇÃO CORRETA DE PROCESSOS EM OBSERVÂNCIA ÀS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU/CNJ)” – TURMA II	4	83
24	WORKSHOP ADOÇÃO AMOR SEM IDADE	2	162
25	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA I	7	35
26	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA II	7	30

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
27	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA III	7	189
28	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMAS IV	8	41
29	WORKSHOP DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS E ROTINAS DOS CEJUSCS	2	171
30	WORKSHOP FINALIDADES DAS FERRAMENTAS DE PESQUISA PATRIMONIAL	12	31
31	WORKSHOP GESTÃO FINANCEIRA DA FAMÍLIA – TURMA 1	2	55
32	WORKSHOP GESTÃO FINANCEIRA DA FAMÍLIA – TURMA 2	2	67
33	WORKSHOP O SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E SUAS FUNCIONALIDADES	6	83
34	WORKSHOP ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PARA AUXILIAR NO CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS 1 E 2 DE 2021 DO PODER JUDICIÁRIO – TURMA I	4	65
35	WORKSHOP ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PARA AUXILIAR NO CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS 1 E 2 DE 2021 DO PODER JUDICIÁRIO – TURMA II	4	69
36	WORKSHOP ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA PJECOR – TURMA I	12	76
37	WORKSHOP ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA PJECOR – TURMA II	12	75
38	WORKSHOP ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O USO DO SISTEMA SUBALMOXARIFADO ASI	4	61
39	WORKSHOP SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR RESTAURATIVO	25	1045

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
40	WORKSHOP SER PAI À LUZ DO ENEAGRAMA – TURMA I	3	21
41	WORKSHOP SER PAI À LUZ DO ENEAGRAMA – TURMA II	3	100
42	WORKSHOP SISTEMA DE DIÁRIAS – TURMA I	5	59
43	WORKSHOP SISTEMA DE DIÁRIAS – TURMA II	5	39
44	XIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA A UNIÃO DOS POVOS PELOS DIREITOS INALIENÁVEIS DO SER HUMANO	24	863

ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU	MATRICULADOS
1	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA VII (ESMAT/UFT)	25
2	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA VIII (ESMAT/UFT)	27
3	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA IX (ESMAT/UFT)	32
4	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ESMAT/UFT)	11
5	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/UNICEUB)	20
6	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/PUC-RIO)	15
7	ESPECIALIZAÇÃO EM COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL (ESMAT)	50



ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

 esmat.tjto.jus.br

 esmat@tjto.jus.br

 (63) 3218-4256



esmat.tjto.jus.br | 